

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 687, DE 2013****(Do Poder Executivo)****MSC 140/2013****AV 275/2013**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1152, de 23 de novembro de 2010, que outorga permissão a Fundação João XXIII para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CF. APRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

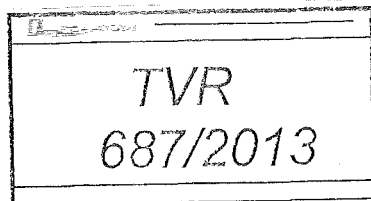
Mensagem nº 140

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Orlândia - SP;
- 2 - Portaria nº 606, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Pontal do Paraná - PR;
- 3 - Portaria nº 610, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Califórnia - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 1º de julho de 2010 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Cambira - PR;
- 5 - Portaria nº 659, de 21 de julho de 2010 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Holambra - SP;
- 6 - Portaria nº 660, de 21 de julho de 2010 – Empresa de Radiodifusão Alfa Centauro Ltda., no município de Igarapu do Tietê - SP;
- 7 - Portaria nº 661, de 21 de julho de 2010 – Sistema Torre de Comunicação Ltda., no município de Guarani d'Oeste - SP;
- 8 - Portaria nº 719, de 3 de agosto de 2010 – Inhandava Promoções Ltda., no município de São José do Ouro - RS;
- 9 - Portaria nº 722, de 3 de agosto de 2010 – Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. - SIR, no município de Claraval - MG;
- 10 - Portaria nº 736, de 20 de agosto de 2010 – Rádio FM Conquista Ltda., no município de Santa Maria do Oeste - PR;
- 11 - Portaria nº 737, de 20 de agosto de 2010 – Rádio Reserva FM Ltda., no município de Reserva - PR;
- 12 - Portaria nº 865, de 17 de setembro de 2010 – M.N. Carvalho & CIA Ltda – ME., no município de Salvaterra - PA;





140/13

- 13 - Portaria nº 881, de 29 de setembro de 2010 – Sistema de Comunicação do Agreste Ltda., no município de Traipu - AL;
- 14 - Portaria nº 882, de 29 de setembro de 2010 – Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda., no município de Bilac - SP;
- 15 - Portaria nº 883, de 29 de setembro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Santa Clara d'Oeste - SP;
- 16 - Portaria nº 897, de 5 de outubro de 2010 – Sistema Millenium de Radiodifusão Ltda., no município de Guapé - MG;
- 17 - Portaria nº 910, de 14 de outubro de 2010 – Deo Volente Ltda., no município de Monte Aprazível - SP;
- 18 - Portaria nº 913, de 14 de outubro de 2010 – Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME., no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 914, de 14 de outubro de 2010 – Oliveira & Perin Assessoria e Comunicações Ltda., no município de Rio dos Índios - RS;
- 20 - Portaria nº 972, de 26 de outubro de 2010 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Setubinha - MG;
- 21 - Portaria nº 1.150, de 23 de novembro de 2010 – Canari Participações S.A., no município de Iguaba Grande - RJ;
- 22 - Portaria nº 1.151, de 23 de novembro de 2010 – Safira Radiodifusão Ltda., no município de Catanduvas - PR;
- 23 - Portaria nº 1.152, de 23 de novembro de 2010 – Fundação João XXIII, no município de Rio Negro - PR;
- 24 - Portaria nº 1.153, de 23 de novembro de 2010 – V.P.D Empresa de Radiodifusão Ltda-ME., no município de Bom Jardim - RJ;
- 25 - Portaria nº 1.266, de 3 de dezembro de 2010 – Rádio e Televisão Som das Águas Ltda., no município de Lambari - MG;
- 26 - Portaria nº 1.281, de 7 de dezembro de 2010 – Rádio e TV Schappo Ltda., no município de Pilar - AL;
- 27 - Portaria nº 1.299, de 9 de dezembro de 2010 – Magalhães & Cassimiro Ltda., no município de Paula Cândido - MG;
- 28 - Portaria nº 1.300, de 9 de dezembro de 2010 – Carmorela Indústria e Comércio Ltda., no município de Piracema - MG;
- 29 - Portaria nº 1.350, de 17 de dezembro de 2010 – Sociedade Montesionense de Radiodifusão Ltda., no município de Tombos - MG;
- 30 - Portaria nº 1.358, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Vera Ltda., no município de Nossa Senhora do Livramento - MT;
- 31 - Portaria nº 1.359, de 17 de dezembro de 2010 – Rádio Educadora de Peixoto de Azevedo Ltda., no município de Matupá - MT;
- 32 - Portaria nº 1.360, de 17 de dezembro de 2010 – E.F. Comunicações Ltda., no município de Nova Olímpia - MT;

33 - Portaria nº 1.415, de 28 de dezembro de 2010 – Rádio Tigre FM Ltda., no município de Novo Oriente - CE;

34 - Portaria nº 1.416, de 28 de dezembro de 2010 – Star FM Ltda., no município de Senador Pompeu - CE;

35 - Portaria nº 123, de 17 de maio de 2011 – Cataia FM Ltda., no município de Magalhães Barata - PA;

36 - Portaria nº 216, de 6 de junho de 2011 – Terra FM Comunicações Ltda., no município de Cidade Gaúcha - PR;

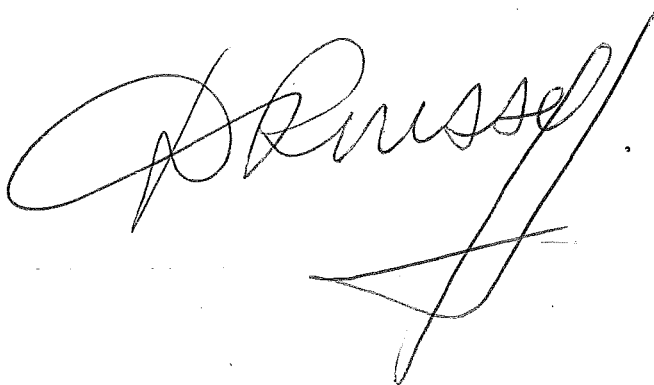
37 - Portaria nº 217, de 6 de junho de 2011 – Rede Brasil de Radiodifusão Limitada, no município de Nova Friburgo - RJ;

38 - Portaria nº 218, de 6 de junho de 2011 – Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda., no município de Alto do Rodrigues - RN;

39 - Portaria nº 221, de 6 de junho de 2011 – Rádio Imprensa FM de Vargem Grande do Sul Ltda., no município de Sagres - SP; e

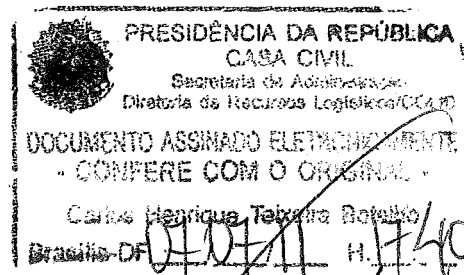
40 - Portaria nº 222, de 6 de junho de 2011 – Sistema Max Digital de Comunicações Ltda., no município de Santana da Ponte Pensa - SP.

Brasília, 9 de abril de 2013.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "A. B. Russel", with a large, stylized flourish extending from the bottom right.

FMC

Port. 1152



EM nº. 146/2011 - MC

Brasília, 26 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Fundação João XXIII (Processo nº 53740.000333/1998) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após del

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO

OFICIAL DE 251 111 10

Página: 52 Seção: 1

ANOTADO POR Moisés

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1152 , DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000333/1998, Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

Em 14/6/10 MC



MIN.

24 MAR 53740-000333

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CÓPIA 1 Ministério das Comunicações

Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos

- Identificação de processos -

DISTRIBUIÇÃO

03/1998

Rô Neg Neg Vencido

00033 3 98

EDITAL N.025/98-SSR/MC

DN E FAIXA FRONTEIRA

Data: 24/03/98 Situação: TRAMITANDO

Prioridade: NORMAL

Delegacia: CTA

RADIODIFUSAO - FREQUENCIA MODULADA

Orgão: SEJUR/DMC-PR

Anexador: 0

Orgão: DMC/PR

Estado: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

HABITADA

CLASSIFICADA

CARB/Dejfm

19/04/10

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

24 MAR 53740-000333 8

DEL

PARANÁ

TERMO DE INSTAURAÇÃO


Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número acima, nesta Delegacia, com os documentos que instruem a proposta **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**, para executar o serviço de radiodifusão sonora, na(s) cidade(s), de Rio Negro/PR, objeto da Concorrência nº 025/98-SSR/MC. A documentação de habilitação compreende 57 (CINQUENTA E SETE) folhas numeradas e rubricadas.

Curitiba, 23 de março de 1998.



ALVYR PEREIRA DE LIMA Jr.
Presidente da CET/PR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02/10/2010



UT
Doh

CONJUNTO N.º 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
Edital da Concorrência nº 025/98 - SSR/MC
RIO NEGRO - PR
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

Habilitação Jurídica	
01	- Índice
02 a 11	- Estatutos e Atas
12	- Anexo II
13 a 20	- RG, CPF e Certidões de Nascimento e de Casamento dos Diretores
21 a 24	- Certidões Cíveis dos Diretores
25 a 28	- Certidões Criminais dos Diretores
29 a 34	- Certidões de Protestos dos Diretores
35 a 38	- Certidões Eleitorais
Qualificação Técnica	
39	- Anexo III
40	- Termo de Declaração
Qualificação Econômico Financeira	
41 a 46	- Balanço Patrimonial de 31/12/97
47	- Cálculo do Índice de Solvência em 31/12/97
48	- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata
Regularidade Fiscal	
49	- CGC (Inscrição)
50	- Cadastro de Contribuintes Estadual (Inscrição)
51	- Cadastro de Contribuintes Municipal (Inscrição)
52	- Prova de Regularidade com o INSS
53	- Prova de Regularidade com o FGTS
54	- Prova de Regularidade Fiscal da Receita Federal
55	- Prova de Regularidade Fiscal da Procuradoria da Fazenda Nacional
56	- Prova de Regularidade Fiscal da Fazenda Estadual
57	- Prova de Regularidade Fiscal da Fazenda Municipal

J.

H

R

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/1266

02
Fey
Ph

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS
DA FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

CAPITULO I

PREAMBULO

Art. 1º - A Fundação João XXIII é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CEC sob Nº 85.131.829/0001-86 com sede à Rua Ten. Ary Rauen, 1.361, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, instituída com os objetivos definidos pelos instituidores e regida pelos presentes Estatutos.

CAPITULO II

OBJETIVOS

Art. 2º - São objetivos da Fundação João XXIII: divulgar a doutrina cristã, com ênfase para a católica, as manifestações culturais, científicas, literárias e artísticas e promover a formação moral, cívica e intelectual dos cidadãos, utilizando-se para isso dos veículos de comunicação falada, escrita e televisada, através da execução de serviços de radiodifusão.

CAPITULO III

DO PATRIMONIO

Art. 3º - O patrimônio da Fundação João XXIII é constituído pelos valores correspondentes às cotas de participação da Mitra Diocesana de Joinville e da Congregação da Missão, Província do Sul, na extinta sociedade Rádio São José Ltda, a ela transferidos no ato de instituição, pelos bens imóveis, pelos móveis, pelas instalações, equipamentos técnicos e acervo de discos então existentes e os posteriormente por ela adquiridos, pelas doações recebidas e pelas que lhe vierem a ser feitas, pelos legados de que for beneficiária e pelos demais valores obtidos por qualquer meio lícito.

Par. 1º - Não serão distribuídas parcelas do patrimônio ou das rendas da Fundação a título de lucro ou participação nos seus resultados; os recursos financeiros serão aplicados integralmente no País, visando a manutenção do patrimônio e a consecução dos objetivos institucionais;

Par. 2º - A eventual alienação, venda, permuta ou doação de bens e valores pertencentes ao patrimônio da instituição só poderá se realizar após decisão da maioria absoluta dos integrantes da Diretoria e do Conselho Curador, que deverá ficar expressamente consignada em ata.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR 1998

AUTENTICAÇÃO

Tabelionato Aécio Pereira
CPF 018.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

<input checked="" type="checkbox"/>	Aécio Pereira	Tabelião
<input type="checkbox"/>	Wladimir Nadrowski	Emp.
<input type="checkbox"/>	Rosálba Pereira	Juramentados
<input type="checkbox"/>	Christian A. Pereira	

Art. 49 - A Fundação manterá escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

CAPITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 50 - A Fundação será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário e um Tesoureiro e por um Conselho Curador, composto de três membros.

Par. 1º - A Diretoria e o Conselho Curador atuarão conjunta ou separadamente, de acordo com as atribuições comuns ou específicas que lhes forem conferidas pelos Estatutos, ou em razão de suas funções, segundo dispuser o Regimento Interno.

Par. 2º - Os integrantes da Diretoria e do Conselho Curador serão escolhidos dentre pessoas maiores e capazes, brasileiros natos, de reconhecida idoneidade moral, dos quais pelo menos cinco que residam na comunidade mafrense, para exercerem mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos ao mesmo cargo, ou nomeados para outro cargo, findo o mandato para o qual foram escolhidos.

Par. 3º - Ao término de cada mandato, caberá ao Presidente em exercício a escolha e indicação das pessoas que comporão a nova Diretoria e o novo Conselho Curador, para o mandato seguinte, submetendo os nomes à aprovação dos demais integrantes da Diretoria e do Conselho Curador, cujos mandatos se findam.

Par. 4º - A nomeação e a posse dos novos dirigentes e conselheiros só se dará após aprovados pela maioria dos diretores em exercício e pelo Ministério das Comunicações.

Par. 5º - A escolha do Presidente da Fundação caberá aos membros da nova Diretoria e do novo Conselho Curador, por maioria de votos.

Art. 6º - A Diretoria e ao Conselho Curador caberá, em conjunto: a) - garantir a observância dos presentes Estatutos; b) - tomar as decisões necessárias à realização dos objetivos da instituição, definidos no art. 2º; c) - resolver sobre alienação ou oneração de bens pertencentes ao patrimônio da Fundação; d) - decidir sobre doações e empréstimos de numerário; e) - autorizar a aceitação de bens ou serviços que impliquem em onus ou encargos para a institui

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES
MIN. DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2016

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR 1998

Labelionato, Aécio Pereira
CPF 07.6831.289-15
F(047) 042-0594 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira, Tabelião
☐ Hilda J. Vigorowski
☐ Rosalba Pereira
☐ Cristiane A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

ção; f) - decidir sobre alterações ou reforma dos Estatutos e do Regimento Interno da Fundação, preservando as finalidades e a natureza fundacional da instituição;

Art. 79 - A Diretoria caberá, independentemente de manifestação do Conselho Curador, adotar as providências que se fizerem necessárias à atuação da instituição em todos os setores que constituem seus objetivos e que não impliquem em comprometimento patrimonial, na conformidade do Regimento Interno.

Art. 89 - Ao Conselho Curador compete examinar as contas que lhe forem anualmente apresentadas pela Diretoria, a escrituração das receitas e despesas, a documentação a eles correspondente e os registros patrimoniais da Fundação, sobre eles emitindo parecer e, caso não lhe sejam apresentadas as contas e documentos até o final de abril de cada ano, cobrar-lhe a apresentação, sob pena de destituição da Diretoria.

Art. 99 - Ao Presidente da Fundação compete: a) - Representar ativa e passivamente a Fundação, judicial e extrajudicialmente, podendo para tanto constituir procuradores; b) - Presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as realizadas em conjunto com o Conselho Curador; c) - Apresentar anualmente ao Conselho Curador as contas, os documentos e o balanço geral da Fundação, relativos a cada exercício que se findar, acompanhados dos relatórios dos Departamentos, para análise e aprovação, nos primeiros três meses seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro; d) - Aceitar doações e admitir prestações de serviços sem ônus ou encargos para a Fundação, ou, havendo ônus ou encargos, aceitá-los mediante autorização da Diretoria e Conselho Curador; e) - Fixar os vencimentos dos funcionários da Fundação e dos dirigentes dos seus Departamentos; f) - Expedir regulamentos internos para os Departamentos e aplicá-los, após aprovação pela Diretoria e Conselho Curador; g) - Distribuir entre os demais membros da Diretoria as funções de direção; h) - Constituir procuradores e prepostos; i) - Praticar todos os demais atos que se fizerem necessários à administração da Fundação e que não dependam de autorização da Diretoria e/ou do Conselho Curador; j) - Decidir, com o voto de qualidade, em caso de empate nas votações entre os Diretores.

Art. 10 - As vagas que se verificarem na Diretoria, ou no Conselho Curador serão preenchidas pelo Presidente em exercício até trinta dias após a vacância do cargo.

Art. 11 - Os Diretores e os membros do Conselho Curador não respondem pelas dívidas da Fundação, salvo se as houverem avalizado em nome pessoal, ou quando resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei ou dos Estatutos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
-MIL- DE COMUNICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR. 1998

Alfonso Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
(047) 642-8894 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira Tabelião
☐ Hilário Nulrowski
☐ Rosalba Pereira
☐ Cristiano A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

05
Art. 12 - Os cargos de Diretor e de Conselheiro serão exercidos gratuitamente, não comportando remuneração pelo exercício do mandato, nem participação nos resultados da gestão.

Art. 13 - A Diretoria e o Conselho Curador reunir-se-ão semestralmente em caráter ordinário, ou extraordinariamente por convocação do Presidente ou da maioria dos seus integrantes.

Art. 14 - As convocações deverão ser feitas com antecedência mínima de dez dias, indicando o dia, hora e o local da realização das reuniões.

Art. 15 - Das reuniões será lavrada ata circunstanciada em livro próprio, rubricado pelo Presidente e registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca.

Art. 16 - A Diretoria poderá criar os Departamentos que julgar necessários ao desenvolvimento satisfatório das atividades que constituem objeto da Fundação, conferindo-lhes atribuições específicas e nomeando-lhes os dirigentes.

Art. 17 - Os dirigentes exercerão a gerência plena dos Departamentos para os quais tenham sido indicados e nomeados, obedecendo as diretrizes expedidas pela Diretoria.

Art. 18 - Ficam criados os Departamentos de Rádio, Jornal e Televisão; de Agência de Notícias; de Cultura e Assistência Social; e de Assuntos Jurídicos.

Parágrafo único. O Departamento de Rádio, Jornal e Televisão é integrado pelas Rádios "São José - AM" e "Nova Era - FM" e outros veículos de comunicação que vierem a ser criados ou adquiridos.

Art. 19 - Cada Departamento terá seu regimento interno próprio, pelo qual orientará suas atividades, de acordo com os presentes Estatutos e com as diretrizes ditadas pela Diretoria da Fundação.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20 - A existência da Fundação João XXIII é por prazo indeterminado, mas a instituição poderá ser extinta nos ca

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR. 1998

ato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
-10471 642-8594 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski - Emp.
☐ Rosalba Pereira - Juran-
☐ Cristiano A. Pereira - mentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01 / 10 / 2010


ses previstos em lei, por não cumprimento dos fins para os quais foi criada ou por decisão judicial, revertendo o seu patrimônio, nestas hipóteses, em benefício de entidades congêneres da Mitra Diocesana de Joinville e da Congregação da Missão, Província do Sul, em partes iguais, através de instituições sediadas no Município de Mafra, Estado de Santa Catarina e seus atos ficam sujeitos a fiscalização pelo Ministério Público do Estado, na conformidade do art. 26 do Código Civil.

Art. 21 - Os Estatutos da Fundação João XXIII poderão ser reformados ou alterados por decisão majoritária da sua Diretoria e dos membros do Conselho Curador, atendido o disposto no art. 28 do Código Civil, ou em lei que lhe sobrevenha disciplinando as fundações.

Art. 22 - As atribuições dos dirigentes que não houverem sido previstas nos presentes Estatutos serão definidas pelo Regimento Interno da Fundação.

Parágrafo Único. Os membros da Diretoria e do Conselho Curador, assim como os dirigentes de Departamento que dependam de aprovação das autoridades considerar-se-ão definitivamente empossados a partir do ato de aprovação dos seus nomes pela autoridade competente.

Art. 23 - Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Fundação João XXIII com base nos estatutos alterados, garantindo-se-lhes a devida eficácia jurídica.

Observação: A presente alteração dos Estatutos foi aprovada pela Diretoria e pelo Conselho Curador da Fundação em reunião realizada no dia 18 de junho de 1.997, conforme ata lavrada às fls.... do Livro Nº..

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.1997

Protocoliza 4865 272
Livro 1-2 06 março 1998
0 Original

Registrado(s) sob R. registro nº 455

fls 3ª à 39

no livro

nº 4

Matra. 06 de março de 1998

OFICIAL

01 098 886 / 0001 - 10

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PRAÇA DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES, 55

CENTRO - CEP 89300-000

MAFRA - SC

Averbado sob Averb. Reg. nº 423 fls 191v-193
no livro nº 3

Matra. 06 de março de 1998

OFICIAL

MARILENE JURASZEK MENDES

CPF 004.417.409-87

Oficial do Registro Civil e Títulos e
Documentos Designada

Clarice do Rocio Kurkiewicz Shtoltz

ESCREVIDORA

89.300-000 - MAFRA - Sta. Catarina

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR 1998

Autenticado Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
00471762-0594 - Rio Negro/PR

☒ Aécio Pereira Tabelião
☐ Hilário Kurkowski Emp.
☐ Rosalva Pereira Juramentados
☐ Cristiana A. Pereira

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2010

07
Al

Ata-Nº 83.

Aos seis dias do mês de Outubro de hum mil novecentos oitenta e nove, reuniu-se a Diretoria da Fundação João XXIII em Assembleia Extraordinária, sito à Rua Ten. Ary Rauen Nº. 1.361 - MAFRA-SC., conforme Edital de convocação publicado no Jornal "A Notícia", no dia 01 de Outubro de 1989, com a seguinte ordem do dia: A) Preenchimento de cargos vagos - 1º - 1º Vice-Presidente - 2º - 2º Vice-Presidente - 3º - Diretor do Departamento de Rádio. B) Assuntos Gerais: Dando início à reunião pelo presidente Dom Gregório Warmeling, solicitou ao Secretário, que fosse lida a ata da reunião anterior, que foi aprovada por unanimidade. Logo a seguir passou-se à ordem do dia. Indicação dos nomes para novos membros da Diretoria da Fundação. Para 1º Vice-Presidente em substituição ao demissionário Pe. Xisto Pontado Beballo, foi indicado o Pe. Euzébio Spisla, para 2º Vice-Presidente em substituição ao demissionário Pe. Edson dos Santos, foi indicado o Pe. Geraldo Valenga, e para o novo Diretor gerente do Departamento de Rádio e Difusão, em substituição ao Diretor Gerente demissionário

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR. 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
E(047)642-0594 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☒ Hilário Neumannski - Emp.
☐ Rosalba Pereira - Juramentados
☒ Cristian A. Pereira

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

W. H. D. J.

56

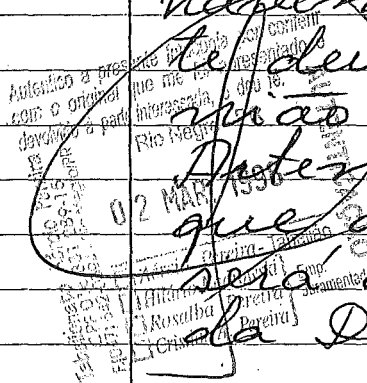
08

Pe. Edson dos Santos, conforme preceitua o Estatuto da Fundação em seu Artigo 4º parágrafo 3º. Foi então ventilado o nome do Rev. Pe. Geraldo Valenga, pessoa integrada na administração da Fundação e também no Departamento de Rádio e Difusão, que foram aprovados por unanimidade, tanto, o nome do Diretor do Departamento de Rádio e Difusão, como os nomes dos 1º e 2º Vice-Presidentes. Usando da palavra o Rev. Pe. Geraldo Valenga, agradeceu a confiança depositada em seu nome e disse que irá fazer o possível de bem desempenhar junto ao Departamento de Rádio e Difusão que fora confiado. Em consequência das alterações havidas, a Diretoria da Fundação, fica assim constituída: - Atual Diretoria:

Presidente: - Dom Gregorio Warmeling
 1º Vice-Presidente: - Pe. Euzébio Spislas
 2º Vice-Presidente: - Pe. Geraldo Valenga
 Secretário: - Antonio Dutra
 Tesoureiro: - Tito Lamare Schultz
 Diretor do Dep. Rádio e Difusão: - Pe. Geraldo Valenga
 Conselho Curador: Lourival Spantz
 Conselho Curador: Dorralino Alves da Silva
 Conselho Curador: José Jorge Gugelmin
 Proceguindo a reunião, com a segunda parte da ordem do dia, a letra B - Assuntos Gerais. Neste

SECRETARIA GERAL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
 CONFERE O ORIGINAL
 EM 01/10/2010

item temos como 1º assunto a indicação do gerente Comercial da Rádio Difusão da AM-FM, que entre muitos nomes apontados, recaiu sobre o Sr. Tito Lamare Schultz, o qual aceita tal cargo. No 2º assunto, foi ventilado a suspensão do credenciamento da firma Digital Representações Ltda, agenciadora de publicidade, por várias irregularidades que a firma vem apresentando, e que por unanimidade foi apiorado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual Eu, Antonio Aiten, lavrei a presente ata, que após lida e apiorada, será assinada pelos membros da Diretoria.



Mafra, 06 de Outubro de 1989
 Secretario: Antonio Aiten
 Presidente: Dom Gregorio Wawelking
 Tesoureiro: Tito L. Schultz
 Conselho Curador: Leonir Spantz

:- Dorivalino A. da Silva
 :- Jose J. Gugelmin

Apresentado para registro no dia 23 de novembro de 1989

das 8 as 12 horas, e protocolado no livro

nº 2 a página 52 sob o nº 1971

E registrado a página 67 v/68

do nº 1907 no livro 04 Titulo

Docu mentos. Ata nº 83

Mafra, 23 de novembro de 1989

Arlely Renato Schultz - Of. Designado

YANIA MARIA CORRÊA - Oficial Maior

CPF 744 231 189-09

Mafra, 23 de novembro de 1989

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/1990

27/12/82

09
Feb

SERVICÓ PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/12/82 1206

Ata - N° 104.

Aos dezesseis dias de Dezembro de 1982, reuniram-se a Diretoria da Fundação João XXIII, em Assembleia Geral Extraordinária, sito à Rua Senente Chy Rauen, n° 1361, marcada com a seguinte ordem do dia: Ratificação da atual Diretoria da Fundação. O Sr. Presidente, dando início a Reunião com uma oração costumeira e logo, soli

citou ao Secretário, que fosse lida a ata da reunião anterior, a qual depois de lida e discutida, foi aprovada por unanimidade. A seguir passou à Ordem do dia que é a Ratificação da Atual Diretoria da Fundação. O presidente expôs aos presentes de que a atual Diretoria está com seu prazo de mandatos vencidos em dezessete de junho de hum mil noventa e seis, conforme determinam os Estatutos da Fundação e da Portaria da Dintel, desta forma o Sr. Presidente edora em discurso sobre a Ratificação da Atual Diretoria Usando da palavra Diretor Tesoureiro da Fundação, sugerindo a todos para acutar os cargos por mais um período ou seja, por mais dois anos, dando assim a continuidade dos objetivos sociais, que os mesmos se propuseram em elaborar. Após várias ponderações e comentários, todos os membros concordaram em permanecer por mais dois anos na Diretoria da Fundação pós XXIII, ficando assim - Ratificada a Atual Diretoria: -

Cargos -

Diretor Presidente: - Dom Gregório Warmeling

Diretor 1º Vice Presidente: - R. Cruzibio

Diretor 2º Vice Presidente: - Pe Geraldo Idemga.

Diretor Secretário: - Antonio Arten.

Diretor Relações e Gerente Comercial: - Tito Isamari Schult

Conselheiro: - Maurival Spautz.

Conselheiro: - Desvalino Alves da Silva.

Conselheiro: - José Barbosa Gugelmim

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradece pelos comparecimentos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Antonio Arten, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada, saiu Odeia Nassin

EM 01/10/2016

83

da pelos membros da Diretoria

maíra, 17 de Dezembro de 1996.

Secretário: Antonio Artur

Presidente: D. Gregório Warmeling

1º Vice Presidente: Pe. Euzébio Spisla. Pe. Euzébio Spisla

2º Vice Presidente: Pe. Geraldo Jolengo. Pe. Geraldo Jolengo

Tesoureiro: Tito Bonarê Schultz. Tito Bonarê Schultz

Conselho Curador: Laurindo Spantz. Laurindo Spantz

Dondolino Alves da Silva. Dondolino Alves da Silva

José Carlos Guglmin. José Carlos Guglmin

Ata Nº 108

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos noventa e sete às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se a Diretoria da Fundação João XXIII em Assembleia geral, ordinária, com a presença do Pe. Pedro Kléblio, representando Pe. Euzébio Spisla, Vice Presidente e Pe. Geraldo Jolengo, 2º Vice Presidente, Antonio Artur Secretário, Tito Bonarê Schultz - Tesoureiro, Laurindo Spantz - Conselho Curador, Dondolino Alves da Silva, Conselho Curador e José Carlos Guglmin - Conselho Curador, dando início à reunião, o Sr. Presidente iniciou a reunião com uma oração como de costume, pedindo à Deus as bênçãos e andamento da presente reunião, para tratar dos assuntos contidos no edital de convocação, publicado no jornal A Gazeta de Rio de Janeiro. 1ª) Análise e Aprovação do Balanço geral referente ao Ano de 1996. Com a palavra o Contador da Fundação - Sr. Antonio Artur que fez a explanação sobre o Balanço Geral e da Conta de Resultados, os quais foram ampla-

mente analisados, discutidos e comparados com o exercício anterior e que foi visto um aumento de despesas de 21% a mais, em relação a uma receita estável. Após as análises, foi aprovado por unanimidade.

2º) Reformulação dos Estatutos da Fundação, que foi discutido e pedido que fosse elaborada uma minuta pelo assessor jurídico R. Carlos Schmiquel.

3º) Assuntos Gerais: Com o falecimento de Dom Gregório Warmeling a Fundação está sendo presidida pelo 1º Vice Presidente Pe. Euzébio Spisla. Com a presença

o Sr. Tito B. Schultz, Diretor Gerente das Rádios AM e FM, expôs vários assuntos administrativos geridos nas emissoras. a) Comentou sobre a morte de Dom Gregório Warmeling, que comoveu a grande comunidade diocesana pela morte do Pastor Espiritual como verdadeiro representante de Cristo na Diocese pelo seu trabalho, sua dedicação ao povo e seu exemplo e testemunho de vida. b) Sobre a decisão das Entidades das Comunidades de Marã e Rio Negro Pe., que ficou nas

Autentico a presente fotocópia por conter com o original, mesmo foi apresentado e devolvido à parte interessada, e dou fé.

Tabionato Récio Pereira
CPF 016.831.289-15
CNPJ 04.716.442-0594 - Rio Negro/RR
F. 04716442-0594

Rio Negro/RR

13 MAR 1998

☐ Aécio de Azevedo

☐ Hilário Nadi

☐ Rosângela

☐ Cristiane

Autentico a presente fotocópia por conter com o original, mesmo foi apresentado e devolvido à parte interessada, e dou fé.
R. Carlos Schmiquel
Emp. Juramentado

proposições da anterior distribuição. c) feita para os encontros de pastorais do Comarca. d) Comentou da grande importância de tomar de Utilidade Pública Federal, o Serviço Social que traria grandes benefícios à Fundação. e) Informou sobre o pagamento do asfalto no terreno do Jardim América. f) A disponibilidade de dinheiro na dota da presente reunião, também, foi comentado pelo Diretor Gerente. g) Comentou sobre a firma J. B. Pa. da dívida com Rádios relacionado com a propaganda, que ainda nada foi acertado. h) Falou sobre novos canais de Rádio e sobre licenças de novos canais TV vida - TV Educativa e TV Co-

8
11

mercado. I) falou sobre livros da fone. f) falou sobre dista
que dos Rádios em 1º lugar na região. K) lamentou sobre
o pedido da Bomba Lácia - se possível comprar e doar
um Microfone, Caixa de Som, Teclado p/ Pastoral.
Vacacionel, que foi aprovado, nada mais havendo
a tratar o Sr. Presidente agradeceu a todos
pelo comparecimento e pelos trabalhos que foi
feito e pelo esforço da Diretoria, da Administração
e dos funcionários que fazem acontecer a comu-
nicação e deu por encerrada a reunião, da qual
eu, Antonio Anten, lourei a presente ata, que após
de lida e aprovada, será assinada pelos pre-
sentes.

Mapa, 06 de Março de 199

Secretário: Antonio Anten

Presidente: R. Euzébio Spisla

Vice Presidente: R. Gerardo Blango

Tesoureiro: Tito Edmaré Schultz

Conselho Fiscal: Laurindo Spantz

Dorivaldo Alves da Silva

José Carlos Gugelmin

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINIC. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR
13 MAR. 1998
AUTENTICAÇÃO
Tabelionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
FONE 642-0594 - Rio Negro/PR
☒ Aécio Pereira Tabelião
☒ Hilário Nadzwinski Emp.
☒ Rosalby Pereira Emp.
☒ Cristian A. Pereira Juramentados

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006

EM 01/10/1998

12

ANEXO II

DECLARAÇÃO(Subítems 5.2.3, 5.2.7 e 5.5.5)

Os abaixo assinados, dirigentes da **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**, declaram que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de Rio Negro, Estado do Paraná, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra impedida, por qualquer motivo, de transacionar com a Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Mafra-SC, 10 de Março de 1998.

Euzébio Spisla

Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente

Geraldo Valenga

Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente

Antonio Arten

Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário

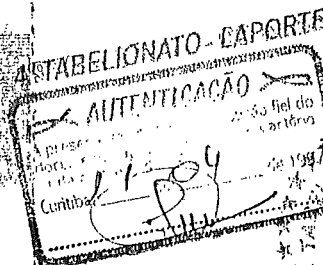
Tito Lamaré Schultz

Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

CIC

NASCIMENTO	20.02.46	INSCRIÇÃO NO CPF	200 823 129 - 15
CONTRIBUINTE			
PADRE EUZEBIO SPISLA			

Helena F. S. Silva
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



CARTÓRIO MERCÊS
Andréa Bordin Jacobi Santos - TABELIÃ
Av. Manoel Ribas 1.308 - F. 335-2419 Fax 335-6722

CURITIBA 09 MAR. 1998

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 1.114.538

NOME EUZEBIO SPISLA.

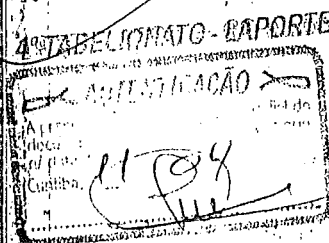
FILIAÇÃO Pedro Spisla Filho.
Martha Baude Spisla.

Curitiba-Paraná 20/Fevereiro/1.946
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

Curitiba - PR 27-Novembro-1.973

[Assinatura]
DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/12/2002

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE


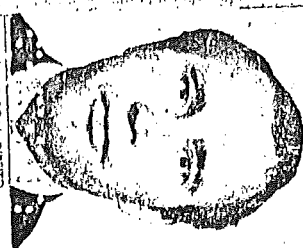
DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

R. Euzébio Spisla

GEDULA DE IDENTIDADE

LEGENDA DIREITA

Euzébio Spisla

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

01 / 10 / 2010
E

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE SEGURANCA E INFORMACOES
DIRETORIA DE POLICIA CIENTIFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

REGISTRO GERAL 943 / 317.561

NOME GERALDO VALENGA

FILIAÇÃO Francisco Valenga
Rosa Sidoski Valenga

P A R A N A = 30-Abril-1.942

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

JOIÃOPOLES, SC 25-Outubro-1.973

Brucella
DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

14
John

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

Francisco Valenga

DEPARTAMENTO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CHIEFE DE SEÇÃO

SM. 01.10.106

8

5

John



Cartório Mercês

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS - Tabeliã
Av. Manoel Ribas 1798 F.: 335-9119

CURITIBA 31 OUT. 1997 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução
fidel do documento apresentado neste
Cartório, nesta data.

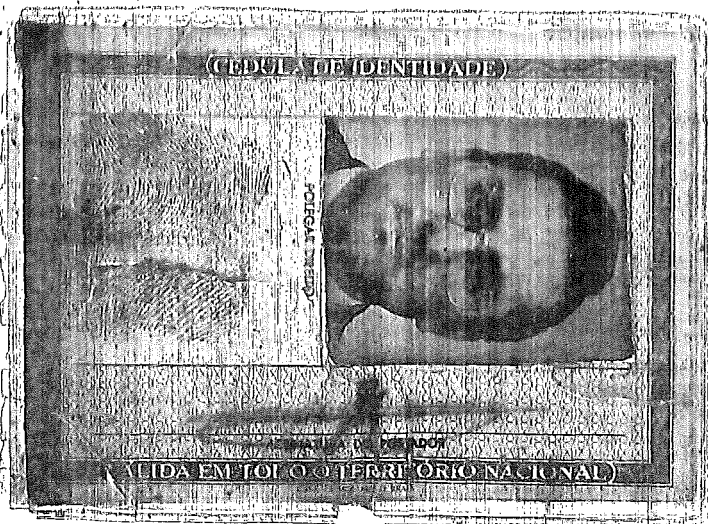
CARTÓRIO MERCÊS
Andréa Bordin Jacob Santos - TABELIÃ
Av. Manoel Ribas, 1.308 - F.: 335-9119 Fax: 335-6722

CURITIBA 09 MAR. 1998 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução fidel do
documento apresentado neste cartório, nesta data.

C/C	
NASCIMENTO	INSCRIÇÃO NO CPF
30.04.42	428.653.109-06
CONTRIBUINTE	
GERALDO VALENÇA	
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SISTEMA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

ECONÔMICAS FISCALIS - CIEF

C/C

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF

104 993 939 53

NOME COMPLETO

ANTONIO ARTE

NASCIMENTO

05.09.40

ASSINATURA

TERA VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS.

PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

95.361/8199

28-12-88

ARF-MAFRA-SC.

ARF em Mafra

do 10

FLIPIANO WROBLA WSKI

Matr. 3.004.519.4

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR

ANTONIO ARTE

DATA DE NASCIMENTO

05/09/40

Nº INSCRIÇÃO

101223009773

D.V.

022

SEÇÃO

0013

MUNICÍPIO / UF

MAFRA SC

DATA DE EMISSÃO

18/09/86

PRESIDENTE DO TRE

VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/20/2006

Handwritten signature and date 01/20/2006.

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR

laureacionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

06 MAR. 1998

- | | |
|---|------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabelião | } Emp.
Juramentados |
| <input type="checkbox"/> Hilário Nadrowski | |
| <input type="checkbox"/> Rosalba Pereira | |
| <input type="checkbox"/> Cristian A. Pereira | |

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR

laureacionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

06 MAR. 1998

- | | |
|---|------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabelião | } Emp.
Juramentados |
| <input type="checkbox"/> Hilário Nadrowski | |
| <input type="checkbox"/> Rosalba Pereira | |
| <input type="checkbox"/> Cristian A. Pereira | |

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR

laureacionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

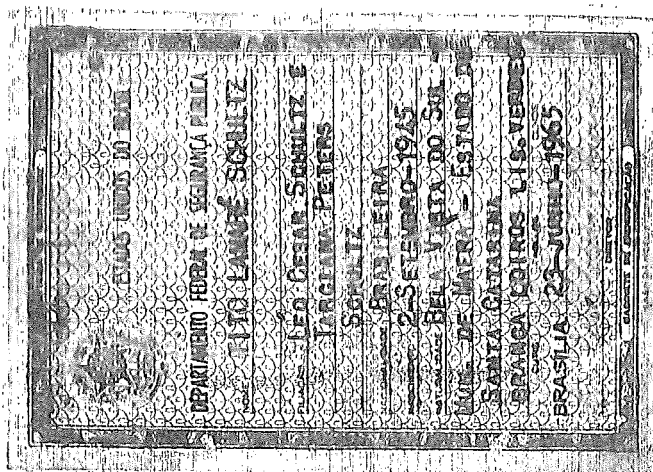
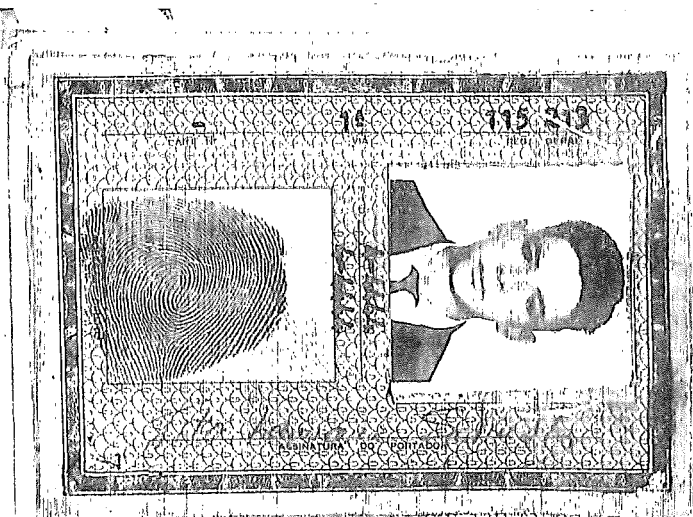
06 MAR. 1998

- | | |
|---|------------------------|
| <input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabelião | } Emp.
Juramentados |
| <input type="checkbox"/> Hilário Nadrowski | |
| <input type="checkbox"/> Rosalba Pereira | |
| <input type="checkbox"/> Cristian A. Pereira | |

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2016



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR: **TITO LAMARE SCHULTZ**

DATA DE NASCIMENTO: **02/09/45** Nº INSCRIÇÃO: **111406109/57** B.V. **022** ZONA: **0019**

MUNICÍPIO / UF: **MAFRA / SC** DATA DE EMISSÃO: **18/09/86**

PRESIDENTE DO TRE: *[Signature]*

VÁLIDO EM TODA A TERRITÓRIO NACIONAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

[Signature]

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

16

CIC

NASCIMENTO: **02.09.45** INSCRIÇÃO NO CPF: **104.944.649-68**

CONTRIBUINTE: **TITO LAMARE SCHULTZ**

[Signature]
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE: *[Signature]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 01/10/2016

[Signature]

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

06 MAR. 1998

- ☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosalba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

06 MAR. 1998

- ☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosalba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

06 MAR. 1998

- ☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosalba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 07/10/2010

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ



COMARCA DE CURITIBA

Severo Agibert Junior

Escrivão do Juízo de Paz e de Casamentos de São Casemiro do Taboão,
Terceira Zona de Curitiba, Capital do Estado do Paraná

REGISTRO DE NASCIMENTOS E ÓBITOS

NASCIMENTOS Nº 9.451

CERTIFICO, que às folhas 173 do livro 36 de Registro de Nascimentos, foi lavrado hoje, o assento de Nascimento de "E U Z E B I O S P I S L A"; nascido no dia 20 de fevereiro de 1.946 (vinte de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis) às vinte e quatro horas, em domicílio, na Colonia Santa Candi-da, desta zona, do sexo masculino, de cor branca, filho legítimo de Pedro Spisla Filho e de sua mulher dona Martha Baude Spisla, ele pedreiro e ela doméstica, naturais deste Estado, casados e residentes nesta zona; são avós paternos:- Pedro e Anastacia Spisla, e maternos:- Thomaz e Maria Baude. Foi declarante o próprio Pai. E serviram de testemunhas:- Ernesto Xavier e Alceu Stencil. O referido é verdade do que dou fé.

São Casemiro do Taboão 21 de fevereiro de 1.946

O ESCRIVÃO VITALICIO.

SEVERO AGIBERT JUNIOR.

Severo Agibert Junior

Escrivão de Paz e Taboão

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2000

República dos Estados Unidos do Brasil

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CURITIBA



DISTRITO VILA DE STA. FELICIDADE
COMARCA DE CURITIBA

NASCIMENTO N.º 294.

José das Chagas Lima

ESCRIVÃO DISTRITAL VITALICIO

Com função de Tabelião e Oficial do Registro Civil e de Casamentos

CERTIFICO que a fls. 102. - do livro N.º sete, de registro de Nascimentos, foi registrado o assento de GERALDO. - - - - - nascido a 30 de Abril, - - - de 1942, a 14, - - - horas em neste Distrito, do sexo masculino, - - - de cor, branca, - - -, filho legítimo, - - -, - - - de Francisco Valenga, e de sua mulher Da. Roza Sidoski Valenga, naturais deste Estado, casados no extinto Distrito de Nossa Senhora da Conceição, residentes neste Distrito, elle lavrador, e ella domestica;

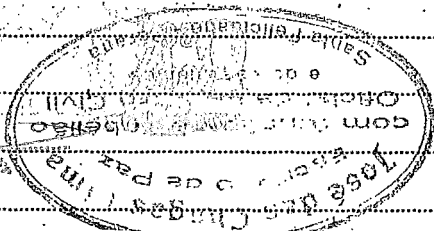
sendo avós paternos Miguél Valenga, e Da. Eva Valenga.

e maternos João Sidoski, e Da. Catarina Sidoski.

Foi declarante o pãe.

e serviram de testemunhas Antonio Jagas, ferreiro, e José Tulio, comerciante, residentes neste Distrito, e conhecidos de mim escrivão e do declarante.

Observações Sendo que o referido registrado nasceu no dia trinta de Abril do ano de mil e novecentose quarenta e dois, em domicilio neste Distrito as quatorze Horas.



SERVIÇO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

República Federativa do Brasil

Primeiro Distrito da Comarca de Mafra



Estado de Santa Catarina

FREDERICO M. SALIBA

Oficial do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos, Óbitos e Escrivão de Paz
do Primeiro Distrito da Comarca de MAFRA - Estado de Santa Catarina

CASAMENTO N.º 3.239

Certifico que a fls. 44 do livro "B" N.º 11 de Registro de Casamentos,
consta o assento do matrimônio do Sr. ANTONIO ARTEN
com Dona SIBILA GLADE
contraído perante o juiz de Paz Sr. CARLOS JUNG
e as testemunhas WILLYBALDO FREDERICO UHLMANN e ALFREDO EVERS.

ELE, natural de Iracema, deste Estado.
Nascido em 05 de Setembro de 1940.
profissão escriturário
domiciliado e residente nesta cidade.
filho de JOÃO ARTEN SOBRINHO
natural deste Estado nascido em 1.900
e de dona MICHILINA ARTEN
natural da Ucrania nascida em, digo, falecido em 1.955
residente e domiciliado em Iracema, deste Estado.

ELA, natural de Iapa, Estado do Paraná.
Nascida em 28 de Fevereiro de 1942
profissão costureira
domiciliada e residente nesta cidade.
filha de FREDERICO GLADE
natural do Paraná nascido em 1.912
e de dona ISAUARA MAUBER GLADE
natural do Paraná nascida em 1.915
residente e domiciliada nesta cidade.
A contraente passou assinar-se SIBILA ARTEN.
SÃO CASADOS SOB O REGIME DE COMUNHÃO DE BENS.

M: **COMUNICAÇÕES**
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.1946

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

06 MAR 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F. (047) 642-0597 Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski
☐ Rosalba Pereira
☐ Cristian A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM.

01/10/2010

8

20
Lph

Comarca de Mafra



Estado de Santa Catarina

ARLEY RENATO SCHULTZ

Official Designado

CARTÓRIO DE BELA VISTA DO SUL

CASAMENTO N. 1.089

Certifico que a fls. 70V do Livro "B" N. 6 de Registro de Casamentos, consta o assento do matrimônio do Sr. TITO LAMARE SCHULTZ com Dona VILMA KOENE

contraído perante o Juiz de Paz Sr. ALFREDO MARKOVSKI e as testemunhas As constantes do Termo

ELE, natural da sede deste distrito

Nascido em 02 de Setembro de 1945

profissão Motorista

domiciliado e residente na sede deste distrito

filho de LÉO CESAR SCHULTZ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

nascido em 1914

e de dona TACIANA PETERS SCHULTZ

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

nascida em 1912

residente^s e domiciliad^{os} em São Lourenço, distrito de Mafra neste Estado

ELA, natural de Augusta Vitorianneste distrito

Nascida em 24 de Julho de 19 44

profissão Doméstica

domiciliada e residente em Augusta Vitorianneste distrito

filha de FRANCISCO KOENE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

nascido em 1906

e de dona MILDA PUTTKAMMER KOENE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

nascida em 1909

residente^s e domiciliad^{os} em Augusta Vitoria, neste distrito

A contraente passou assinar-se "VILMA KOENE SCHULTZ".-

SÃO CASADOS SOB O REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS".-

O matrimônio foi realizado em 07 de Maio de 19 66

O referido é verdade e dou fé.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/1206

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devidamente à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

06 MAR. 1998

Tabellião Aécio Pereira
CPF 016.531.289-16
F: 0471-62-0894 - Rio Negro/PR

☒ Aécio Pereira - Tabellião

☒ Vilasdo Nodowski

☒ Rosalba Pereira

☒ Cristian A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 535 - 7º ANDAR
EDIF. MONTEPAR - CENTRO CÍVICO - CEP 80530-906



BEL. NILO UBIRAJARA DE SOUZA SAMPAIO
SERVENTUÁRIO
BEL. PÉRICLES COELHO
MARCELO DE SOUZA SAMPAIO
CLÁUDIO CORDEIRO PERINI JR.
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
VERA LÚCIA ROMOR
ZÉLIA REZENDE OLIVEIRA
JURAMENTADOS

CERTIDÃO NEGATIVA CIVEL

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada, que revendo os livros de Registros existentes nesta Serventia a meu cargo, dos mesmos não consta, contra:

[illegible]

qualquer ação CÍVEL (1a. a 21a. Varas Cíveis e Vara de Precatória Cível) no período de 5 de Março de 1978, até esta data.

O referido e' verdade e dou fe'.

Curitiba, 5 de Março de 1998.

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
- Juramentado -

Lei 11960 de 19/12/97
Tabela XVI dos DISTRIBUIDORES n. VI letra (a) -> R\$ 11,00
Certidão emitida às 17:09:18

4° TABERNIMATO - LAPORTE

Apresento este documento
em data de 09/09/2009
Curitiba, 09/09/2009

SEMPRE COM O ORIGINAL

EM 01 to 1206

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 535 - 7º ANDAR
EDIF. MONTEPAR - CENTRO CÍVICO - CEP 80530-906



BEL. NILO UBIRAJARA DE SOUZA SAMPAIO
SERVENTUÁRIO
BEL. PÉRICLES COELHO
MARCELO DE SOUZA SAMPAIO
CLÁUDIO CORDEIRO PERINI JR.
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
VERA LÚCIA ROMOR
ZÉLIA REZENDE OLIVEIRA
JURAMENTADOS

CERTIDÃO NEGATIVA CIVEL

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada,
que revendo os livros de Registros existentes nesta Serventia a meu
cargo, dos mesmos não consta, contra:

GERALDO VALENGA

qualquer ação CIVEL (1a. a 21a. Varas Cíveis e Vara de Precatória
Cível) no período de 5 de Março de 1978, até esta data.

O referido é verdade e dou fe'.

Curitiba, 5 de Março de 1998.

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
- Juramentado -

Lei 11960 de 19/12/97
Tabela XVI dos DISTRIBUIDORES n. VI letra (a) -> R\$
Certidão emitida às 17:09:53

11,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/11/2010
2010

4º TABELADO - LAFORTE

09/03/98
CURITIBA

23
ph

JUIZO DE DIREITO COMARCA DE MAFRA - SC
FÓRUM DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES DA CUNHA MELLO
Avenida Coronel José Severiano Mala, 863 - Mafra - SC - CEP: 89300-000

CERTIDÃO

**FRANCISCO EDUARDO CAETANO, ESCRIVÃO DO CÍVEL E
COMÉRCIO DA COMARCA DE MAFRA, SANTA CATARINA**

#####

CERTIFICA, em breve relatório, a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste Cartório os livros destinados aos registros de **AÇÕES CÍVEIS - nos últimos cinco (05) anos retroativo**, deles verifiquei não constar qualquer **AÇÃO** contra **ANTONIO ARTEN**, pessoa física, brasileiro, casado, contador, residente na rua Tenente Ary Rauhen, nesta cidade de Mafra, portador da C.I. 9/R nº 245.459 e CPF sob nº 104.943.939-53. O referido é verdade e dou fé. Eu, Escrivão a fiz digitar e subscrevo.

Mafra (SC), 09 de março de 1998.



1-7-98
FRANCISCO EDUARDO CAETANO
ESCRIVÃO JUDICIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/1998

OBSERVAÇÃO: Prazo de validade 60 (sessenta) dias.

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR

09 MAR 1998

AUTENTICAÇÃO

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0694 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosilba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
8

24
Lph

JUIZO DE DIREITO COMARCA DE MAFRA - SC
FÓRUM DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES DA CUNHA MELLO
Avenida Coronel José Severiano Mala, 863 - Mafra - SC - CEP: 89300-000

CERTIDÃO

FRANCISCO EDUARDO CAETANO, ESCRIVÃO DO CÍVEL E
COMÉRCIO DA COMARCA DE MAFRA, SANTA CATARINA

#####

CERTIFICA, em breve relatório, a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste Cartório os livros destinados aos registros de **AÇÕES CÍVEIS - nos últimos cinco (05) anos retroativo**, deles verifiquei não constar qualquer **AÇÃO** contra **TITO LAMARÉ SCHULTZ**, brasileiro, casado, diretor executivo, residente na rua Nicolau Bley Neto n° 342 nesta cidade de Mafra, portador da C.I. 9/R n° 115.213-DF e CPF sob n° 104.944.649-68. O referido é verdade e dou fé. Eu, Escrivão a fiz digitar e subscrevo.

Mafra (SC), 09 de março de 1998.



FRANCISCO EDUARDO CAETANO
ESCRIVÃO JUDICIAL

OBSERVAÇÃO: Prazo de validade 60 (sessenta) dias.

o
p
J

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devolvido a parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

09 MAR. 1998

AUTENTICAÇÃO

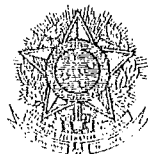
Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642.0594 - Rio Negro/PR

<input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabelião	Emp. Juramentados
<input type="checkbox"/> Hilário Nodkowski	
<input type="checkbox"/> Rosalba Pereira	
<input type="checkbox"/> Cristian A. Pereira	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 535 - 7º ANDAR
EDIF. MONTEPAR - CENTRO CÍVICO - CEP 80530-906

CENTRAL DE CERTIDÕES
RUA XV DE NOVEMBRO, 362 - 2º AND. - C.J. 202 - CEP 80020-923



25
ESTADO DO PARANÁ
SERVENTUÁRIO
JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
EMPREGADOS JURAMENTADOS
MAURI TOZO
SANDRA LUCIA PELIKI

FALÊNCIA - CONCORDATA - CRIME - CÍVEL (VARAS DA FAZENDA - FAMÍLIA - EXECUÇÕES DO ESTADO E MUNICÍPIO)

fls. 1

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros de distribuições CRIME existentes neste Cartório, dos mesmos não consta qualquer ação contra:

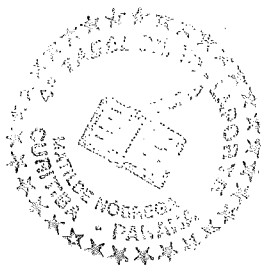
~~ZELEZIO SPISLA~~

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste Cartório) (Lei No. 4.677, de 29/12/62), até a presente data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 4 de março de 1998.

CUSTAS: R\$ 11,00



Lêda Regina Hirt de Souza
Juramentada



SE
MINISTÉRIO
CONF. ORIGINAL

EM 01 10 2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU, 535 - 7º ANDAR
EDIF. MONTEPAR - CENTRO CÍVICO - CEP 80530-906



ESTADO DO PARANÁ

SERVENTUÁRIO
JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
EMPREGADOS JURAMENTADOS
MAURI TOZO
SANDRA LUCIA PELIKI

CENTRAL DE CERTIDÕES

RUA XV DE NOVEMBRO, 362 - 2º AND. - CJ. 202 - CEP 80020-923

FALÊNCIA - CONCORDATA - CRIME - CÍVEL (VARAS DA FAZENDA - FAMÍLIA - EXECUÇÕES DO ESTADO E MUNICÍPIO)

fls. 1

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros de distribuições
CRIME, existentes neste Cartório, dos mesmos não consta qualquer ação contra:

GERALDO VALENGA

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste Cartório) (Lei No. 4.677, de 29/12/62), até a presente data.

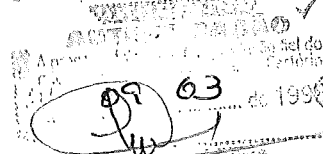
O REFERIDO É VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 4 de março de 1998.

Leda Regina Hirt de Souza
Juramentada

CUSTAS: R\$ 11,00

1º TABELIONATO - LAPORTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. COM. COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

27
20h

CERTIDÃO

DIVINAMIR DE OLIVEIRA PINTO, Escrivã
Judicial da única Vara Criminal da Comarca de Mafra-Santa Catarina, na
forma da lei, etc

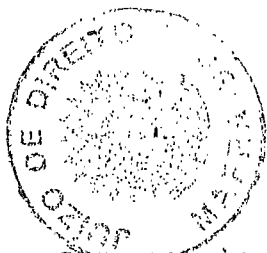
CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada, que revendo em Cartório, os livros Rol dos Culpados, neles verifiquei nos últimos cinco anos não constar o nome de **ANTONIO ARTEN**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF sob nº104.993.939-53, residente nesta cidade e comarca.

CERTIFICA, mais que, no mesmo Cartório, não consta que o mesmo esteja sendo processado por este Juízo, por qualquer crime ou contravenção.

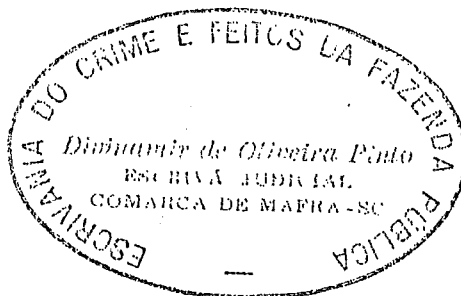
O referido é verdade, o que a Escrivã que esta
subscrive dá sua fé.

Mafra, 06 de março de 1.998.

ESCRIVÃ JUDICIAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02/10/2010



Handwritten signature and initials on the right margin.

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado, e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - 1998

09 MAR. 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Androwski } Emp.
☐ Rosalba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2060



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

28

CERTIDÃO

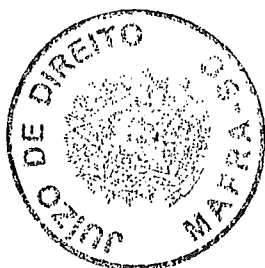
DIVINAMIR DE OLIVEIRA PINTO, Escrivã
Judicial da única Vara Criminal da Comarca de Mafra-Santa Catarina, na
forma da lei, etc

CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada, que revendo em Cartório, os livros Rol dos Culpados, neles verifiquei nos últimos cinco anos não constar o nome de **TITO LAMARÉ SCHULTZ**, brasileiro, casado, diretor executivo, portador do CPF sob nº104.944.649-68, residente nesta cidade e comarca.

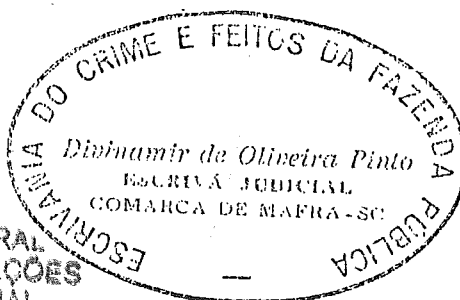
CERTIFICA, mais que, no mesmo Cartório, não consta que o mesmo esteja sendo processado por este Juízo, por qualquer crime ou contravenção.

O referido é verdade, o que a Escrivã que esta
subscrive dá sua fé.

Mafra, 06 de março de 1.998.



ESCRIVÃ JUDICIAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 02/10/1998

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

09 MAR. 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF: 016.831.289-15
CNPJ: 042.0894 - Rio Negro/PR
F.1047

- | | |
|---|---------------------|
| <input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabellão | Emp
Juramentados |
| <input type="checkbox"/> Hilário Nadrowski | |
| <input type="checkbox"/> Rosalba Pereira | |
| <input type="checkbox"/> Cristian A. Pereira | |

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
01740/2060
2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO Nº 306 - 4º ANDAR

TITULAR

NILO J. DE S. CAMARGO

EMPREGADOS JURAMENTADOS

POLLYANA MERCER DE CAMARGO MARTINS

BEL. MOIZÉS PINTO SILVEIRA

NELSON PIRES DO AMARAL

29

SERVENTIA DA JUSTIÇA
3º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
NILO JOSÉ DE SOUZA CAMARGO
- TITULAR -
CURITIBA - PARANÁ

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo nesta Serventia da Justiça os arquivos de distribuições aos cartórios de protesto de títulos desta Capital, deles, NÃO CONSTA, nos últimos cinco anos, tenha sido distribuído qualquer título de crédito contra:

EUZEBIO SPISLA CPF 200.823.129-15

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná
ao(s) *três* (03) dia(s) de *março* (03) do ano de 1998 .

(Custas: R\$ 11,00)
Emitida por: FONTANA1

Chancelada Mecanicamente Cfe. Reg. Nº 453.700
do 2º Ofício de Títulos e Docs. e Autorização da
Corregedoria da Justiça - Of. Nº 0470-03/02/81

MOIZÉS PINTO SILVEIRA

CONFERE COM O ORIGINAL

01/10/2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA
ESTADO DO PARANÁ

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR
RUA MAL. FLORIANO PELXOTO Nº 306 - 4º ANDAR

TITULAR

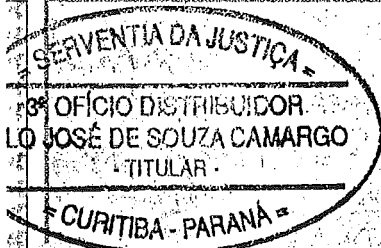
NILO J. DE S. CAMARGO

EMPREGADOS JURAMENTADOS

POLLYANA MERCER DE CAMARGO MARTINS

BEL. MOIZÉS PINTO SILVEIRA

NELSON PIRES DO AMARAL



CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo nesta Serventia da Justiça os arquivos de distribuições aos cartórios de protesto de títulos desta Capital, deles, **NÃO CONSTA**, nos últimos cinco anos, tenha sido distribuído qualquer título de crédito contra:

GERALDO VALENGA CPF 428.653.109-06

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná
ao(s) **três (03)** dia(s) de **março (03)** do ano de **1998**.

(Custas: R\$ 11,00)
Emitida por: FONTANA1

Chancelada Mecanicamente Cfe. Reg. Nº 453.700
do 2º Ofício de Títulos e Docs. e Autorização da
Corregedoria da Justiça - Of. Nº 0470-03/02/81



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

1º TABELIONATO
MARILENE JURASZEK MENDES
CPF 004 417 409-87
TABELIÃ E OFICIAL DE PROTESTOS DESIGNADA
Comarca de MAFRA - Estado de Santa Catarina

CERTIDÃO

MARILENE JURASZEK MENDES, 1º Oficial de Protesto de Títulos,
da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada que, revendo em
cartórios os livros destinados aos PROTESTOS DE TÍTULOS, verificou NADA CONSTAR,
nos últimos cinco (05) anos contra:- ANTONIO ARTEN, CIRG-9/R-"/
245.459/SC e CPF nº 104.993.939-53.-

CERTIFICO, outrossim que os dados acima foram extraídos do arquivo
recebido com o acervo do 1º Tabelionato dia 01 de abril de 1996, e do arquivo elaborado
a partir da mesma data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
MAFRA, 09 DE março DE 1.998.-
HORA:- (08:10Hrs.).-

1.º OFÍCIO

83 545 541 / 0001 - 22

MAFRA - 1.º TABELIONTO DE
NOTAS

PRAÇA DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES, 55

CENTRO - CEP 89300-000

MAFRA - SC

1.º Tabelionato
MARILENE JURASZEK MENDES
CPF 004.417.409-87
Tabeliã e Oficial de Protesto Designada
89.300-000 - MAFRA - Sta. Catarina

CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2012

Rio Negro - PR

09 MAR. 1998

Campeonato Adriclo Pereira
CPF 016.631.289-15
10/07/2012-0594- Rio Negro RR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosalba Pereira } Juramentados
☐ Cristian A. Pereira }

ATTENTION

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL



ARLEY RENATO SCHULTZ

Tabellão de Notas e Escrivão de Órfãos,
Ausentes, Provedorias, Resíduos e
Bens de Evento
2.º Ofício de Protesto de Títulos
Comarca de Mafra
Estado de Santa Catarina

32
[assinatura]

Arley Renato Schulz
Tabellão de Notas
CPF 203210029-87

Soeli H. Schultz
CPF 258796049-68
Oficial Maior
MAFRA - SC

CERTIDÃO

ARLEY RENATO SCHULTZ, 2.º Oficial de Protestos de Títulos da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada que, revendo em cartório os livros destinados aos PROTESTOS DE TÍTULOS, verificou NADA constar, nos últimos cinco (5) anos contra, a pessoa física ANTONIO ARTEN, com CPF nº 104.993.939-53. (14:00hs).

O referido é verdade e dá fé.

Mafra(SC) 06 de Março de 19 98

[assinatura]

83545 558/0001 - 80

MAFRA
2.º TABELONATO DE NOTAS

Avenida Cel. José Severiano Maia, 112

Contato - GRP 80.800

Mafra - SC

Arley Renato Schulz
Tabellão de Notas
CPF 203210029-87

Soeli H. Schultz
CPF 258796049-68
Oficial Maior
MAFRA - SC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2016

[assinatura]

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

09 MAR. 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F.D.471 642-0594 - Rio Negro/PR

<input type="checkbox"/> Aécio Pereira - Tabellão	Emp. Juramentados
<input type="checkbox"/> Hilário Nadrowski	
<input type="checkbox"/> Rosalba Pereira	
<input type="checkbox"/> Cristina A. Pereira	

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

1º TABELIONATO
MARILENE JURASZEK MENDES
CPF 004.417.409-87
TABELIÃ E OFICIAL DE PROTESTOS DESIGNADA
Comarca de MAFRA - Estado de Santa Catarina

CERTIDÃO

MARILENE JURASZEK MENDES, 1º Oficial de Protesto de Títulos,
da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada que, revendo em
cartórios os livros destinados aos PROTESTOS DE TÍTULOS, verificou NADA CONSTAR,
nos últimos cinco (05) anos contra: - TITO LAMARE SCHULTZ, CIRG"
115.213/BR e CPF nº 104.944.649-68.-

CERTIFICO, outrossim que os dados acima foram extraídos do arquivo
recebido com o acervo do 1º Tabelionato dia 01 de abril de 1996, e do arquivo elaborado
a partir da mesma data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ
MAFRA, 09 DE março DE 1.998.-
HORA:- (08:05Hrs.).-

1.º OFÍCIO

83 545 541 / 0001 - 22

MAFRA - 1.º TABELIONTO DE
NOTAS

PRAÇA DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES, 55

CENTRO - CEP 89303-000

MAFRA - SC

1.º Tabelionato
MARILENE JURASZEK MENDES
CPF 004.417.409-87
bel 7 0 1 do Tabela Designada
89.300-000 - MAFRA - Sta. Catarina

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02/10/2000

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e sou fe.
Rio Negro - PR

09 MAR. 1998

Tabelliato Aécio Pereira
CPF 015.831.289-15
FIC 047.642.0594 Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski Emp.
☐ Rosalba Pereira Juramentados
☐ Cristim A. Pereira

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2010



ARLEY RENATO SCHULTZ

Tabelião de Notas e Escrivão de Órfãos,
Ausentes, Provedorias, Resíduos e
Bens de Evento
2.º Ofício de Protesto de Títulos
Comarca de Mafra
Estado de Santa Catarina



34
[Assinatura]

CERTIDÃO

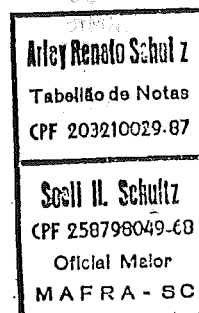
ARLEY RENATO SCHULTZ, 2.º Oficial de Protestos de Títulos da Comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina.

CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada que, revendo em cartório os livros destinados aos PROTESTOS DE TÍTULOS; verificou NADA constar, nos últimos cinco (5) anos contra a pessoa física TITO LAMARE SCHULTZ, com CPF nº 104.944.649-68. (14:00hs).

O referido é verdade e dá fé.

Mafra(SC) 06 de Março de 1998

[Assinatura]
83545 558/0001-80
MAFRA
1.º TABELIONATO DE NOTAS
Avenida Cel. José Severiano Mata, 200
Cidade - CEP 89.500
Mafra - SC



SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS
CONFERE Cópia Original
EM 01/10/2010
[Assinatura]

[Assinatura]

Autentico a presente fotocópia por confronto
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - RR

09 MAR. 1998

Tabelionato Aécio Pereira
CPF: 016.831.289-15
F(047) 642-0894 - Rio Negro/RR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski - Emp.
☐ Rosalba Pereira - Juramentados
☐ Cristian A. Pereira

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO DE REGISTRO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFÉRMICAÇÃO

EM 01/10/2010



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

35

CERTIDÃO

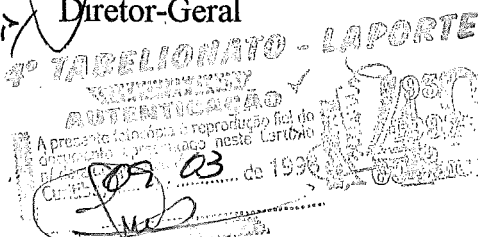
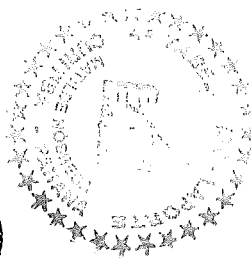
O Bacharel **IVAN GRADOWSKI**, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:

CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada e para fins de direito que revendo o Cadastro de Eleitores da Secretaria deste Tribunal, dele consta que **EUZEBIO SPISLA** nascido em 20/02/1946, filho de PEDRO SPISLA FILHO e de MARTHA BAUDE SPISLA, natural de CURITIBA - PR, inscrito sob o número 1152970612, na 01ª Seção, da 50ª Zona Eleitoral de ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral e **NADA CONSTA**, até a presente data, referente à **CONDENAÇÃO POR CRIME ELEITORAL**. E, para constar, eu, *(Hermes Prohmann da Costa)*, Oficial-de-Gabinete da Corregedoria, lavrei e mandei digitar a presente **CERTIDÃO** que vai assinada pelo Senhor Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal Regional Eleitoral.

Curitiba, 5 de março de 1998

(Assinatura)
IVAN GRADOWSKI
Diretor-Geral

CUSTAS: ISENTO
CERT.DOC



SERVIÇO
MINISTÉRIO
CONFÉRM
EM 01

19 2010



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

36
Pdh

CERTIDÃO

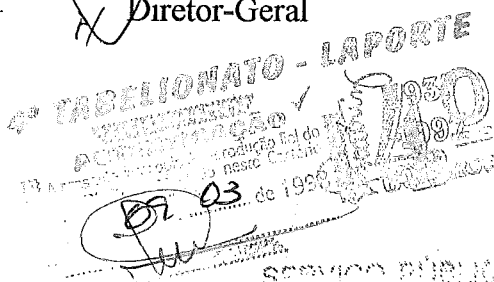
O Bacharel **IVAN GRADOWSKI**, Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná:

CERTIFICA, a pedido verbal da parte interessada e para fins de direito que revendo o Cadastro de Eleitores da Secretaria deste Tribunal, dele consta que **GERALDO VALENGA** nascido em 30/04/1942, filho de FRANCISCO VELENGA e de ROSA VALENGA, natural de CURITIBA - PR, inscrito sob o número 94090698, na 51ª Seção, da 01ª Zona Eleitoral de CURITIBA, Estado do Paraná, **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral e **NADA CONSTA**, até a presente data, referente a **CONDENAÇÃO POR CRIME ELEITORAL**. E, para constar, eu, *(Hermes Prohmann da Costa)*, Oficial-de-Gabinete da Corregedoria, lavrei e mandei digitar a presente **CERTIDÃO** que vai assinada pelo Senhor Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal Regional Eleitoral.

Curitiba, 5 de março de 1998

(Assinatura)
IVAN GRADOWSKI
Diretor-Geral

CUSTAS: ISENTO
CERT.DOC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MII
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 02/10/2010

37
Pb

CARTÓRIO ELEITORAL
22ª. ZONA ELEITORAL - MAFRA/ESTADO DE
SANTA CATARINA

CERTIDÃO

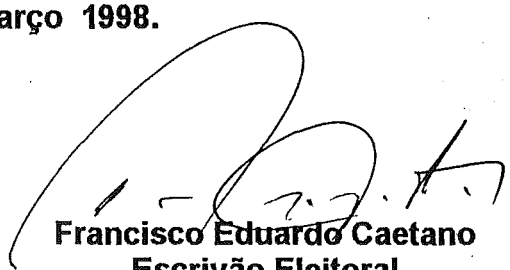
Francisco Eduardo Caetano - Escrivão Eleitoral da 22ª. Zona - Estado de Santa Catarina, na forma da Lei.

CERTIFICA a requerimento verbal da pessoa interessada, que, revendo o fichário desta Zona Eleitoral, nele foi encontrada a folha individual de votação com os dados abaixo:

ANTONIO ARTEN, brasileiro, casado, nascido em 05/09/1940, filho de João Artén Sobrinho e Miguelina Artén, eleitor na seção n.013 título de eleitor n.111223009/73, estando quites com a Justiça Eleitoral nos últimos cinco anos, tendo esta validade, para fins de quitação do eleitor, em relação às eleições, até o próximo pleito eleitoral que se dará em 04/10/98.

E sendo esta a expressão da verdade, eu, Francisco Eduardo Caetano, escrivão eleitoral o fiz digitar, assino.

Mafrá/SC 06 de março 1998.


Francisco Eduardo Caetano
Escrivão Eleitoral

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/1206

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

06 MAR. 1998

Lauretato Aécio Pereira
CPF 016.631.289-15
RIO NEGRO - PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadmowski
☒ Rosalva Pereira
☐ Cristian A. Pereira

Escrup
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 02/10/2000

38
Poh

CARTÓRIO ELEITORAL
22ª. ZONA ELEITORAL - MAFRA/ESTADO DE
SANTA CATARINA

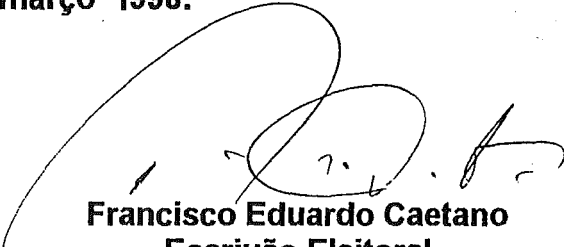
CERTIDÃO

Francisco Eduardo Caetano - Escrivão Eleitoral da 22ª. Zona - Estado de Santa Catarina, na forma da Lei.


CERTIFICA a requerimento verbal da pessoa interessada, que, revendo o fichário desta Zona Eleitoral, nele foi encontrada a folha individual de votação com os dados abaixo:

TITO LAMARE SCHULTZ, brasileiro, casado, nascido em 02/09/1945, filho de Leo Cesar Schultz e Tarciana Peters Schultz eleitor na seção n.019 título de eleitor n.111406109/57, estando quites com a Justiça Eleitoral nos últimos cinco anos, tendo esta validade, para fins de quitação do eleitor, em relação às eleições, até o próximo pleito eleitoral que se dará em 04/10/98. E sendo esta a expressão da verdade, eu, Francisco Eduardo Caetano, escrivão eleitoral o fiz digitar, assino.

Mafra/SC 06 de março 1998.


Francisco Eduardo Caetano
Escrivão Eleitoral

SERVIÇO DE REGISTRO ELEITORAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
QUADRO DE REGISTRO

01 10 2010


Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devidamente a parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

06 MAR 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.259-15
F(047) 642-0692

☐ Aécio Pereira - Tabellão
☐ Hilário Nadrowski
☐ Kosalba Pereira
☐ Cristian A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2002

ANEXO III

DECLARAÇÃO (subitem 5.3.)

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações, relativamente ao Edital da Concorrência nº 025/98-SSR/MC, localidade de Rio Negro, Estado do Paraná que, como representantes legais da entidade **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**, assumimos o compromisso, caso ela seja vencedora desta Licitação de:

a) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

b) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento.

Mafra-SC, 10 de Março de 1998.

Euzébio Spisla

Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente

Geraldo Valenga

Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente

Antonio Arten

Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário

Tito Lamaré Schultz

Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

40
[Handwritten signature]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atender ao subitem 5.3.2 do Edital de Licitação relativo à Concorrência nº 025/98-SSR/MC, que o interessado abaixo firmado recebeu, nesta data, toda a documentação que compõe o referido Edital e seus Anexos.

Curitiba, 16 de MARÇO de 1998.

Assinatura: *[Handwritten signature]*
Servidor do MC- MARIA ISABEL SOARES PIERIN
Matrícula: 0454812

Interessado Pessoa Jurídica ou equivalente:

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII 55.131.829/0001-86
Denominação ou Razão Social Completa CGC

Interessado Pessoa Física:

.....
(Nome completo) Doc. Identidade

Endereço completo para correspondência:

R. Tenente Ary Rauen 1361 - Centro
Cidade: MARFRA UF: SC
CEP: 89300-000 Fone: (047) 642-39-55 Fax: (047) 642-.....

Portador do Edital e seus Anexos:

De acordo:
Assinatura: *[Handwritten signature]*
Nome completo: *[Handwritten signature]*
Documento de Identidade: 1078211-2 Órgão Emissor: PR

(Preencher todos os campos com letra de forma maiúscula)

1ª Via: Interessado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.2010
[Handwritten signature]

ANTONIO ARTEN

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII - 016

PÁGINA: 00001

R H S

BALANÇO PATRIMONIAL
PERÍODO: JAN/97 A DEZ/97

Sistema Administração Contábil

EMISSÃO: 31/12/97 - 09:50:47

NOME DA CONTA	SALDO DO PERÍODO
ATIVO	1.470.778,94
CIRCULANTE	1.148.861,73
DISPONIBILIDADES	997,94
CAIXA	997,94
BANCOS CONTA MOVIMENTO	16.029,67
B.MERIDIONAL S/A C/66.506	12,37
B.BESC S/A. -20.110-1	16.017,30
BANCOS CONTA POUPANÇA	1.986,97
B.BESC S/A.POUP-136.350-6	1.986,97
BANCOS CONTA APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.103.171,18
B.BESC S/A. APLICAÇÃO RDB	619.211,25
B.MERIDIONAL DO BRASIL S/A C/CDB	477.054,16
CX.EC.FED.S/A.FUNDO AZUL-30.923-7.	6.905,77
TÍTULOS A RECEBER C/CORR.DEVEDORES	26.675,97
CELESC S/A	3.773,70
TELESC S/A.	1.117,54
UNIVERSIDADE EST.DE STA.CATARINA.	288,00
SECOM	55,29
UDESC	105,00
PARTIDO DO MOV.DEMOC.BRAS.-PMDB	125,76
IANE T.G.HOLSBACH C/VIDA LIDA	1.500,00
UNIMED FED.EST.COOP.MEDICA	1.008,48
CAEP DA CON.CAMPINA KONCKEL C/ENPR.	5.000,00
TEIXEIRA IND.E COM.DE CALÇADOS	900,00
COLEGIO SÃO JOSÉ	675,00
IRMAOS BARTNECK S/A.	10.867,20
ENPR.PESQ.AGROP.DE EXP.RURAL DE S/C	1.260,00
ATIVO PERMANENTE	321.917,21
IMOBILIZADO	374.596,89
TERRENOS	490,87
DISCOTECA	30.171,04
VEICULOS	40.198,39
EQUIPAMENTOS E TRANSMISSORES	187.545,99
MOVEIS E UTENSILIOS	39.032,52
EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES	50.657,26
INSTALAÇÕES DIVERSAS	7.598,69
FERRAMENTAS	97,05
INSTALAÇÕES TRANSMISSORES	243,80

ANTONIO ARTEN
Rua Tie. Ary Baran, 692 - Fone 047 642-0210
M A F R A Santa Catarina
Contador CRC-SC 003073/O-8 - CPF 104.993.939-53
Reg. DEC 975

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01.10.2010

R H S
Sistema Administracao ContabilBALANCO PATRIMONIAL
PERIODO: JAN/97 A DEZ/97

EMISSAO: 31/12/97 - 09:51:53

NOME DA CONTA

SALDO DO
PERIODO

MAQ.E EQUIP.-ESCRITORIO	2.500,72
MAQUINAS E EQUIP.-DIVERSOS	10.539,59
BIBLIOTECA	5.520,97
(-)-DEPRECIACOES OU AMORT.ACUMUL.	52.679,68-

DEPREC.S/DISCOTECA	1.852,10-
DEPREC.S/VEICULOS	8.824,45-
DEPREC.S/EQUIP.E TRANSMISSORES	22.996,37-
DEPREC.S/MOVEIS E UTENSILIOS	4.099,05-
DEPREC.S/EDIFICACOES E CONSTRUCOES	12.029,15-
DEPREC.S/INSTALACOES DIVERSAS	872,05-
DEPREC.S/FERRAMENTAS	46,04-
DEPREC.S/INSTALACOES TRANSMISSORES	136,49-
DEPREC.S/MAQ.E EQUIP.-ESCRITORIO	574,96-
DEPREC.S/MAQ.E EQUIP.DIVERSOS	1.223,44-
DEPREC.S/BIBLIOTECA	25,58-

ANTONIO ARTEN
Rua Tie. Ary Rauen, 692 - Fone 047 642-0210
Santa Catarina
Contador CRC-SC 003073/0-8 - CPF 104.993.9-9-53
Reg. DEC 975

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/11/98 12060

R H S
Sistema Administracao ContabilBALANCO PATRIHONIAL
PERIODO: JAN/97 A DEZ/97

EMISSAO: 31/12/97 - 09:52:01

NOME DA CONTA	SALDO DO PERIODO
PASSIVO	1.470.778,94-
PASSIVO CIRCULANTE	9.183,72-
FORNECEDORES	2.300,00-
CON.DE VEICS.E MOTS.PSCHEIDT LTDA.	2.300,00-
OBRIGACOES C/PESSOAL	3.597,18-
PREV.SOCIAL INSS A PAGAR	3.597,18-
OBRIGACOES A PAGAR	1.841,57-
F.G.T.SERVICO	1.841,57-
OBRIGACOES FISCAIS	1.444,97-
IMP.DE RENDA NA FONTE A PAGAR	1.444,97-
PATRIMONIO SOCIAL	1.461.595,22-
PATRIMONIO LIQUIDO REALIZADO	1.461.595,22-
VL.PATRIMONIO DO EX.ACUMULADOS	1.230.141,32-
VL.CORRECOES DO PATR.SOCIAL	231.453,90-

ANTONIO ARTEN
Rua Tie. Ary Rauer, 692 - Fone 047 842-0210
M A F N A Santa Catarina
Contador CRC-SC 003073/0-8 - CPF 104.993.4-53
Reg. DEC 975

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 06/10/2006

NOME DA CONTA

SALDO DO
PERIODO

CONTAS DE RESULTADOS

0,00-

RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS

710.221,12-

RECEITAS DIVERSAS

710.221,12-

PUBLICIDADE DE ANUN.-AM-A VISTA

236.272,16-

PUBLICIDADE ANUC.-FM- A VISTA

225.572,63-

PUBLICIDADE DE ANUNC.AM- A PRAZO

18.945,25-

PUBLICIDADE DE ANUNC.FM-A PRAZO

9.380,64-

RENDAS DE APLICACOES FINANCEIRAS

219.698,44-

ALUGUEIS RECEBIDOS

352,00-

DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

390.343,97

DESPESAS DE CUSTEIO

234.164,59

FRETES E CARRETOS

121,94

DESPESAS DE VIAGEM

2.600,27

MATERIAL DE EXPEDIENTE.

2.791,23

IMPOSTOS E TAXAS

513,74

PIS S/FOLHA DE PAGTO.

1.356,20

COFINS S/FATUR.

9.706,82

HONORARIOS

6.411,00

PREV.SOCIAL-INSS

38.816,66

ORDENADOS E SALARIOS

149.993,42

F.G.T.SERVICO

12.631,39

IMPOSTO SINDICAL

8.487,38

IMPOSTOS MUNICIPAIS

734,54

DESPESAS DE MANUTENCAO

33.176,44

COMBUSTIVEIS E LUBRIF.

1.835,15

ENERGIA ELETRICA

19.274,80

MANUTENCAO VEICULOS

473,23

MANUT.EQUIPAMENTOS E TRANSMISSORES.

4.593,35

DESPESAS DE TELEFONE

4.698,53

AGUA E ESGOTO

167,88

ASSISTENCIA TECNICA

2.112,00

MANUT.MAQUINAS

21,50

OUTRAS DESPESAS

126.562,94

COMISSOES E PUBLICIDADES

40.750,46

DESPESAS DIVERSAS

20.472,67

CORREIOS E TELEGRAFOS

249,52

ASS.SERV.DENTEL

361,44

ASSINATURA E PUBLICACAO

197,27

SEGUROS

630,08

DOACAO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS

41.700,00

DESPESAS BANCARIAS

984,61

ANTONIO ARTEN
Rua Tie. Ary Raupp, 892 - Fone 042 642-0210
MAFRA - Santa Catarina
Contador CRC-SC 003073/0-8 - CPF 104.993.509-53
Reg. DEC 975

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2016

FUNDACAO JOAO XXIII - 016

PABINA: 00005

R H S

BALANCO PATRIMONIAL
PERIODO: JAN/97 A DEZ/97

Sistema Administracao Contabil

EMISSAO: 31/12/97 - 09:53:19

NOME DA CONTA

SALDO DO
PERIODO

ASS. TELEBRAS EMBRATEL	45,89
PUBLICACOES EM REVISTA E JORNAL	80,00
DOACOES DIVERSAS	21.091,00
RECEITAS FINANCEIRAS	3.560,00-
-----	-----
JUROS AUFERIDOS	3.560,00-
VARIACAO PATRIMONIAL	319.877,15
-----	-----
VALOR PATRIMONIAL DO EXERCICIO	319.877,15
-----	-----
VARIACAO PATRIMONIAL DO EXERCICIO	319.877,15

ANTONIO ARTEN
Rua Tie. Ary Rauen, 642 - Fone 047 642-0210
MAE M A Santa Catarina
Contador CRC-SC. 003073/0-8 - CPF 104.993.9-9-53
Reg. DEC. 975


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

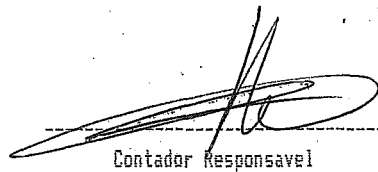
TERMO DE RECONHECIMENTO

Reconhecemos a exatidão do presente balanço patrimonial, somando respectivamente Ativo e Passivo a importância de: 1.470.778,94 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E SETENTA MIL E SETECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) bem como a demonstração do resultado do exercício de acordo com a documentação fornecida ao profissional responsável pela escrituração contábil.

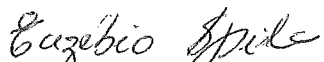
NAFRA, 31 DE DEZEMBRO DE 1997



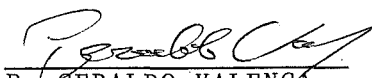
Titular da Empresa
ou seu Representante Legal
TITO LAMARE SCHULTZ
GERENTE COMERCIAL
CPF 104.944.649-48



Contador Responsável
ANTONIO ARTEN
CONTADOR
CRC-SC.3073
CPF 104.993.939-53



Pe. EUZÉBIO SPISLA
DIRETOR PRESIDENTE
CPF 200.823.129-15



Pe. GERALDO VALENÇA
DIRETOR RADIODIFUSÃO
CPF 428.653.109-06

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

01/12/97 1206

47
[Handwritten signature]

ATENDIMENTO AO ÍTEM 5.4.1.1 DO EDITAL

CÁLCULO DO ÍNDICE DE SOLVÊNCIA EM 31 / 12 / 97

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

CGC 85.131.829/0001-86

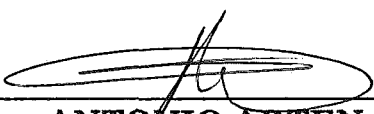
$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1$$

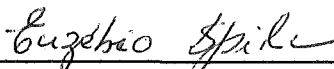
$$AT = R\$1.470.778,94$$


$$PC = R\$9.183,72$$


$$ELP = 0$$


$$IS = 160,15$$


ANTONIO ARTEN
CPF 104.993.939-53
CRC / SC 003073/0-8


Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente


Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente


Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário


Tito Lamaré Schultz
CPF 104.994.649-48
Diretor Tesoureiro

GOV. DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

01/12/2010
[Handwritten signature]

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MAFRA - SANTA CATARINA
FÓRUM DESEMBARGADOR FALVIO TAVARES DA CUNHA MELLO
Avenida Coronel José Severiano Maia, 863 - Mafra - SC - CEP: 89300-000
FONE (047) 642.3055 (047) 642.4078-FAX

CERTIDÃO

FRANCISCO EDUARDO CAETANO, ESCRIVÃO DO CÍVEL E COMÉRCIO DA
COMARCA DE MAFRA, ESTADO DE SANTA CATARINA

#####

CERTIFICA, em breve relatório, a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste Cartório os livros destinados aos registros de **FALÊNCIAS E CONCORDATAS** nos últimos cinco (05) anos retroativo, deles verificou nada constar com relação a **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII** pessoa jurídica de direito privado, portadora do CGC nº 85.131.829/0001-86, com sede na rua Tenente Ary Rauén nº 1361 nesta cidade. O referido é verdade e dou fé. Eu, Escrivão a fiz digitar e subscrevo.

Mafra (SC), 12 de março de 1988

FRANCISCO EDUARDO CAETANO
ESCRIVÃO JUDICIAL

Observação: Prazo de validade 60 (sessenta) dias



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01/10/2010

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0894 - Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira Tabellão
☐ Hilário Negrowski Emp.
☐ Rosalva Pereira Juramentados
☐ Cristiam A. Pereira

AUTENTICAÇÃO

SE
SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CGC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
85.131.829/0001-86

ATIV. CNAB

VÁLIDO ATÉ
30/06/1998

NATUREZA JURÍDICA
15 - FUNDAÇÃO

CPF DO RESPONSÁVEL
104.944.649 - 68

ÓRGÃO DA SRP
(0920204) - MAFRA

NOME EMPRESARIAL (FIRMA, RAZÃO SOCIAL OU DENOMINAÇÃO COMERCIAL)
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
RADIO SÃO JOSE

LOGRADOURO
R TENENTE ARY RAUEN

NÚMERO
1361

COMPLEMENTO

CEP
89300-000

SALIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
MAFRA

UF
SC

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES
Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado.

M970517

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006

Autentico a presente fotocópia por conter
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

09 MAR, 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-18
F(047) 542-0594 - Rio Negro-PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski } Emp.
☐ Rosalva Pereira } Juramentados
☐ Cristin A. Pereira }

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2000
b



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DIVISÃO DE CADASTRO TRIBUTÁRIO

PARA USO DO PROCESSAMENTO

01

ETIQUETA

02 Nº. DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DO ICMS

CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS
FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - FIC

1. PREENCHA A MÁQUINA, EM TRÊS VIAS PERFEITAMENTE LEC
2. OS ITENS DE FUNDO ESCURECIDO NÃO SERÃO PREENCHIDOS
3. NO CASO DE ALTERAÇÃO CADASTRAL, PREENCHA O ITEM 02 E OS ITENS A SEREM ALTERADOS; SE ALGUM DOS ITENS A SE CONTERIDO NOS BLOCOS 3 OU 7 PREENCHA TODO O BLOCO.
4. NO CASO DE BAIXA, SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO, PREEN 02 E OS BLOCOS 01, 10 E 11.
5. NO CASO DE REATIVACÃO PREENCHA O ITEM 02, OS BLOCOS 01, 10 E 11, E OS ITENS QUE DEVEM SER ALTERADOS.

252.340.515

ICMS-SC

C A D A S T R A M E N T O

BLOCO 1 - QUALIFICAÇÃO DO PEDIDO

03 NATUREZA DA ATUALIZAÇÃO (ASSINALAR APENAS UMA QUADRÍCULA)

CADASTR. ALTERAC. BAIXA. SUSPENS. CANCEL. REATIV.
[X] 26 [] 37 [] 42 [] 58 [] 61 [] 75

04 MICROEMPRESA

SIM NÃO
[] 83 [X]

05 DATA DA ATUALIZAÇÃO

DIA MÊS ANO
[] 04 [] 06 [] 22

BLOCO 2 - DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

06 FIRMA OU RAZÃO SOCIAL

FUNDAÇÃO JOÃO JOÃO XXIII

07 NOME FANTASIA

BLOCO 3 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

08 TIPO LOGRAD.

09 NOME LOGRADOURO

RUA TENENTE ARY RAUEN

10 NÚMERO

1361

11 COMPLEMENTO (CONJUNTO, BLOCO, ANDAR, APTO., SALA, ETC.)

CASA

12 LOGRADOURO

COD.

13 BAIRRO OU DISTRITO

CENTRO

14 CEP

89300

15 ÓRGÃO LOCAL

COD. 91401015

16 NOME DO MUNICÍPIO

MAFRA

17 MUNICÍPIO

COD. 81990

BLOCO 4 - QUALIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

18 DESCRIÇÃO DA PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA (DETALHE NO BLOCO 9)

FUNDAÇÃO

19 ATIV. ECONÔMICA PRINCIPAL

COD. 99406

20 DESCRIÇÃO DA ATIV. ECONÔMICA SECUNDÁRIA (SE FOR O CASO)

21 ATIVIDADE ECONÔMICA SECUNDÁRIA

COD.

22 MATRIZ OU ÚNICO

CATEGORIA DO ESTABELECIMENTO [X] 14 [] 37 [] 52

23 INÍCIO DA ATIVIDADE

DIA MÊS ANO
11 07 70

24 VALOR DA ESTIMATIVA

C-RS [] 00

25 REGIME DE PAGAMENTO

NORMAL [] 12 [] 36 [] 50

26 EMISSÃO DAR

SIM NÃO [] 74 [] 32

27 SUBSTITUTO

SIM NÃO [] 47 [] 62

28 EMISSÃO DAR

SIM NÃO [] 81 [] 57

BLOCO 5 - INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

29 Nº. BÁSICO

CGC 85131829

ORDEM

0001

CONTROLE

86

30 PARA CONTRIBUINTE PESSOA FÍSICA

CPF

CONTROLE

BLOCO 6 - OUTRAS INFORMAÇÕES

31 JUNTA COMERCIAL

INSC.

1764

34 DIV. ADMINIST. FISCAL

DAF

REGIME ESPECIAL

41 CARIMBO

40 NATUREZA JURÍDICA - (PREENCHER COM O CÓDIGO CORRESPONDENTE) -

1391

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

BLOCO 7 - PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS (Titular, Diretores, Gerentes, Sócios)

50	NOME	GERALDO VALENGA														
51	CÓD. CARGO	04	53	DESCRIÇÃO DO CARGO	DIRETOR					55	CPF	72.665.311.090.61				
56	NOME	TITO LAMARÉ SCHULTZ														
57	CÓD. CARGO	04	59	DESCRIÇÃO DO CARGO	DIRETOR					61	CPF	1.049.446.496.81				
62	NOME	ANTONIO ARTEN														
63	CÓD. CARGO	04	65	DESCRIÇÃO DO CARGO	DIRETOR					67	CPF	1.049.939.395.31				
68	NOME															
69	CÓD. CARGO		71	DESCRIÇÃO DO CARGO						73	CPF					

BLOCO 8 - CONTADOR OU ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL RESPONSÁVEL

74	NOME	ANTONIO ARTEN																
75	ENDEREÇO COMERCIAL	RUA TENENTE ARY RAUEN Nº 692																
76	MUNICÍPIO	MAFRA					77	CEP	89300			78	CRC	00307310			UF	SC

BLOCO 9 - PRINCIPAIS PRODUTOS COM QUE OPERA A EMPRESA

79	ÚNICO PRODUTO DE SAÍDA										
80	OU PRODUTO DE MAIOR SAÍDA	SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DE RÁDIO-DIFUSÃO									
81	PRODUTO SECUNDÁRIO										
82	OU GRUPO DE PRODUTOS DE MAIOR SAÍDA										

BLOCO 10 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

83	NOME OU RAZÃO SOCIAL (No caso de alteração da razão social, preencher o item com a razão social anterior)										
----	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO 11 - REQUERIMENTO PARA ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA

(Válido quando assinalada a opção sim no campo 04 do bloco 01). SENHOR COORDENADOR REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL A EMPRESA IDENTIFICADA NA PRESENTE REQUER ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA, PARA O QUE DECLARA: 1: 1 - SER O 1º ANO DE ATIVIDADE E QUE, SUA RECEITA BRUTA ANUAL SERÁ INFERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO NO § 3º DO ART. 2º DA LEI Nº. 6569, DE 21 DE JUNHO DE 1985 (Válido no caso de cadastramento ou alteração no 1º ano de atividade). 2 - ENQUADRAR-SE NAS DISPOSIÇÕES DA LEI ESTADUAL QUE INSTITUIU O ESTATUTO DA MICROEMPRESA, TENDO EM VISTA QUE NO EXERCÍCIO ANTERIOR, SUA RECEITA BRUTA NÃO ULTRAPASSOU O LIMITE LEGAL ESTABELECIDO NO ART. 2º DA LEI Nº. 6569, DE 21 DE JUNHO DE 1985 (Válido no caso de alteração de NL para ME). 3 - QUE NÃO ESTÁ ENQUADRADA NAS EXCLUSÕES PREVISTAS NO ART. 3º DA LEI Nº. 6569, DE 21 DE JUNHO DE 1985 E ART. 1º DA LEI Nº. 6598, DE 27 DE AGOSTO DE 1985. 4 - QUE, DEIXANDO DE PREENCHER AS CONDIÇÕES PARA O ENQUADRAMENTO PROPOSTO, PASSARÁ A PAGAR IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NA FORMA PREVISTA NO ART. 7º DA LEI Nº. 6569 DE 21 DE JULHO DE 1985.

DECLARA SOB AS PENAS DE LEI, QUE AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS SÃO VERDADEIRAS E PEDE DEFERIMENTO.

85	LOCAL E DATA	Mafra-SC, 04/06/92					86	NOME LEGÍVEL DO RESPONSÁVEL	GERALDO VALENGA				
87	IDENTIFICAÇÃO	987-317.561					88	CPF	726.653.109-06				
89	ASSINATURA	<i>Gerardo Valenga</i>											

BLOCO 12 - INFORMAÇÕES PARA LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

90	DESCRIÇÃO (INDICAR OS LOGRADOUROS OU PONTOS DE REFERÊNCIA)	Próximo ao Posto - São Paulo em Mafra-SC.									
----	--	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--

BLOCO 13 - HOMOLOGAÇÃO FISCAL

91	PARECER	Favorável									
<p>Mafra LOCAL</p> <p>E. Zanotto NOME</p> <p>04.06.92 DATA</p> <p>184.717-1 MATRÍCULA</p> <p>Flurica FLURICA</p>											

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIVISÃO DE CADASTRO



ALVARÁ

EXERCÍCIO

1998

Nº	760.9/98	PREST.-SRV.-P. JUR	RENOVACAO
----	----------	--------------------	-----------

Licença para Localização e Funcionamento

Concedido à : FUNDACAO JOAO XXIII

Localizado à : RUA TEN ARY RAUEN, 1361
ALTO DE MAFRA

Atividade : EMP DE RADIOFUSAO

Pelo que pagou a importância regulamentar em cumprimento ao código tributário em vigor.

Mafra 02 de JANEIRO de 1998

NOBIVAL SILVA
SECRET. FAZENDA E PLANEC.

CARLOS EDUARDO B. SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MILITARES DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/190 12060

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR
13 MAR. 1998
AUTENTICAÇÃO
Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 - Rio Negro/PR
☐ Aécio Pereira
☒ Hilário Nogueira
☐ Rosalba Pereira
☐ Cristian A. Pereira
Emp.
Juramentados

MPAS



Ministério da Previdência e Assistência Social
INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

① SÉRIE H

Nº 624414

② PCND Nº 00208/98 - 20.622.001

CGC/CEI 85.131.829/0001-86

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND

③ DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME: FUNDACAO JOAO XXIII

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO): RUA TENENTE ARY RAVEN, 1361

BAIRRO OU DISTRITO: CENTRO

CEP: 89300-000

MUNICÍPIO: ARAUCÁRIA

UF: SC

④ FINALIDADE (PERMITIDO O PREENCHIMENTO DE APENAS UMA OPÇÃO)

☐ Concessão de "Habite-se" e/ou Averbação do Imóvel a seguir especificado:

ÁREA CONSTRUÍDA/DEMOLIDA

M²

☐ LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MOVEL OU IMÓVEL OU DIREITO A ELES RELATIVO.

☐ NO REGISTRO OU ARQUIVAMENTO, NO ÓRGÃO PRÓPRIO, DE ATO RELATIVO À BAIXA OU REDUÇÃO DO CAPITAL DE FIRMA INDIVIDUAL, REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL, CISAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL E TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

☐ QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO AS DA LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994, EXCETO PARA AS FINALIDADES PREVISTAS NAS QUADRICULAS 01 E 03 DESTES DOCUMENTOS.

OBSERVAÇÕES: Se emitida para CGC, válida para matriz e filiais

CND NÃO VALIDA PARA FINS DE BAIXA EM REPARTIÇÕES COMPETENTES *****

CERTIFICO, na forma do disposto na Lei nº 8.212/91, e suas alterações, que inexistente débito impeditivo à expedição desta certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao INSS o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

ARAUCÁRIA - SC

11

MARÇO

de 19 98

20.622.001

ARAUCÁRIA

CARIMBO DO EMITENTE

Assinatura: [Assinatura]
Chefe do Posto de Arrecadação

Cópia desta CND só terá validade se conferida com o original. A CND para averbação e Fiscalização é válida em todo o original.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL POR 06 MESES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ARRECAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/98 17060

Autentico a presente fotocópia por conter
 com o original que me foi apresentado e
 devolvido à parte interessada, e dou fé.
 Rio Negro - PR

13 MAR 1998

AUTENTICAÇÃO

☐ Aécio Pereira Tabelião
☐ Hildrio Nodowski
☐ Rosalba Pereira Emp.
☐ Cristian A. Pereira Juramentados

Tabelionato Aécio Pereira
 CPF 016.831.289-15
 F.(047) 642-0594 - Rio Negro/PR

SERVIÇO DE
 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 CONFERE DAS COMUNICAÇÕES
 EM CONFERE, COM O ORIGINAL

EM 05/10/2006

FGTSFGTSFGTS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº do Protocolo

SC087879800008277

Válido até

11/setembro/1998

Nº

3023661

53

NOME DA EMPRESA

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

ENDEREÇO

R: TTE ARY RAUEN 1361

MAFRA SC 89300 000

MATRICULA

0

AGÊNCIA DA CAIXA EM

MAFRA SC

CGC ou CPF

85.131.829/0001.86

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO — CRS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico, de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.

Florianópolis, 11 de Março de 1998

Local

Giovani Danilo Karas

Gerente

Mat. 322.880-9

Gerente Geral

Nestor Sérgio Neto

Matricula 048.676-4

CAIXA EXECUTIVO

OBS: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL

RELATÓRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

0.6.10 1206

Autentico a presente fotocópia por conferir com o original que me foi apresentado e devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR. 1998

Labelionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
FIC 47-42-0594 - Rio Negro/PR

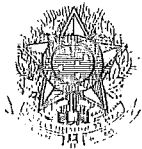
☒ Aécio Pereira
☐ Hilário Wladyslawski
☐ Rosalva Pereira
☐ Cristiane Pereira

Emp.
juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 07/10/2010



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Nº: E -

1.454.459

CERTIDAO DE QUITACAO DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CGC: 85.131.829/0001-86
FUNDACAO JOAO XXIII
R TENENTE ARY RAUEN 1361 CENTRO
CEP: 89300-000 MAFRA SC

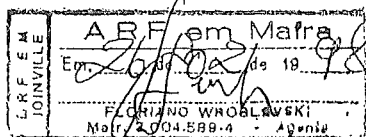
RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDE-
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

VALIDADE ATE 26/08/98 - EMITIDA EM 26/02/98

ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO]

] EXPEDIDA GRATUITAMENTE]

CARIMBO / ASSINATURA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2000

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

06 MAR. 1998

Tabellionato Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F(047) 642-0594 Rio Negro/PR

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nadrowski
☐ Rosalba Pereira
☐ Cristian A. Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM.

01/18/12640



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - SANTA CATARINA

PROCURADORIA SECCIONAL - JOINVILLE

REQUERIMENTO Nº

00371/98

CERTIDÃO Nº

00369/98

CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

FUNDACAO JOAO XXIII

INSCRIÇÃO NO CGC OU CPF

85.131.829/0001-86

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE NADA EXISTIR *****
EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

JOINVILLE, 12 DE MARÇO DE 1998

SERVIÇO DE ARQUIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS FAZENDAS
CONFERE COM ORIGINAL

EM 01/10/2005

GEN. OTACÍLIO DARG
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 6 MESES.
ART. 3º. DO DECRETO 84.702/80.

OBS.: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO

0595000333785

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devolvido à parte interessada, e dou fé.

Rio Negro - PR

13 MAR. 1898

Tabelionato Aécio Pereira
C. 016.831.289-15
F. 047/642.8594 - Rio Negro/PR

- ☐ Aécio Pereira
- ☐ Hilário Malinowski
- ☐ Rosalva Pereira
- ☐ Cristiana Pereira

Emp.
Juramentados

AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2016

56
[Handwritten signature]

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

CERTIFICO, REVENDO OS ARQUIVOS DESTA GERENCIA DE ARRECADACAO E CREDITO TRIBUTARIO, QUE A PESSOA JURIDICA: FUNDACAO JOAO XXIII
C.G.C.: 85.131.029/0001-86 INSCR. ESTADUAL : 252340515

NADA DEVE AOS COFRES ESTADUAIS POR ESTA REPARTICAO.

TA, TODAVIA, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA ESTADUAL EXIGIR A QUALQUER TEMPO, OS TRIBUTOS E PENALIDADES PECUNIARIAS NAO LANÇADAS A DATA DESTA.

ESTA CERTIDAO NEGATIVA VALERA POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, CONTADOS DE SUA EMISSAO.

MAFRA EM, 13 DE FEVEREIRO DE 1998.

[Handwritten signature]
JOSE DANIEL LUDAS JOAO Antonio Martins da Luz
MATRICULA 033031-0 Exator Estadual
Matricula 260.752

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 05.10.2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM: 07/10/2010
de

Autêntico a presente cópia por conter
com o original que me foi apresentado
devolvido à parte interessada e seu le.
Rio de Janeiro, RJ

06 MAR 1998

Tabellionato
Aécio Pereira
CPF 016.831.289-15
F1047/642-0894 - Rio de Janeiro/RJ

☐ Aécio Pereira - Tabelião
☐ Hilário Nudowski - sup.
☒ Rosalva Pereira - sup.
☐ Cristiani A. Pereira - sup.



Prefeitura do Município de Mafra
Secretaria Municipal de Finanças

57
[Handwritten signature]

CERTIDÃO NEGATIVA

N. 0127/98

Interessado FUNDAÇÃO JOÃO XXII
Endereço RUA:TTE.ARY RAUEN1.361-MAFRA = SC.

A vista do que consta nos arquivos da Prefeitura Municipal e ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas posteriormente apuradas, mesmo referentes a períodos desta Certidão compreendidos, CERTIFICO que, até a presente data, **NÃO EXISTE DÉBITO**, nesta repartição em nome da pessoa acima indicada, relativo à tributos municipais.

Obs.Validade 90 dias)

E, para constar, lavrei a presente Certidão, que vai subscrita pelo Secretário de Fazenda e Planejamento.

Mafra, em 13 de fevereiro de 19 98

[Handwritten signature: Norival Silva]
Secretário de Fazenda e Planejamento
NORIVAL SILVA
Sec. de Fazenda e Planejamento

Visto:

[Handwritten signature]
Mário José Janjowski
Diretor de Finanças

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010
[Handwritten signature]


OBSERVAÇÃO: Qualquer rasura tornará nulo este documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
[Assinatura]

Autentico a presente fotocópia por conferir
com o original que me foi apresentado e
devido a parte interessada, e dou fé.
Rio Negro - PR
06 MAR 1998
A autenticidade é atestada por:
☒ Aécio Pereira - Tabelião
☒ Hilário Nadrowski - Emp.
☒ Rosalba Pereira - Juramentados
☒ Cristian A. Pereira

58
02

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES 23 MAR 08 54 00222 DELEGACIA NO PARANÁ
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ (CURITIBA, PARANÁ)
EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 025/98-SSR/MC
ENTIDADE: <u>FUNDACÃO João XXIII</u>
C.G.C.: <u>35.131.729/0001-86</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010


ANEXO IX

PROCURAÇÃO PARTICULAR
(Subitem 8.2.1 alínea "b")

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, com sede no município de Mafra - SC, á Rua Tenente Ary Rauen nº 1361, Centro, inscrita no CGC/MF sob nº 85.131.829/0001-86, nomeia e constitui seu bastante **PROCURADOR** o Sr. **ROBINSON DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº 566.933.899-53 e RG nº 3.060.945-0 PR, domiciliado á Rua Martim Afonso nº 1751, apartamento 52, Bigorriho, Curitiba - PR, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 025/98-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Mafra-SC, 12 de Março de 1998.

CARTÓRIO
MERCÊS

Euzébio Spisla

Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente

CARTÓRIO
MERCÊS

Geraldo Valenga

Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente

CARTÓRIO
MERCÊS

Antonio Arten

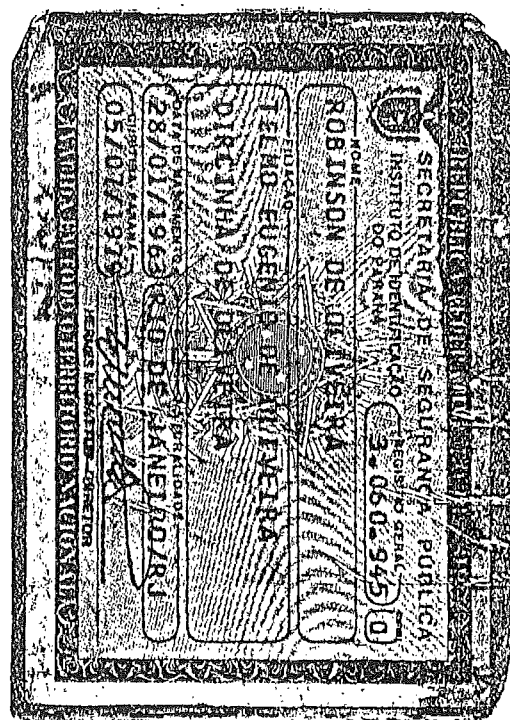
Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário

CARTÓRIO
MERCÊS

Tito Lamaré Schultz

Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 10/11/98 1206



CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabeliã
AV. MANOEL RIBAS, 1308 FONE 335-9119 FAX. 335-6722

CURITIBA 16 ABR 1997 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste Cartório nesta data

7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.2010



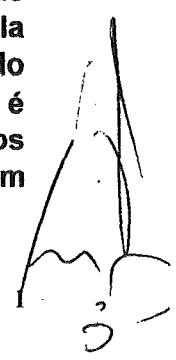
do

61
1 00

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Delegacia do MC no Estado do Paraná

**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE
HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DA
CONCORRÊNCIA Nº 025/98-SSR/MC
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS MÉDIAS E EM
FREQUÊNCIA MODULADA**

Aos vinte e três dias do mês de março de 1998, às 9h (nove horas), na Sala de Reuniões da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situada na Rua Desembargador Otávio do Amaral nº 279, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída na alínea "p", da Portaria nº 1, de 2 de março de 1998, publicada no DOU do dia 5 subsequente, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, com a participação de seu Presidente, Alvyr Pereira de Lima Júnior, e dos titulares Vilmara de Borba Marques e Mário Maito Neto, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados nessa licitação, que objetiva a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada nas localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma, Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa, Realeza e Rio Negro, e de Onda Média para a localidade de Icaraíma, Estado do Paraná, indicadas no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: (1) assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do público, que serão anexadas à presente Ata. (2) recebimento dos Protocolos de comparecimento à licitação e credenciamento dos representantes das proponentes. O documento de mandato da empresa Rádio Clube FM de Mamborê Ltda. foi rejeitado pela Comissão por conferir poderes de representação ao Sr. José Ednaldo Tenório Nascimento somente para o Edital nº 151/97-SSR/MC, que não é o relativo a esta Concorrência de nº 025/98-SSR/MC, razão pela qual os documentos de habilitação e as propostas da citada empresa foram

9.   

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

lacrados sob nº 0007433 e serão mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. Foram lacrados também, sob o nº 0007225, e da mesma forma serão mantidos sob guarda da Comissão, os documentos de habilitação e as propostas da Empresa de Radiodifusão Cidade Nova FM Ltda., porque a pessoa que disse ser dirigente da entidade e que a representaria durante a reunião, não apresentou documento de identidade na forma estabelecida pelo subitem 8.2.1.1 do Edital, além de ter apresentado uma outra pessoa que informou ser dirigente da empresa, fato este posteriormente desmentido por ele mesmo. (3) entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico pelos representantes das Proponentes a seguir indicadas com as respectivas áreas de participação: - Rádio FM Gazeta Ponta Grossa Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda.: localidade de Rio Negro; - FM Lagoa Azul Ltda.: localidade de Campina da Lagoa; - Rádio Costeira FM Ltda.: localidade de Foz do Iguaçu; - Rádio 2000 FM Ltda.: localidade de Cafelândia; - Rádio Cidade Viva FM Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Rádio Start FM Ltda.: localidades de Campina da Lagoa, Juranda e Mamborê; - Rádio Rio-Maxi Ltda.: localidade de Rio Negro; - Rádio FM Carajás Ltda.: localidade de Juranda; - Tele-Cataratas Comunicações Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma(FM), Iporã, Juranda, Mamborê, Realeza e Rio Negro; - Rádio Emissora Botuquara Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Luar do Sertão Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma(OM e FM), Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa e Realeza; - Rádio Igapó FM Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Rádio Realidade FM Ltda.: localidades de Icaraíma (OM e FM), Iporã e Realeza; - TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Rádio TV Cidade Sorriso Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - P.C. Bernardy & Bernardy Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Iporã, Juranda, Mamborê, Realeza e Rio Negro; - Rádio Cristal FM de Ponta Grossa Ltda.: localidade de Ponta Grossa; Rádio Mãe da Divina Graça Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Rádio Cafelândia de Frequência Modulada Ltda.: localidade de Cafelândia; - Vigo & Silva Ltda.: localidade de Iporã; - Base Radiodifusão Ltda.: localidades de Mamborê e Ponta Grossa; - Sistema Syria de Comunicações Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma(FM), Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa Realeza e Rio Negro; - Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda.: localidades de Iporã, Ponta Grossa e Rio Negro; - Empresa de Radiodifusão Mamborê Ltda.: localidade de Mamborê; - Rádio Talismã FM de Cafelândia Ltda.: localidade de Cafelândia; - Rádio Consolata FM Ltda.: localidade de Cafelândia; - Rádio Alegria FM Ltda.: localidade de Realeza; - Rádio Catanduvas Ltda.: localidade de Catanduvas; - Rádio Juranda FM Ltda.: localidade de Juranda; - Rádio Aquarela FM Ltda.: localidade de Realeza; - Rádio Capital Metronorte Ltda.: localidades de Iporã e Mamborê; - MS Comunicações Ltda.: localidade de Rio Negro; - Rádio Parque das

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2016

Cataratas Ltda.: localidade de Foz do Iguaçu; - Martins Fayad Radiodifusão Ltda.: localidade de Ponta Grossa; - Torino Radiodifusão e Telecomunicações Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa e Realeza; - Radioativa FM Ltda.: localidade de Realeza; - Sesal - Comunicação e Informática Ltda.: localidades de Ponta Grossa e Rio Negro; - Rádio e Televisão Rotiner Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma (OM e FM), Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa, Realeza e Rio Negro; - Rádio e Televisão Megage Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Foz do Iguaçu, Icaraíma (OM e FM), Iporã, Juranda, Mamborê, Ponta Grossa, Realeza e Rio Negro; - Televisão Litoral do Paraná Ltda.: - localidades de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa; - Paredão das Araras Radiodifusão Ltda.: localidade de Icaraíma(FM); - Atmosphaera Radiodifusão Ltda.: localidade de Rio Negro; - Rádio Campina da Lagoa FM Ltda.: localidade de Campina da Lagoa; - Rádio FM Logos Ltda.: localidade de Foz do Iguaçu; - Safira Radiodifusão Ltda.: localidades de Cafelândia, Campina da Lagoa, Catanduvas, Juranda e Mamborê; - Fundação João XXIII: localidade de Rio Negro; - Publicidade Diamante de Tibagi Ltda.: localidades de Icaraíma(FM) e Ponta Grossa; FM Som das Cataratas Ltda.: localidade de Foz do Iguaçu; - Rádio FM São Sebastião de Catanduvas Ltda.: localidade de Catanduvas. (4) rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, das Propostas Técnicas e de Preço pela Outorga, por todos os membros da Comissão; (5) O Sr. Presidente da Comissão comunicou às licitantes que as vistas aos processos serão dadas a partir do próximo dia 26 de março, podendo ser agendadas já a partir do final desta reunião, na secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico. (6) Intervalo para almoço determinado pelo Sr. Presidente da Comissão de Assessoramento Técnico, às 12:40 horas. (7) Reinício da sessão às 14:00 horas, com o procedimento de rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação e das Propostas por uma comissão eleita, unanimemente, entre os participantes composta pelos representantes das empresas: FM Som das Cataratas Ltda., Safira Radiodifusão Ltda., Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda., TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. e Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. (8) Acondicionamento, em embalagens distintas, por localidade, dos invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, que receberam, respectivamente, os seguintes números de lacres: Cafelândia: lacres n.ºs. 0007583 e 0007381; Campina da Lagoa: lacres n.ºs. 0007581 e 0007925; Catanduvas: lacres n.ºs. 0007476 e 0007309; Foz do Iguaçu: lacres n.ºs. 0007377 e 0007277; Icaraíma FM: lacres n.ºs. 0007345 e 0007272; Icaraíma OM: lacres n.ºs. 0007954 e 0007819; Iporã: lacres n.ºs. 0007448 e 0007518; Juranda: lacres n.ºs. 0007749 e 0007201; Mamborê: lacres n.ºs. 0007497 e 0007223; Ponta Grossa: lacres n.ºs. 0007625 e 0007353; Realeza: lacres n.ºs. 0007424 e 0007694 e Rio Negro: lacres n.ºs. 0007837 e 0007727. (9) Abertura dos invólucros dos Documentação de Habilitação que

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

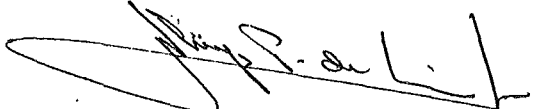
continham, os seguintes número de folhas (por entidade): Rádio FM Gazeta Ponta Grossa Ltda.: 49 fls.; - Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda.: 57 fls.; - FM Lagoa Azul Ltda.: 65 fls.; - Rádio Costeira FM Ltda.: 39 fls.; - Rádio 2000 FM Ltda.: 42 fls.; - Rádio Cidade Viva FM Ltda.: 44 fls.; - Rádio Start FM Ltda.: 44 fls. renumeradas pela Comissão; - Rádio Rio-Maxi Ltda.: 36 fls.; - Rádio FM Carajás Ltda.: 37 fls.; - Tele-Cataratas Comunicações Ltda.: 45 fls.; - Rádio Emissora Botuquara Ltda.: 38 fls.; - Luar do Sertão Ltda.: 61 fls.; - Rádio Igapó FM Ltda.: 77 fls.; - Rádio Realidade FM Ltda.: 46 fls.; - TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda.: 83 fls.; - Rádio TV Cidade Sorriso Ltda.: 65 fls.; - P.C. Bernardy & Bernardy Ltda.: 23 fls.; - Rádio Cristal FM de Ponta Grossa Ltda.: 32 fls. numeradas pela Comissão; - Rádio Mãe da Divina Graça Ltda.: 30 fls. numeradas pela Comissão; - Rádio Cafelândia de Frequência Modulada Ltda.: 55 fls.; - Vigo & Silva Ltda.: 39 fls.; - Base Radiodifusão Ltda.: 60 fls.; - Sistema Syria de Comunicações Ltda.: 52 fls.; - Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda.: 49 fls.; - Empresa de Radiodifusão Mamborê Ltda.: 70 fls.; - Rádio Talismã FM de Cafelândia Ltda.: 60 fls.; - Rádio Consolata FM Ltda.: 89 fls.; - Rádio Alegria FM Ltda.: 39 fls.; - Rádio Catanduvas Ltda.: 44 fls.; - Rádio Juranda FM Ltda.: 42 fls.; - Rádio Aquarela FM Ltda.: 57 fls.; - Rádio Capital Metronorte Ltda.: 31 fls.; - MS Comunicações Ltda.: 35 fls.; - Rádio Parque das Cataratas Ltda.: 41 fls.; - Martins Fayad Radiodifusão Ltda.: 31 fls.; - Torino Radiodifusão e Telecomunicações Ltda.: 29 fls.; - Radioativa FM Ltda.: 37 fls.; - Sesal - Comunicação e Informática Ltda.: 53 fls.; - Rádio e Televisão Rotiner Ltda.: 45 fls.; - Rádio e Televisão Megage Ltda.: 55 fls.; - Televisão Litoral do Paraná Ltda.: 49 fls., numeradas pela Comissão; - Paredão das Araras Radiodifusão Ltda.: 30 fls.; - Atmosphaera Radiodifusão Ltda.: 29 fls.; - Rádio Campina da Lagoa FM Ltda.: 30 fls.; - Rádio FM Logos Ltda.: 36 fls.; - Safira Radiodifusão Ltda.: 28 fls.; - Fundação João XXIII: 57 fls.; - Publicidade Diamante de Tibagi Ltda.: 30 fls., numeradas pela Comissão; FM Som das Cataratas Ltda.: 34 fls.; - Rádio FM São Sebastião de Catanduvas Ltda.: 39 fls. (10) rubrica dos documentos de habilitação por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pela comissão, acima já referida, eleita entre os representantes das empresas proponentes. (11) O representante da proponente Empresa de Radiodifusão Mamborê Ltda. solicitou o direito de manifestar-se em ata, através do Termo de Inclusão que vai em anexo; (12) Por deliberação da Assembléia, assinarão esta ata os representantes, abaixo listados, das proponentes que compuseram a comissão encarregada de rubricar os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas técnicas e de preço pela outorga, à exceção do representante da proponente FM Som das Cataratas Ltda. que se ausentou da reunião às 17:25 horas, antes do seu encerramento. E nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 19:15 horas, tendo sido lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2006

pelos representantes legais das licitantes que compuseram a comissão encarregada pelas rubricas, abaixo nominados.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:


ALVYR PEREIRA DE LIMA JÚNIOR
PRESIDENTE


VILMARA DE BORBA MARQUES
TITULAR


MÁRIO MAITO NETO
TITULAR

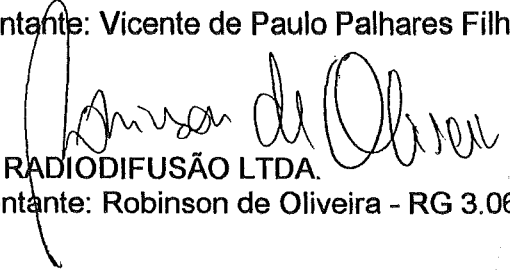
PROPONENTES:


PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Representante: Samir Ibrahim Moya Abdallah - RG M3-042.592/MG


RIO NEGRO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.
Representante: Gari Vinicio Kiatkoski - RG 1.197.014/SC


TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA.
Representante: Ilvana Albino - RG 8.815.805/SSP/SP

FM SOM DAS CATARATAS LTDA.
Representante: Vicente de Paulo Palhares Filho - OAB/PR 21.289


SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA.
Representante: Robinson de Oliveira - RG 3.060.945-0/PR

RECEBUE PÚBLICO ANDERSON
MIL. COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/20/2010

66
07

CONCORRÊNCIA Nº 025/98 -SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE INCLUSÃO EM ATA

SERVIÇOS:

1) RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA:

LOCALIDADES DE CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU,
ICARAÍMA, IPORÁ, JURANDA, MAMBORÉ, PONTA GROSSA, REALEZA, RIO NEGRO/PR

2) RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS MÉDIAS:

LOCALIDADE DE ICARAÍMA/PR

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MAMBORÉ

CGC Nº: _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: SAMIR Ibrahim MOYA ABUJAH.

C. IDENTIDADE: 143-042.592 ORG. EMISSOR: SSP-MG

CPF Nº: _____

SÓCIO / AÇIONISTA ()

PROCURADOR ☒

PROPÕE CONSTAR EM ATA:

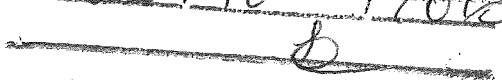
A EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CIDADE NOVA LTDA, TENDO SEU PROCURADOR NÃO APRESENTADO DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL, NEM MESMO XEROX AUTENTICADO, TEVE SEUS ENVELOPES LACRADOS PELA COMISSÃO, E TENTARAM MANTER-SE NO PROCESSO APRESENTANDO COMO SÓCIO-REPRESENTANTE UMA PESSOA QUE NÃO CONSTAVA SEU NOME NO ATO CONSTITUTIVO, SENDO IMPEDIDA DE REPRESENTAR A REFERIDA FIRMA PELA COMISSÃO.

Data: 23/03/98


Assinatura do representante da proponente

OBSERVAÇÕES:

1. Preencher com letra de forma legível
2. Assinatura idêntica à folha de presença

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 01/10/2010


67
0.0

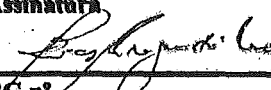

CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ

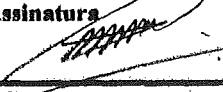

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 04)


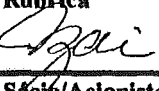
DATA: 23/03/98

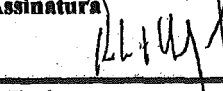
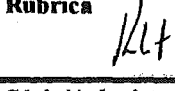
SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS



LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

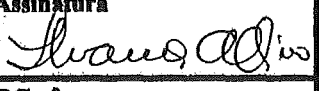
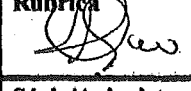
✓ Razão social da proponente RADIO 2000 FM LTDA.	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador ELIAS AUGUSTINHO	RG nº 1.436.467-6	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO START FM LTDA.	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador CARLOS COELHO DA COSTA	RG nº 3248088-8	Sócio/Acionista () Procurador (X)


✓ Razão social da proponente RADIO FM. CAROZAS LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador JAIR GRIGATTO	RG nº 3.112.758-2	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO EMISSORA BOTUQUARA LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador ROBERTO ALFREDO P. MONGRUEL	RG nº 1320269-9	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO IGATÓ FM LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador JAIRO SANT'ANA	RG nº 3.408.967-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador ILVIANA ALBINO	RG nº 8.815-805	Sócio/Acionista () Procurador (X)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010


88
55

CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 02)

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

✓ Razão social da proponente RADIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador MARCOS ANTONIO ALBERTO	RG nº 1.680.879-PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente Rádio Negro Empreendimentos Ltda	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador Grazi Vinicio Khatowski	RG nº 1.197.014-SC	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

✓ Razão social da proponente RADIO COSCEIRA FM LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador SE Sertão Sérgio Padilha	RG nº 3.136.078-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO CIDADE VIVA FM LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador SE Sertão Sérgio Padilha	RG nº 3.136.078-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente FM LAGOA AZUL LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador SE Sertão Sérgio Padilha	RG nº 3.136.078-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente Radio Rio Negro Ltda	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador Rumildo m. de Lima	RG nº 4488677-4	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
[assinatura]

69
0.5

**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 03)

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÉ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

✓ Razão social da proponente <i>TELE-CARATAS COM. LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>OSVALDO GOMES</i>	RG nº <i>3.442.568-0</i>	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

✓ Razão social da proponente <i>LUAR DO SERTÃO LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>HOSÍLIO LUSTOSA SANTOS F.</i>	RG nº <i>850.927-1</i>	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

✓ Razão social da proponente <i>RÁDIO REALEZA FM LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>ROQUE ANTONIO COLARI</i>	RG nº <i>10198538355SPRJ</i>	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

✓ Razão social da proponente <i>Rádio TV Cidade Sorriso LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>OSMARINA JOAQUIM DE SOUZA</i>	RG nº <i>13.109.0931PR</i>	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente <i>P.C. Bernardy e Bernardy LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>Pedro Churandi Bernardy</i>	RG nº <i>3.477.147-2</i>	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

✓ Razão social da proponente <i>Radio Cristal FM P. Grossi LTA</i>	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador <i>Regina Helena Azeredo Lima</i>	RG nº <i>17.729.445-MG</i>	Sócio/Acionista (X) Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01/10/2010

**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 51)

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

Razão social da proponente RADIO MÃE DA DIVINA GRAMA LTDA	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador HELIO DE OLIVEIRA LADEIRA	RG nº 367.590-41	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente RADIO CAFELÂNDIA DE FREQ. MODULADA LTDA	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador CEARDINEI FAVERO	RG nº 4.661.078-4/PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente VIVO 6 SILVA LTDA	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador FRANCISCO B. SILVA	RG nº 3.751.316-4	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente BASE RÁDIO DIFUSÃO LTDA	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador ROBERVAL PEDRO COLPI	RG nº 2094728-6	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente Danyelle nº Kaled	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÃO LTDA	RG nº 6834.343-7	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente RADIO CLUBE FM DE MAMBORÊ LTDA	Assinatura <i>[Assinatura]</i>	Rubrica <i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador JOSE EDUARDO T. MASCARENHAS	RG nº 8.047/P	Sócio/Acionista () Procurador (X)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2010

41
00

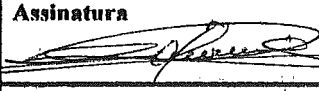
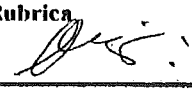
**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

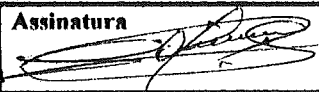
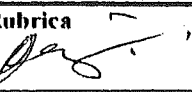
LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 05)



DATA: 23/03/98


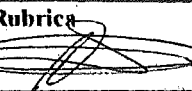
SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS



LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO



Razão social da proponente PRISMA ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH	RG nº 443-042.592	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO MAMBORÊ LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH	RG nº 443-042.592	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>


Razão social da proponente RÁDIO TALISMAN Fm de CAFELÂNDIA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador SAMIR IBRAHIM MOYA ABDALLAH	RG nº 443-042.592	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente RÁDIO CONSOLATA FM LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS	RG nº 2.226.880	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente RADIO ALEGRIA LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador PERSON BLUME BECERRA	RG nº 4195.297-0	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

Razão social da proponente RADIO CATANDUVAS LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador MARIO B. VAZ	RG nº 1.880.713-R	Sócio/Acionista () Procurador <input checked="" type="checkbox"/>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010


#2
00

**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 06)

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAIMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORE, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

Razão social da proponente RADIO CARIM METROVORRE LDR	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[rubrica]</i>
Nome do representante legal ou procurador TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA	RG nº 873.991-9-PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente RADIO PARQUE DAS CITANATAS LT.	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[rubrica]</i>
Nome do representante legal ou procurador TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA	RG nº 873.991-9-PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente TORINO RÁDIO DIFUSÃO E TELECOM. LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[rubrica]</i>
Nome do representante legal ou procurador TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA	RG nº 873.991-9-PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente MARTINS FAYAD RDE LTDA	Assinatura <i>[assinatura]</i>	Rubrica <i>[rubrica]</i>
Nome do representante legal ou procurador TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA	RG nº 873.991-9-PR	Sócio/Acionista () Procurador (X)

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador ()

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
[assinatura]

#3
07

CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 06) 07

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
MS COMUNICAÇÃO LTDA	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (X)
TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA	873.991-9-PR	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
Radio Fm Alvorada	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Aldo A. Fachinello	9122214	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
RADIO CIDADE NOVA FM	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador ()
LIVINO SOBBT	4.357.326-5	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
SECA COM. INF. LTDA	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (X)
Luiz C. PERANTUNG	1.116.142	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
RADIO E TELEVISÃO ROTONDA LTDA	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista (X) Procurador ()
NELSON L.C. FIGUEIREDO	725.065-2	

Razão social da proponente	Assinatura	Rubrica
RADIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
Nome do representante legal ou procurador	RG nº	Sócio/Acionista () Procurador (X)
NELSON L. C. FIGUEIREDO	725.065	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/06/2010

84
00

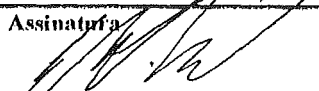
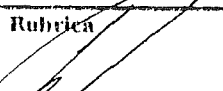
**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

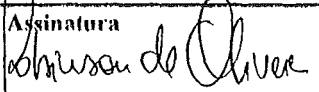
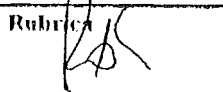
LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS.º 8)

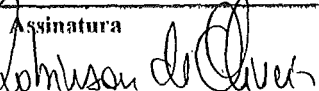
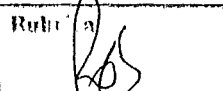
DATA: 23/03/98

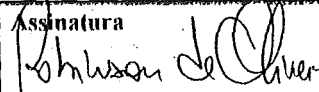
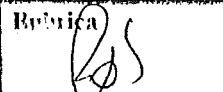
SERVIÇOS: RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

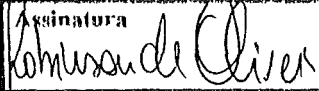

LOCALIDADES: CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAIMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

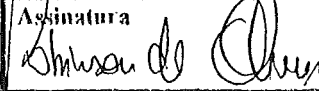
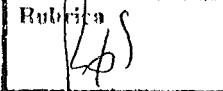
Razão social da proponente TELEVISÃO CITOZAL DO PARANÁ LTDA	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Gilberto Mendes Fernando	RG nº 1-315.945-8	Sócio/Acionista () Procurador (x)

Razão social da proponente Arquêdes Comodôssi Ltda	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Robinson de Oliveira	RG nº 3060945-0 SSP/PR	Sócio/Acionista () Procurador (x)


Razão social da proponente Turvigen Tosi XXIII	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Robinson de Oliveira	RG nº 3060945-0 SSP/PR	Sócio/Acionista (x) Procurador (x)

Razão social da proponente Buenos Aires Empreendimentos	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Robinson de Oliveira	RG nº 3060945-0 SSP/PR	Sócio/Acionista () Procurador (x)

Razão social da proponente Enio Guilhermes Logos Ltda	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Robinson de Oliveira	RG nº 3060945-0 SSP/PR	Sócio/Acionista () Procurador (x)

Razão social da proponente Enio Logos Ltda	Assinatura 	Rubrica 
Nome do representante legal ou procurador Robinson de Oliveira	RG nº 3060945-0	Sócio/Acionista () Procurador (x)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.2016


85
55

**CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO PARANÁ**

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES (FLS. 5-9)

DATA: 23/03/98

SERVIÇOS: RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA E EM ONDAS MÉDIAS

LOCALIDADES: CAPELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (OM/FM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, PONTA GROSSA, REALEZA e RIO NEGRO

✓ Razão social da proponente SARIES RADIO DIFUSÃO LTDA	Assinatura 	Rubrica Rb
Nome do representante legal ou procurador ROBINSON DE OLIVEIRA	RG nº 3060945-0	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RUBENIDADE DAIUMED TIRRELL LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador ANTONIO DA SILVA NETO	RG nº 3422.722-0	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente FM SOM DAS CATAMITAS LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador VILETE DE P. PALHARES F.	RG nº 3948002-0	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO FIDELIDADE ASSOCIADA DE CAT. LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador JOÃO SALVADOR GUIMARÃES	RG nº 0123/210723	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO YUMANA FM LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador MANOEL D. VAZ	RG nº 1.880.713-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

✓ Razão social da proponente RADIO ABREJO FM LTDA	Assinatura 	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador MANOEL D. VAZ	RG nº 1.880.713-1	Sócio/Acionista () Procurador (X)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Delegacia do MC do Estado do Paraná

86
0.0

Concorrência nº 025/98 - SSR / MC

Dados das Proponentes

Nome Completo da Proponente :

FUNDACÃO JOSÉ XXIII

Nome Completo do Representante Legal ou
Procurador da Proponente e de seus eventuais
substitutos, pela ordem :

Doc. de Identidade

1:	ROBINSON DE OLIVEIRA	3060945-0 SSP-PR
2:		
3:		

Assinalar com X, na lista abaixo, as áreas pretendidas

<input type="checkbox"/>	CAFELÂNDIA
<input type="checkbox"/>	CAMPINA DA LAGOA
<input type="checkbox"/>	CATANDUVAS
<input type="checkbox"/>	FOZ DO IGUAÇU
<input type="checkbox"/>	ICARAIMA (FM)
<input type="checkbox"/>	ICARAIMA (OM)
<input type="checkbox"/>	IPORÃ
<input type="checkbox"/>	JURANDA
<input type="checkbox"/>	MAMBORÊ
<input type="checkbox"/>	PONTA GROSSA
<input type="checkbox"/>	REALEZA
<input checked="" type="checkbox"/>	RIO NEGRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MUNICÍPIO DE RIO NEGRO
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
[Assinatura]

ff
00

CONJUNTO N.º 1 - DOCUMENTAÇÃO
Edital da Concorrência n.º
SERVIÇO DE RADIO

Localidade de Prestação do Serviço: **Rio**

Razão Social da Proponente: **Fundação**

Conteúdo:

Conjunto n.º 1 - Documentação de Ha
Habilitação Jurídica
Qualificação Técnica
Qualificação Econômico-Financeira
Regularidade Fiscal e demais declara

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2010

Ofício nº 02/98

78
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

31 MAI 15 10 28 00417

DELEGACIA NO PARANÁ
Mafra-SC-PR, 15 de maio de 1998.

Senhor Presidente,

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, inscrita no CGC sob nº 85.131.829/0001-86, por seu procurador com poderes bastantes, **DECLARA**, para os fins de direito, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 64 da Lei nº 8.666/93, perante a Comissão Especial de Licitação - Licitação de Radiodifusão - Ministério das Comunicações, que a validade de suas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga para a Exploração do Serviço de Radiodifusão, na localidade de Rio Negro, Estado do Paraná, referente à Concorrência nº 025/98-SSR/MC, fica, neste ato, prorrogada para até a data da assinatura do contrato correspondente, com a finalidade de cobrir a hipótese de a Declarante vir a ser contemplada com a outorga respectiva.

Atenciosamente


ROBINSON DE OLIVEIRA
Procurador

Á Sua Senhoria o Senhor
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Ministério das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01 120 1206


ANEXO IX

79
M

PROCURAÇÃO PARTICULAR
(Subitem 8.2.1 alínea "b")

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, com sede no município de Mafra - SC, á Rua Tenente Ary Rauen nº 1361, Centro, inscrita no CGC/MF sob nº 85.131.829/0001-86, nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR o Sr. ROBINSON DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº 566.933.899-53 e RG nº 3.060.945-0 PR, domiciliado á Rua Martim Afonso nº 1751, apartamento 52, Bigorriho, Curitiba - PR, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 025/98-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, enfim praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Mafra-SC, 12 de Março de 1998.

CARTÓRIO
MÉRCEZ

Euzébio Spisla

Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente

CARTÓRIO
MÉRCEZ

Geraldo Valenga

Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente

CARTÓRIO
MÉRCEZ

Antonio Arten

Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário

CARTÓRIO
MÉRCEZ

Tito Lamaré Schultz

Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

Confere com o original
Maria Isobel S. Picken

Teg. ABS Educacionais
Notr. 0454812 Michel

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2010

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS, inscrita no CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliada em Av. Manoel Ribas, 1308 - Fone: 335-9119 Fax: 335-6722, declaro que a cópia em anexo é fiel e verdadeira reprodução do original, que se encontra em minha posse e guarda.

Assinada e rubricada em 01/10/2010

Assinada e rubricada em 01/10/2010

Assinada e rubricada em 01/10/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS
Av. Manoel Ribas, 1308 - Fone: 335-9119 Fax: 335-6722

Reconheço por semelhança a firma de

Andréa Bordin Jacob Santos

Antônio Arden, Lda

do que dou fé.

Ctba. (Mercês) de 10

Em test.º da verdade.

TABELA

RUBENS MAINARDES
ESCREVENTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

24 SET 10 47 53 00629

Curitiba-PR, 22 de setembro de 1999.

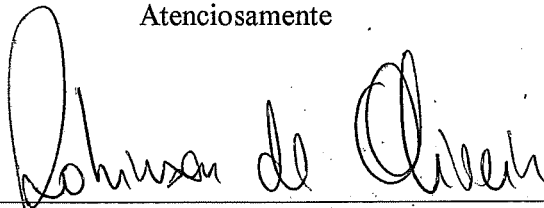
DELEGACIA REGIONAL/PR-SC

Ilmo Sr.
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Via N-2 - Anexo MC - 3º andar - sala 300 - Oeste
70044-900 Brasília DF

Senhor Presidente,


FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, inscrita no CGC sob nº 85.131.829/0001-86, participante da Concorrência nº 025/98-SSR/MC, por seu procurador, em atendimento ao Aviso dessa Comissão, publicado nos principais jornais do país, vem à presença de V.Sa. REITERAR os prazos de validade das Propostas Técnica e de Preço, até a data da assinatura do eventual contrato de Outorga conforme Ofício (cópia anexa) constante do Processo de Licitação.

Atenciosamente



ROBINSON DE OLIVEIRA
Procurador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2010


Ofício nº 02/98

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

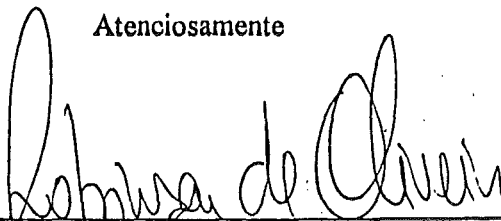
81
f14
1 MAI 15 11 23 100417

DELEGACIA DO PARANÁ
Mafra-SC-PR, 15 de maio de 1998.

Senhor Presidente,

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII., inscrita no CGC sob nº 85.131.829/0001-86, por seu procurador com poderes bastantes, **DECLARA**, para os fins de direito, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 64 da Lei nº 8.666/93, perante a Comissão Especial de Licitação - Licitação de Radiodifusão - Ministério das Comunicações, que a validade de suas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga para a Exploração do Serviço de Radiodifusão, na localidade de Rio Negro, Estado do Paraná, referente à Concorrência nº 025/98-SSR/MC, fica, neste ato, prorrogada para até a data da assinatura do contrato correspondente, com a finalidade de cobrir a hipótese de a Declarante vir a ser contemplada com a outorga respectiva.

Atenciosamente


ROBINSON DE OLIVEIRA
Procurador

À Sua Senhoria o Senhor
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Ministério das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01.12.2010

82
112

1

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE ÂMBITO NACIONAL

TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data, anexe ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 03 folhas, que numerei em continuação, do número 81 até o número 83.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 1999.

p/Minimálda N. Moreira

Marcos Vinicius Bertoni
Secretário - matr. 1216530

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

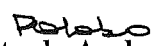
EM 06 / 10 / 2010
[Assinatura]

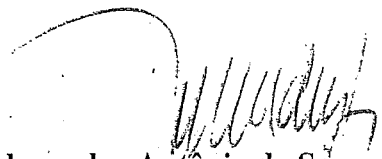
ATA DA REUNIÃO

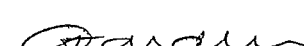
CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC


LOCALIDADE: RIO NEGRO/PR

Aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de 1999, às 10:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na sala 100 da sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria MC nº 164, de 13 de outubro de 1999, com a participação de seu Presidente, Pedro Humberto de Andrade Lobo, do seu Vice-Presidente Alexandre Antônio de Souza e dos titulares Antônio Carlos Tardeli, Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Jasson Vilar Firme e José Ancelmo Nogueira, para tratar dos seguintes assuntos: 1) concluir os trabalhos de análise da Documentação de Habilitação apresentadas pelas licitantes dessa Concorrência; 2) elaboração, leitura e aprovação, por esta Comissão, dos Papéis de Trabalho relativos a essa Documentação de Habilitação, denominados "RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", que passam a constituir parte integrante da presente ata, como se nela estivessem transcritos; 3) elaboração da presente ata de reunião. Em seguida, o Presidente da Comissão determinou a tomada de providências para: 1) a divulgação dos resultados, em Avisos a serem publicados no Diário Oficial da União e no jornal estadual de grande circulação utilizado para dar publicidade aos atos desta licitação; 2) a anexação, ao processo original, desta ata e dos respectivos Papéis de Trabalho; 3) a anexação, ao processo específico de cada licitante, de cópia desta ata e do Papel de Trabalho relativo à(ao) titular do processo. Nada mais havendo a ser tratado, foi por mim, Marcos Vinicius Bertoni, Secretário desta Comissão, lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Comissão, encerrando-se a reunião.


Pedro Humberto de Andrade Lobo
Presidente

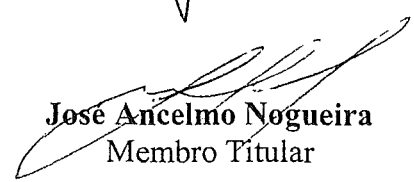

Alexandre Antônio de Souza
Vice-Presidente



Antônio Carlos Tardeli
Membro Titular


Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular


Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular


Jasson Vilar Firme
Membro Titular


José Ancelmo Nogueira
Membro Titular


Marcos Vinicius Bertoni
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01.12.99 1206




Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Licitação

84
12

CONCORRÊNCIA Nº: 025/1998 - SSR/MC

Papel de Trabalho

RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Licitante: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

C.G.C.: 85.131.829/0001-86

Data de Criação: 06/03/1998

Nº do Processo Original: 53000.000501/98

Nº do Processo Específico da Licitante: 53740.000333/98

Representante:

Procurador: ROBINSON DE OLIVEIRA

Cidade:

UF:

Endereço: RUA TENENTE ARY RAUEN, 1361 - CENTRO

CEP: 89300000

Telefone: (047) 642.3955

Fax: (047) 642.3955

Resultado:

NÃO HABILITADA

UF Localidade

Serviço Grupo de Enquadramento

PR Rio Negro

FM

A

Itens não atendidos

5.2.1

Sociedade por cotas de responsabilidade limitada, Fundação e Sociedade por ações: Cópia do ato constitutivo e eventuais alterações, constando dos seus objetivos a execução de serviços de radiodifusão; no caso de Fundação cópia da ata que elegeu a diretor
As Atas de fls. 09/11, não foram devidamente registradas no órgão competente.

[Handwritten signatures and initials]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/20/2010
[Handwritten signature]




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO-CEL/SSR

TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data anexe ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 08 folhas, que numerei em continuação do número 85 ao número 91.

Curitiba, 20 de NOV de 2000


VILMARA DE BORBA MARQUES
PRESIDENTE CAT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 02.1.10.1.2010


Curitiba-PR, 27 de dezembro de 1999.

86

27 DEZ 16 32 SS 00925

DELEGACIA REGIONAL/PR-SC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Da: Fundação João XXIII
Para: Presidente da Comissão Especial de Licitação
Assunto: Recurso (Apresenta)
Referência: Inabilitação de nossa proposta no Edital 025/98

Prezado Senhor

Fomos inabilitados pelo fato da Ata de Eleição de nossa Diretoria não estar registrada no Cartório respectivo (páginas 9/11 de nossa proposta).

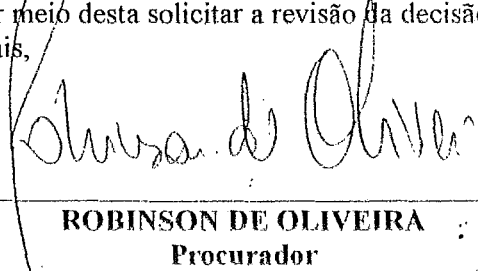
Quanto a afirmativa supra, gostaríamos de voltar ao Edital no seu item 5.2.1 que menciona:

5.2.1 Ato Constitutivo e suas alterações, devidamente registradas ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviços de Radiodifusão, bem assim no caso de sociedade por ações, cópia da Ata da Assembléia Geral que elegeu a Diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.

Aqui se menciona que o Ato Constitutivo deve estar arquivado. No caso de Atas de Assembléia não se menciona o registro. Não se mencionando explicitamente o registro da Assembléia, é estranhável termo sido inabilitados por esse fato. Gostaríamos de sublinhar que nossa Fundação foi habilitada nos Editais do Lote 3, o que faz parecer Ter havido excesso de rigor em nossa inabilitação nos Editais 25/98 e 31/98.

Outrossim, nossa entidade é detentora de uma concessão e de uma permissão em Mafra - SC, e o fato de não termos remetido a cópia registrada ao Ministério das Comunicações jamais nos foi cobrado. Como essas licitações também são do Ministério das Comunicações, e nós nunca termos sido notificados por tal procedimento, parece-nos um excesso de zelo por parte dessa Comissão Especial a nossa inabilitação, razão pela qual vimos por meio desta solicitar a revisão da decisão proferida.

Sem mais,


ROBINSON DE OLIVEIRA
Procurador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 06/10/2010

8+
C
Curitiba-PR, 27 de dezembro de 1999.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
28 DEZ 16 18 55 00938
DELEGACIA REGIONAL/PR-SC

Da: Fundação João XXIII
Para: Presidente da Comissão Especial de Licitação
Assunto: Recurso (Apresenta)
Referência: Inabilitação de nossa proposta no Edital 025/98
Anexo: Cópia das Atas

Prezado Senhor

Fomos inabilitados pelo fato da Ata de Eleição de nossa Diretoria não estar registrada no Cartório respectivo (páginas 9/11 de nossa proposta).

Quanto a afirmativa supra, gostaríamos de voltar ao Edital no seu item 5.2.1 que menciona:

5.2.1 Ato Constitutivo e suas alterações, devidamente registradas ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviços de Radiodifusão, bem assim no caso de sociedade por ações, cópia da Ata da Assembléia Geral que elegeu a Diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio.

Aqui se menciona que o Ato Constitutivo deve estar arquivado. No caso de Atas de Assembléia não se menciona o registro. Não se mencionando explicitamente o registro da Assembléia, é estranhável termo sido inabilitados por esse fato. Gostaríamos de sublinhar que nossa Fundação foi habilitada nos Editais do Lote 3, o que faz parecer Ter havido excesso de rigor em nossa inabilitação nos Editais 25/98 e 31/98.

Outrossim, nossa entidade é detentora de uma concessão e de uma permissão em Mafra - SC, e o fato de não termos remetido a cópia registrada ao Ministério das Comunicações jamais nos foi cobrado. Como essas licitações também são do Ministério das Comunicações, e nós nunca termos sido notificados por tal procedimento, parece-nos um excesso de zelo por parte dessa Comissão Especial a nossa inabilitação, razão pela qual vimos por meio desta solicitar a revisão da decisão proferida.

Sem mais,


ROBINSON DE OLIVEIRA
Procurador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2000

CARTÓRIO DAS MERCÊSANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabeliã
AV. MANOEL RIBAS, 1308 FONE 335 9119 FAX 335-6722

CURITIBA 28 DEZ 1999 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste Cartório nesta data8288
Folha 5

zondo os assuntos o Sr. Tito referiu-se ao Abono de
notal para funcionários, sacerdotes, que foi concor-
dando, que se dê gratificação como de costume.
Nota mais honrada a tratar o Sr. Presidente agrade-
ceu pelos trabalhos que foi feito e pelo esforço da
Diretoria da administração e de todos os funcio-
nários que fazem acontecer. comunicou que
atinga com índices altos de audiência e que
as rádios possam cada vez mais ajudar a nossa
comunidade e enfim agradeceu a todos pela
presença e deu por encerrada a reunião, da
qual eu, Antonio Anten, levei a presente ata
que, após de lida e aprovada seja assinada
da pelos presentes.

Mora, 11 de Dezembro de 1996

Secretário: Antonio Anten

Presidente: Dom Gregório Warmeling

2º Vice Presidente: Pe. Geraldo Soleng

Tesoureiro: Cido Kamari Schultz

Conselho Fiscal: Giovanni Spantz

Dorclino Alves da Silva

José J. Gugelmin

Ata - Nº 101

Aos dezesseis dias de Dezembro de 1996, às 19h, no-
ventos e noventa e seis, reuniu-se a Diretoria da
Lundagó João XXIII, em Assembleia Geral Extraordina-
ria, sito à Rua: Tenente Cruz Rauen, nº 1361, marcada
com a seguinte ordem do dia: Ratificação da atual
Diretoria da Lundagó: O Sr. Presidente, dando início
a reunião com uma oração costumeira e logo, soli-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006

CARTÓRIO DAS MERCÊSANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabelião
AV. MANOEL RIBAS, 1100 - FONE: (041) 333-6722 FAX: 335-6722

CURITIBA

PARANÁ

28 DEZ 1999
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento original e foi autenticada neste Cartório nesta data.

citado ao Secretário, que fosse lida a ata da reunião anterior, a qual depois de lida e discutida, foi aprovada por unanimidade. A seguir passou a Ordem do dia que é a Ratificação da Atual Diretoria da Fundação. O presidente, após aos presentes de que a atual Diretoria está com seu prazo de mandatos vencidos em dezesseis de junho de hum mil noventa e seis, conforme determinam os Estatutos da Fundação e da Portaria da Dente, desta forma o Sr. Presidente adota em discussão sobre a Ratificação da Atual Diretoria usando da palavra o Diretor Tesoureiro da Fundação, sugerindo a todos para aceitar os cargos por mais um período ou seja, por mais dois anos, dando assim a continuidade dos objetivos sociais, que os mesmos se propuseram em elaborar após várias ponderações e comentários, todos os membros concordaram em permanecer por mais dois anos na Diretoria da Fundação José XXIII, ficando assim - Ratificada a Atual Diretoria: -

Cargos -

Diretor Presidente: - Dom Gregório Warmeling

Diretor 1º Vice Presidente: - Fr. Euzébio

Diretor 2º Vice Presidente: - Fr. Jeroldo Idemga

Diretor Secretário: - Antonio Arteni

Diretor Tesoureiro e Gerente Comercial = Tito Lamari' Jhu

Conselho Fiscal = Maurival Spauz

= Devalino Alves da Silva

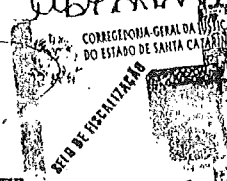
= José Carlos Gugelmin

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradece pelas comparecimentos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Antonio Arteni, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, fica assim ratificada.

AUTENTICADO
Autentico a presente fotocópia por
conferir com o original que me foi
apresentado e arquivado à parte in-
teressante do que dou fé.

R\$ 340

Curitiba, 23 DEZ. 1999



CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabeliã
AV. MANOEL RIBAS, 1308 FONE: 335-9119 FAX: 335-6722

CURITIBA

28 DE 7 1000

PARANÁ

83
Foz

da ~~presente fotocópia~~ ^{presente fotocópia} ~~apresentado neste Cartório nesta data~~ ^{apresentado neste Cartório nesta data} Diretoria

n.º mapa, 17 de Dezembro de 1996.

Secretário: Antonio Artur

Presidente: D. Guguio Warmeling

1º Vice Presidente: Pe. Euzébio Spisla Pe. Euzébio Spisla

2º Vice Presidente: Pe. Geraldo Jolengo Pe. Geraldo Jolengo

Tesoureiro: Tito Bomaré Schultz Tito L. Schultz

Conselho Curador: Baurivd Spautz Baurivd Spautz

Dondino Alves da Silva

José Jobbas Guglhim

Ata N.º 108

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos noventa e sete às dezesseis horas e trinta minutos, reuniu-se a Diretoria da Lundocof Jofá XXXIII em Assembleia geral, ordinária, com a presença do Pe. Pedro Klédio, representando Pe. Euzébio Spisla, Vice Presidente e Pe. Geraldo Jolengo 2º Vice Presidente, Antonio Artur Secretário, Tito Bomaré Schultz - Tesoureiro, Baurivd Spautz - Conselho Curador, Dondino Alves da Silva, Conselho Curador e José Jobbas Guglhim Conselho Curador, dando início à reunião, o Sr. Presidente iniciou a reunião com uma oração, como de costume, pedindo à Deus as bênçãos e andamento da presente reunião, para tratar dos assuntos contidos no Edital de convocação, publicado no jornal A Gazeta de Rio Mapa. 1ª) Análise e Aprovação do Balanço Geral referente ao Ano de 1996. Com a palavra o Curador da Lundocof - Sr. Antonio Artur que fez a explanação sobre o Balanço Geral e da Conta de Resultados, os quais foram amplamente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2006

Protocolado sob n. 6060 a fl. 028 v. 10
Livro A 8, no dia 23 de dezembro de 1999
O Oficial

Registrado(s) sob R. N.º 633

fls. 174

no Livro n. A-4

Maíra, 23 de dezembro de 1999

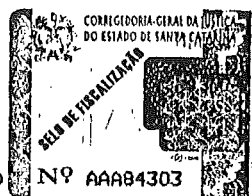
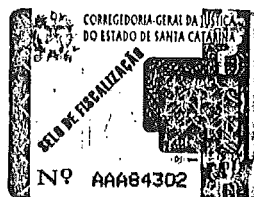
OFICIAL

Reg. 455

23 de dezembro

A-4

99



LENE JURASZKE MENDES

CPF 001.417.409-87

Oficial do Registro Civil e Títulos e

Documentos Designad

o Rerio Kunklevi Scholtz

ESCREVENTE

- MAÍRA - Sta. Catarina

01 098 886 / 0001 - 10

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

PRACA LEONARDO FLAVIO TAVARES, 88

CENTRO - CEP 89300-000

MAÍRA - PR

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por
conferir com o original que me foi
apresentado e devolvido à parte in-
teressada, do que dou fé.

Maíra, 23 DEZ. 1999

☒ Edinir Fuchs

☐ Shirley Fuchs

PR, 40



CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabeliã

AV MANOEL RIBAS, 1308 FONE 335-9119 FAX 335-8722

CURITIBA 28 DE 7 1999 PARANÁ

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste Cartório nesta data

7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

CARTÓRIO DAS MERCES

ÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabelado
MOEL RIBAS, 1308, EDNE 335-0412 FAX: 301-1722

URUTIBA

28 DEZ 1999

FARPA

presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste Cartório nesta data

83 90

Fel

da pelos membros da Diretoria

maio, 17 de Dezembro de 1996.

Secretário: Antonio Artur

Presidente: D. Gregório Warmeling

1º Vice Presidente: Pe. Eugênio Spisla Pe. Ozelto Spisla

2º Vice Presidente: Pe. Geraldo Volanga

Tesoureiro: Tito Bonfari Schultz

Conselho Curador: Louciud Spautz

Donalino Alves da Silva

José Carlos Guglmin

Ata Nº 108

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos noventa e sete às dezesseis horas e trinta minutos reuniu-se a Diretoria da Fundação João XXIII em Assembleia geral, ordinária, com a presença do Pe. Pedro Klélio, representando Pe. Eugênio Spisla, Vice Presidente e Pe. Geraldo Volanga 2º Vice Presidente, Antonio Artur Secretário, Tito Bonfari Schultz - Tesoureiro, Louciud Spautz - Conselho Curador, Donalino Alves da Silva, Conselho Curador e José Carlos Guglmin Conselho Curador, dando início à reunião, o Sr. Presidente iniciou a reunião com uma oração como de costume, pedindo à Deus as bênçãos e andamento da presente reunião, para tratar dos assuntos contidos no Edital de convocação, publicado no jornal A Gazeta de Rio Nafra. 1ª) Análise e Aprovação do Balanço geral referente ao Ano de 1996. Com a palavra o Contador da Fundação - Sr. Antonio Artur que fez a explanação sobre o Balanço geral e da Conta de Resultados, os quais foram amplamente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

CARTÓRIO DAS MERCÊSANDRÉA JORDIN JACOB SANTOS Tabelã
AV. MANOEL RIBAS, 1300. FONE. 335-1100 FAX. 335-8722

CURITIBA

A presente
apresenta

28-07-1999 (PARANA)
maior analisados, discutidos e comparados com
a presente e que foi visto um aumento
de despesas de 21% a mais, em relação a uma receita
estável. Após as análises, foi aprovado, unanimidade.

2º) Reformulação dos Estatutos da Fundação, que foi
discutido e pedido que fosse elaborada uma
minuta pelo assessor, jurídico R. Carlos Schmiquel.

3º) Assuntos Gerais: Com o falecimento de Dom Gregório
Warmeling a Fundação está sendo cuidada pelo 1º.

vice Presidente R. Euzébio Spisla. Com a presença
o Sr. Tito B. Schultz, Diretor Geral das Rádios

AM e FM, expôs vários assuntos administrativos
geridos nas emissoras. a) Comentou sobre a morte

de Dom Gregório Warmeling, que comoveu a
grande comunidade diocesana pela morte do

Pastor Espiritual como verdadeiro representante
de Cristo na Diocese pelo seu trabalho, sua de-

dicção ao povo e seu exemplo e testemunho de
vida. b) Sobre a decisão das Entidades das Comuni-

dades de Mará e Rio Negro Pr., que ficou nas
mesmas proporções da anterior distribuição. c)

Ajuda feita para os encontros de pastores da
matriz e Lomaveal. d) Comentou da grande

necessidade de tornar de Utilidade Pública Federal,
e no Serviço Social que traria grandes benefí-

cios à Fundação. e) Informou sobre o pagamento do
asfalto no terreno do jardim América. f) A dispo-

ponibilidade de dinheiro na data da presente reunião,
também, foi comentado pelo Diretor Geral. g) Co-

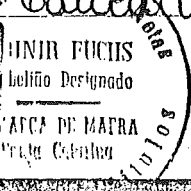
mentou sobre a firma. J. B. & a, da dívida com Rádios
relacionado com a propagação, que ainda nada foi

avistado. h) Falou sobre novos canais de Rádio e sobre
licitação de novos canais. i) Venda de Rádio educativa e TV Co-

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por
conferir com o original que me foi
apresentado e devolvido à parte in-
teressada, do que dou fé.

28-07-1999



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERE
EM 01/10/2010

CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabela

AV. MANOEL RIBAS, 1308 LONTE 335 6111 FAX 335 6722

CURITIBA 28 DEZ 1999 PARANA

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Cartório nesta data

91
5-1
84
Fm2

mercad. 1) falou sobre livros da fone. f) falou sobre dista-
que das Rádios em 1º lugar na região. K) lamentou sobre
o pedido da Soma lácia - se possível comprar e doar
um Microfone, Caixa de som, Toldado p/ Pastoral.
Vocacional, que foi aprovado, nada mais havendo
a tratar o Sr. Presidente agradeceu a todos
pelo comparecimento e pelos trabalhos que foi
feito e pelo esforço da Diretoria, da Administração
e dos funcionários que fazem acontecer a comu-
nicação e deu por encerrada a reunião, da qual
eu, Antonio Anten, louvi a presente ata, que após
de lida e aprovada, será assinada pelos pre-
sentes.

Maíra, 06 de março de 1997

Secretário: Antonio Anten

Presidente: R. Euzébio Spisla

Vice Presidente: R. Geraldo Valen-

tesoureiro: Tito Kamari Schultz

Conselho Fiscal: Laurival Spautz

Dorvalino Alves da Silva

José Carlos Gugelmin

Ata nº 109

As quatorze de maio de hum mil novecientos
e noventa e sete às dez horas e trinta minu-
tos, reuniu-se a Diretoria da Fundação João XXIII
em Assembleia geral Extraordinária, com a
presença do Pe. Euzébio Spisla, Pe. Geraldo Valen-
ga, Tito Kamari Schultz, Dorvalino Alves da Silva,
José Carlos Gugelmin, Laurival Spautz, Antonio
Anten e Dr. Carlos Schmiguel, dando início à Reu-
nião, o Sr. Presidente Pe. Euzébio Spisla iniciou

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2016

Protocolizado sob n. 6261, a fls. 0290, de
Livro A-3, na data 23 de dezembro de 1999
O Oficial

Registrado sob n. 634

fls. 174 - 174 v

na Livro n. A-4

em 23 de dezembro de 1999

OFICIAL

Assessoria de Reg. 455, na Livro A-4

em 23 de dezembro de 1999

OFICIAL

MARILENE JURASZKE MENDES

CPF 604.472.003-67

Oficial do Registro Civil e Títulos e

Legislação

Clarice do Reg. Civil e Títulos Schlottz

Legislação

89.300-000 - MAPRA - Sta. Catarina

01098886 / 0001 - 10

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
TÍTULOS E DOCUMENTOS

ASSISTENTE POR FLAVIO TAVARES, SS

OFÍCIO - CEP 83307-000

MAPRA - 33

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente fotocópia por
conferir com o original que me foi
apresentado e declarado à parte in-
teressada, do que dou fé.

Mostra, 23 DEZ 1999

☒ Edinir Fuchs - ☐ Shirley Fuchs



CARTÓRIO DAS MERCÊS

ANDRÉA BORDIN JACOB SANTOS Tabeliã

AV. MANOEL RIBAS, 1308 FONE 335.9119 FAX 335-6722

CURITIBA 28 DEZ 1999 PARANA

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento
apresentado neste Cartório nesta data

m

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

929

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 07 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:


Nº da folha anterior : 81 .

Nº desta folha : 92 .

Nºs das demais folhas juntadas : 93 a 99 .

Brasília, 31 de maio de 2001.


Guilherme Quintas
Secretário

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 06 / 19 / 2000


93
P

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 1109/2001/L4/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53740.000333/98
de 24/03/98 da
Concorrência nº 025/98 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Rio Negro, PR (FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que a inabilitou, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação do seu requerimento, alegando o cometimento de rigor excessivo por parte da Comissão, com relação aos defeitos verificados no atendimento de exigências contidas no instrumento convocatório, relativamente à documentação de habilitação de proponentes.

2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

"Fomos inabilitados pelo fato da Ata de Eleição de nossa Diretoria não estar registrada no Cartório respectivo (páginas 9/11 de nossa proposta).

Quanto a afirmativa supra, gostaríamos de voltar ao Edital no seu item 5.2.1 que menciona: (...)

Aqui se menciona que o Ato Constitutivo deve estar arquivado. No caso de Atas de Assembléia não se menciona o registro. Não se mencionando

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2001

[Assinatura]

34
explicitamente o registro da Assembléia, é estranhável termo sido inabilitados por esse fato. (...)."

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrições seguintes:

"5.2.1 – Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviços de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretora e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria."

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Por isto é que muitas são as questões sobre exigências contidas nos Editais, que acabam sendo compostas pelo Poder Judiciário que, em julgados recentes, vem firmando jurisprudência sobre o que deve ser identificado por rigor excessivo ou meras irregularidades praticadas pelos licitantes, que são perfeitamente superáveis e que em nada prejudicam o interesse da pessoa ou da sociedade.

8. É nesta linha que os estudiosos oferecem seus ensinamentos sobre esta espécie de desvio nas licitações públicas, que ora cito por entender que são úteis à conclusão que adiante se chegará.

9. Marçal Justen Filho, em seus "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", trata das questões relativas às **irregularidades superáveis** no procedimento licitatório, assim dizendo:

"Existem atos viciados de irregularidades irrelevantes. **O defeito não é apto a impedir a realização do interesse público nem sacrifica o interesse privado.** Ressalte-se que, nesses casos, ocorrem hipóteses em que a realização do interesse protegido pela norma pressupõe a prática de outros atos. **É necessário suprir a**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2010

irregularidade, ratificando atos anteriores ou renovando outros.

Há tendência reforçada a reconduzir os vícios jurídicos, no curso da licitação, ao campo das irregularidades superáveis. Não se pode ampliar a relevância jurídica da forma sobre o fundo. Tem a considerar-se que a forma é instrumental. **Consiste na via de garantia à realidade do interesse público, de repressão ao abuso de poder e de tutela à boa-fé.** Não há sentido em tutelar diretamente a forma e infringir indiretamente os valores jurídicos consagrados constitucionalmente.

A avaliação dos vícios dos atos administrativos tem de subordinar-se ao princípio da razoabilidade (proporcionalidade). **Devem ponderar-se os interesses em jogo e avaliar-se a extensão das conseqüências da decisão adotada.** Não será válida decisão que, para realizar certo valor, produza o sacrifício integral de outro valor (igualmente tutelado pelo Direito)."

10. Helly Lopes Meirelles acrescenta que:

"O princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inhabilitar Licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades."

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

36
4

11. Objetivamente, as razões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

12. No entanto, assiste razão à Recorrente ao alegar que o Edital, em seu subitem 5.2.1 não menciona sobre a necessidade da Ata de Assembléia ser apresentada de forma registrada.

13. Cabe salientar que tal documento possui validade inquestionável, uma vez que o mesmo traz a rubrica dos participantes da assembléia, condição essa, que torna o documento plenamente capaz de suprir a exigência do Edital.

III - CONCLUSÃO

14. Pelo que se depreende da matéria, e por todo o exposto, concluo e sugiro:

dar provimento ao Recurso ora interposto para alterar o ato da Comissão que inabilitou a proponente FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, nesta Concorrência, tornando-a habilitada com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.

É a informação.

À consideração da Comissão Especial de Licitação.

Brasília-DF, 02 de MAIO de 2001.

André Luis Del Castillo Rocha
ANDRÉ LUIS DEL CASTILO ROCHA
Assessor

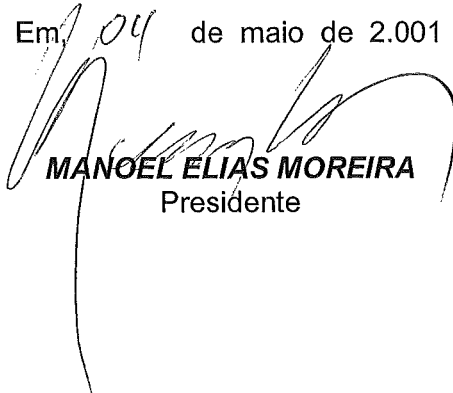
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL


EM 02/11/01

Processo nº 53740.000333/98

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a .
Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Em, 04 de maio de 2.001


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 01/10/2000


98
ab


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos referentes à análise dos recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão das informações contendo análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas "Informações" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinadas pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	INFORMAÇÃO Nº
022/98	2346,2347 e 2348/L4/CEL-SSR/MC
025/98	1047,1048,1084,1085,1091 a 1094,2600,2601,2602,2630, 2593, 2596,2597,1070,1120,1081,1082,1104,1105,1097 a 1101, 2635, 1054,1072,1073,2629,1107,1108,1110,1112,1113,1075 a 1077, 1087,1088,1096,2598,2599,2633,2634,2592,1109,1089,1090,1052, 1053,1061 a 1064,1074,1051,1079,1080,1058,1059,1078,1057, 1060,1071,1065 a 1069,2594,2595,2631 e 2635/L4/CEL-SSR/MC
026/98	1095,2628,1049,1050 e 2627/L4/CEL-SSR/MC




MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


ANTONIO CARLOS TARDELI
Vice-Presidente


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01.1.20 1706







99
#


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular


NAPOLEÃO EMANUEL VACADAES
Titular

CONTINUAÇÃO DA ATA DE 29.05.2001 CONC. N.ºS ,022, 025 E 026/1998

Os resultados de análise de recursos e impugnações, objeto das **Informações** constantes desta ata, foram publicados no DOU, de 01.06.2001.

SEÇÃO PÚBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM, 01/10/2010


Guilherme Quintas
Coordenador Permanente de Licitação/MC

1009

TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data anexei ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 09 (NOVE) folhas, que numerei em continuação do número 100 até o número 108.

Curitiba, 26 de junho de 2001

7/ Luiz J. Filizola
VILMARA DE BORBA MARQUES
PRESIDENTE CAT-PR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIDIA E COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

B

1013.
01
Pob

CONJUNTO N.º 2 - PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº 025/98 - SSR/MC
RIO NEGRO - PR
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

Conjunto 2

Proposta Técnica para a Localidade de Prestação de Serviço

01	Índice
02	Anexo IV (Relativo aos subítens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4)
03	Anexo IV (Relativo aos subítens 6.1.5., 6.1.6 e 6.1.7)
04	Anexo IV (Relativo ao subítem 6.2)
05	Anexo VI
06	Anexo VII

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE, CLAS. O ORIGINAL

EM 01/10/2010

PH

ANEXO IV

Proposta Técnica (item 6)

Razão Social da Proponente: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII CGC/MF: 85.131.829/0001-86 Data: 10/03/98
Edital da Concorrência n.º 025/98-SSR/MC Localidade: RIO NEGRO UF: PR

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): 1440 (minutos) (Relativo ao subitem 6.1.1)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos (Relativo ao subitem 6.1.2)

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	173	12

3. Serviço noticioso (Relativo ao subitem 6.1.3)

PROGRAMAS DE SERVIÇO NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	173	12

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)x100
	87	6

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 07/10/2010

100

100

100

5. Serviço Noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.5)

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos	(%)
	(B)	(B/A)x100
	87	6

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6)

Prazo para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo	MESES
	09

7. Quantidade de serviço em exploração (Relativo ao subitem 6.1.7)

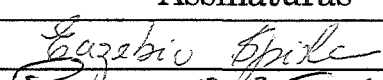
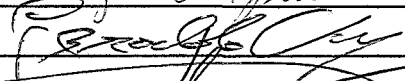
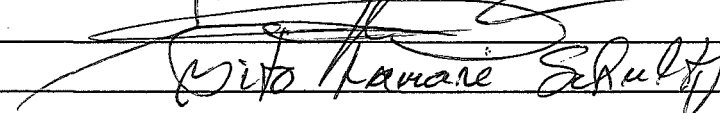
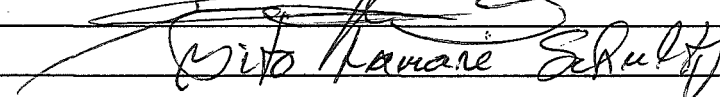
Nomes dos dirigentes, sócios ou acionistas com direito a voto, que, através desta proponente ou de quaisquer empresas, explorem, na mesma localidade objeto deste Edital e/ou em outras, um ou mais serviços relacionados no ANEXO VI	Razão social da proponente ou da outra empresa	C.G.C. da proponente ou da outra empresa	Localidade onde executa o serviço	Tipo de serviço	Quantidade de serviço
Todos os do item 8 infra-assinados	Fundação João XXIII	85.131.829/0001-86	Maфра - SC	FM	01
Todos os do item 8 infra-assinados	Fundação João XXIII	85.131.829/0001-86	Maфра - SC	OM	01

SEMPRE EM DUPLICAÇÃO
MUNICÍPIO DE MAFRÁ
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2016

0.5

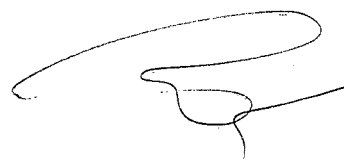
03/11/2016

8. Dirigentes (Relativo ao subitem 6.2)

Nomes dos Dirigentes	C.P.F. do Dirigente	Assinaturas
Pe. Euzébio Spisla	200.823.129-15	
Pe. Geraldo Valenga	428.653.109-06	
Antonio Arten	104.993.939-53	
Tito Lamaré Schultz	104.944.649-68	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2016






1044

ANEXO VI**QUANTIDADE DE OUTORGAS (subitem 6.1.7)****RELAÇÃO DE SERVIÇOS:****1. Na Área de Prestação do Serviço:**

- Freqüência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS, TV a Cabo, Radiochamada, Móvel Especializado e Rádio-acesso.

2. Fora da Área de Prestação do Serviço:

- Freqüência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS ou TV a Cabo, Telefonia Pública, Telefonia Celular, DTH, Radiocomunicação Aeronáutica, Radiochamada, Móvel Especializado e Rádio-acesso.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme indicado no subitem (6.1.7))	TIPO DE SERVIÇO	EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	EXCLUSIVAMENTE FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
		LOCALIDADE	LOCALIDADE
Fundação João XXIII	OM	Nenhuma	Mafra - SC
Fundação João XXIII	FM	Nenhuma	Mafra - SC

Mafra - SC, 10 de Março de 1998.

Euzébio Spisla
Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente

Geraldo Valenga
Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente

Antonio Arten
Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário

Tito Lamaré Schultz
Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

EM 01/10/2010
MIN. DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
SERVICO PUBLICO FEDERAL

ANEXO VII

**CRONOGRAMA SIMPLIFICADO DE INSTALAÇÃO POR
LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO
(Subitem 6.1.6)**

Edital da Concorrência: nº 025/98-SSR/MC

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

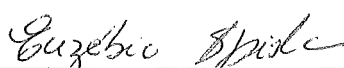
Localidade: Rio Negro UF: PR


Do cronograma simplificado devem constar os itens abaixo, indicando os seguintes prazos, a serem computados a partir da publicação do correspondente Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional (X):


- 1) Entrega do projeto no Ministério das Comunicações, para autorização das características técnicas da emissora (Y).
- 2) Data de início da execução do serviço em caráter definitivo (Z).

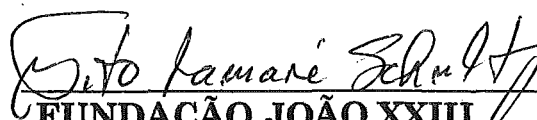
0	1	2
o	_____	_____
X	Y=X+90 dias	Z=X+9 meses

Mafra-SC, 10 de Março de 1998.


FUNDACÃO JOÃO XXIII
Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente


FUNDACÃO JOÃO XXIII
Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente


FUNDACÃO JOÃO XXIII
Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário


FUNDACÃO JOÃO XXIII
Tito Lamaré Schultz
CPF 104.944.649-48
Diretor Tesoureiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01 / 10 / 2010




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

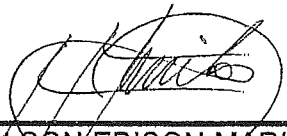
ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO AS PROPOSTAS TÉCNICAS RELATIVAS AOS EDITAIS 025 e 026/1998-SSR/MC, PARA AS LOCALIDADES DE CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAIMA (FM / OM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, REALEZA, RIO NEGRO E PÉROLA D'OESTE, NO ESTADO DO PARANÁ.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de junho de 2001, às 14:00 horas, na sala de reuniões do Edifício da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situado a Rua Vicente Machado, 720, nesta Capital, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico com a presença da sua Presidente Vilmara de Borba Marques e do Membro Titular Mirella Dias Melhado e Suplente Edenilson Edison Marinho, para abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas das proponentes habilitadas no **Edital nºs 025/98, para as localidades de CAFELÂNDIA, CAMPINA DA LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAIMA (FM / OM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ, REALEZA, RIO NEGRO e Edital n.º 026/1998** para o município de **PÉROLA D'OESTE, todos no Estado do Paraná**, foi aberta a sessão iniciando-se com a justificativa de que, conforme informado na sessão pública iniciada às 09:00 horas para abertura das propostas técnicas dos Editais 102, 103 e 104/2000, de acordo com aviso publicado no Diário Oficial da União de 08/06/01, o horário de início dos trabalhos de abertura dos invólucros contendo as Propostas Técnicas relativas aos editais 025 e 026/98-SSR/MC, foi alterado para as 14:00 horas e, a seguir, os trabalhos processando-se na sequência seguinte: 1) participam desta sessão os representantes das empresas, RÁDIO CAMPINA DA LAGOA FM LTDA. e RÁDIO EMISSORA BOTUQUARA LTDA que constituíram a comissão de rubrica; 2) verificação pelos representantes das concorrentes da integridade do acondicionamento, bem como da conformidade dos envelopes a serem abertos; 3) abertura pelos membros da Comissão, dos envelopes contendo as Propostas Técnicas das proponentes habilitadas; 4) a abertura dos invólucros contendo as propostas técnicas do município de Ponta Grossa, que por lapso não constou do aviso publicado no DOU de 15/06/2001, foi autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação via mensagem por fac-símile datado de 21/06/2001, arquivado na secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico do Paraná; 5) rubrica dos documentos das Propostas Técnicas pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pela comissão de rubrica; 6) Foi declarada a finalização dos trabalhos relativos à presente reunião às 17:30 horas. Nada havendo a acrescentar aos fatos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/06/2001

relatados, foi lavrada esta Ata que depois de lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pelos representantes das proponentes presentes.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:
VILMAR DE BORBA MARQUES
PRESIDENTE
MIRELLA DIAS MELHADO
MEMBRO TITULAR
EDENILSON EDISON MARINHO
MEMBRO SUPLENTE**PROPONENTES:**
ROBERTO A. P. MONGRUEL
RÁDIO EMISSORA BOTUQUARA LTDA.
ROBINSON DE OLIVEIRA
RÁDIO CAMPINA DA LAGOA FM LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

109
109

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 108.


Nº desta folha : 109.

Nºs das demais folhas juntadas : 110 a 112.

Brasília, 22 de Agosto de 2001.


Guilherme Quintas
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 de 19 de 2010


112
h

CONCORRÊNCIA Nº 025/1998 - SSR/MC

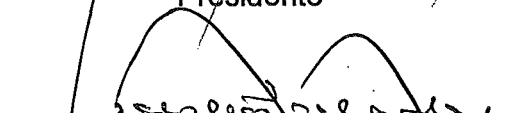
LOCALIDADE: RIO NEGRO ESTADO: PR

ATA DE REUNIÃO

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de julho de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado **Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de RIO NEGRO/PR; b) a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: 1) leitura do documento denominado **Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente


ANTONIO CARLOS TARDELI
Vice-Presidente


NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular


ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular


ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA
Titular


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular


JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 09/10/2001




111
ca

Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
Concorrência 025/1998				
PR Rio Negro				
FM				
RIO NEGRO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	53740.000288/98	A	100.000	Classificada
RÁDIO RIO MAXI LTDA	53740.000294/98	A	100.000	Desclassificada
SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53740.000309/98	A	99.005	Classificada
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	53740.000310/98	A	100.000	Classificada
MS COMUNICAÇÃO LTDA	53740.000319/98	A	100.000	Classificada
SESAL - COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.	53740.000324/98	A	96.255	Classificada
RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA.	53740.000325/98	A	100.000	Classificada
RÁDIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA.	53740.000326/98	A	100.000	Classificada
ATMOSPHERA RADIODIFUSÃO LTDA.	53740.000329/98	A	100.000	Classificada
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	53740.000333/98	A	100.000	Classificada

04/07/01

ARMAZEM PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
01/10/2010



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Radiodifusão
Comissão Especial de Âmbito Nacional

112
5

Resultado da Proposta Técnica Lote 4

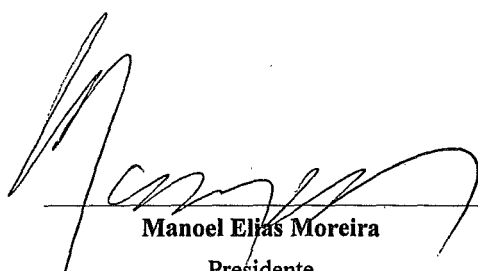
Nº do Processo:	53740.000333/98	CNPJ:	85.131.829/0001-86
Razão Social:	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII		
Concorrência:	025/1.998	Localidade:	Rio Negro UF: PR
Serviço:	FM - Frequência Modulada	Grupo Enquadramento	A

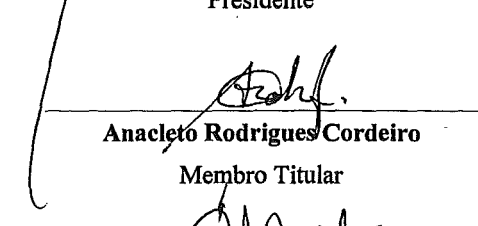
Legenda da Programação:

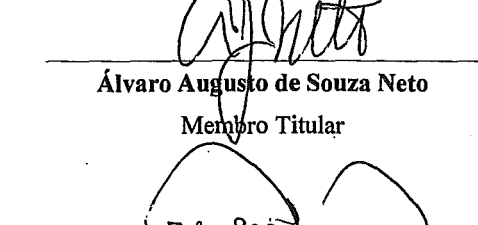
T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos
T2 = Programas de serviço noticioso
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

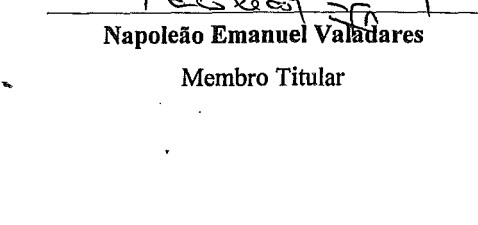
Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4):	53.000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo:	32.000
Pontuação ref. à quantidade de outorgas de serviços explorados:	10.000
Tempo total diário de programação	5.000
Pontuação da Proposta Técnica (PT):	100.000
	CLASSIFICADA

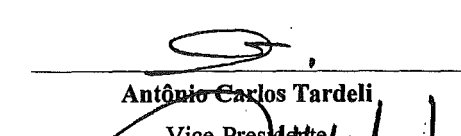
Observações:

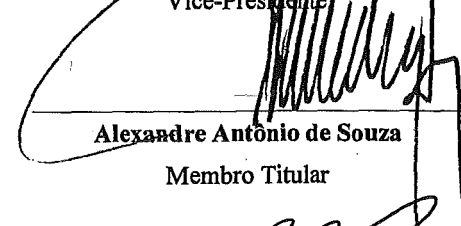

Manoel Elias Moreira
Presidente

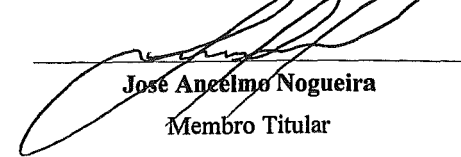

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular


Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular


Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular


Antônio Carlos Tardeli
Vice-Presidente


Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular


José Ancelmo Nogueira
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01.10.2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

113
00

TERMO DE JUNTADA

Nesta data juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

n.º da folha anterior 112

n.º desta folha 113

n.º das demais folhas juntadas 114 a 116

Curitiba, 26 de ABRIL de 2002


EDENILSON EDISON MARINHO
Matrícula SIAPE N.º 0455313

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010


ANEXO V

Proposta de Preço pela Outorga (item 7)

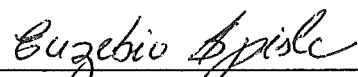
Proposta Sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

- 1. Razão Social da Proponente: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**
- 2. CGC/MF: 85.131.829/0001-86**
- 3. Edital da Concorrência: nº 025/98-SSR/MC**
- 4. Serviço: Radiodifusão Sonora em FM**
- 5. Localidade: RIO NEGRO UF: PR**
- 6. Valor Proposto:**


1ª Parcela: R\$80.000,00 (Oitenta mil reais).

2ª Parcela: R\$80.000,00 (Oitenta mil reais).

Mafra-SC, 10 de Março de 1998.




Pe. Euzébio Spisla
CPF 200.823.129-15
Diretor Presidente



Pe. Geraldo Valenga
CPF 428.653.109-06
Diretor Vice-Presidente



Antonio Arten
CPF 104.993.939-53
Diretor Secretário



Tito Lamaré Schultz
CPF 104.994.649-48
Diretor Tesoureiro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 07/10/1998



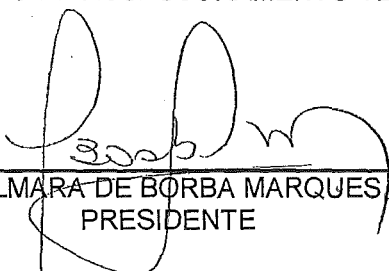
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

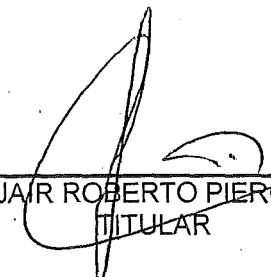
ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS INVÓLUCROS DAS PROPOSTAS DE
PREÇOS DO EDITAL 025/98-SSR/MC, PARA AS LOCALIDADES DE CAFELÂNDIA, CAMPINA DA
LAGOA, CATANDUVAS, FOZ DO IGUAÇU, ICARAÍMA (FM/OM), IPORÃ, JURANDA, MAMBORÊ,
PONTA GROSSA, REALEZA E RIO NEGRO, NO ESTADO DO PARANÁ

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às nove horas, na Sala de Reuniões do edifício sede da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situado à Rua Vicente Machado, 720, na cidade de Curitiba, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico designada pela Portaria n.º 1, de sete de fevereiro do ano de dois mil e dois para, na forma do Aviso da Secretaria de Serviços de Radiodifusão, que foi publicado no Diário Oficial da União do dia dezoito de abril do ano de dois mil e dois, para proceder a abertura dos invólucros das **Propostas de Preços** das concorrentes habilitadas e classificadas no **Edital n.º 025/98-SSR/MC**, para as localidades acima listadas, todas no Estado do Paraná. Após colocados à verificação de conformidade, os invólucros foram abertos e os documentos neles contidos rubricados pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico e Comissão de rubrica eleita entre os licitantes, composta pelos representantes das empresas Rádio Emissora Botuquara Ltda., Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda. e Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. Registre-se, a seguir, os preços que foram ofertados por empresa concorrente e localidades de prestação de serviço: **CAFELÂNDIA**: Torino Radiodifusão Ltda., R\$ 18.400,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 57.843,80; Safira Radiodifusão Ltda., R\$ 27.370,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 30.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 30.020,00; Rádio Cafelândia de Frequência Modulada Ltda., R\$ 33.472,00; Rádio Consolata FM Ltda., R\$ 54.000,00; **CAMPINA DA LAGOA**: Rádio Campina da lagoa FM Ltda., R\$ 58.350,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 12.890,90; Torino Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., R\$ 20.520,00; FM Lagoa Azul Ltda., R\$ 78.100,00; Safira Radiodifusão Ltda., R\$ 30.700,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 48.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda. R\$ 48.020,00; **CATANDUVAS**: Torino Radiodifusão Ltda., R\$ 10.500,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 53.019,60; Rádio Catanduvras Ltda., R\$ 41.669, 50 Safira Radiodifusão Ltda., R\$ 53.120,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 15.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 15.020,00; **FOZ DO IGUAÇU**: Televisão Litoral do Paraná Ltda., R\$ 301.000,00; Rádio FM Logos Ltda., R\$ 208.550,00; FM Som das Cataratas Ltda., R\$ 1.001.000,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 69.476,90; Rádio Costeira FM Ltda., R\$ 365.353,00; Rádio Parque das Cataratas Ltda., R\$ 60.004,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 170.040,00; Rádio e Televisão Megagê Ltda., R\$ 170.020,00; **ICARAÍMA (OM)**: Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 15.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 15.020,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 57.843,80; Paredão das Araras Radiodifusão Ltda., R\$ 20.890,00; **ICARAÍMA (FM)**: Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 10.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 10.020,00; **IPORÃ**: Rádio Capital Metronorte Ltda., R\$ 92.100,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 29.748,80; Torino Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., R\$ 21.900,00; Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., R\$ 135.100,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 25.040,00; Rádio e Televisão Megagê Ltda., R\$ 25.020,00; **JURANDA**: Rádio Juranda FM Ltda., R\$ 25.999,00; Safira Radiodifusão Ltda., R\$ 17.370,00; Torino Radiodifusão Ltda., R\$ 10.500,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 5.476,90; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 15.040,00; Rádio e Televisão Megagê Ltda., R\$ 15.020,00; **MAMBORÊ**: Torino Radiodifusão Ltda., R\$ 51.640,00; Rádio Capital Metronorte Ltda., R\$ 61.100,00; Base Radiodifusão Ltda., R\$ 12.000,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 5.476,90; Empresa de Radiodifusão Mamborê Ltda., R\$ 51.100,00; Safira Radiodifusão Ltda., R\$ 73.120,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 20.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 20.020,00; **PONTA GROSSA**: Rádio Emissora Botuquara Ltda., R\$ 368.000,00; Rádio FM Gazeta Ponta Grossa Ltda., R\$ 111.111,10; Martins Fayad Radiodifusão Ltda., R\$ 328.550,00; TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., R\$

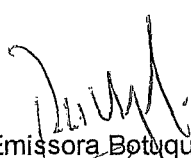
208.000,00; Base Radiodifusão Ltda., R\$ 251.000,00; Rádio TV Cidade Sorriso Ltda., R\$ 382.000,00; Rádio Cidade Viva FM Ltda., R\$ 211.999,99; Televisão Litoral do Paraná Ltda., R\$ 301.000,00; Torino Radiodifusão Ltda., R\$ 216.400,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 69.476,90; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 180.040,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 180.020,00; Sesal Comunicação e Informática Ltda., R\$ 401.940,00; ; Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., R\$ 89.900,00; REALEZA: Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 81.614,98; Torino Radiodifusão e Telecomunicações Ltda., R\$ 20.400,00; Rádio Aquarela FM Ltda., R\$ 112.001,00; Rádio e Televisão Megagê Ltda. R\$ 20.020,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 20.040,00; RIO NEGRO: Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda, R\$ 157.196,00; Sistema Syria de Comunicações Ltda., R\$ 112.051,89; Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda., R\$ 19.900,00; Atmosfera Radiodifusão Ltda., R\$ 102.500,00; Fundação João XXIII, R\$ 160.000,00; MS Comunicação Ltda., R\$ 181.888,00; Sesal Comunicação e Informática Ltda., R\$ 39.510,00; Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 35.020,00; Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 35.040,00. Na seqüência as propostas de preços foram juntadas aos respectivos processos administrativos para remessa à Comissão Especial de Licitação, em Brasília/DF, objetivando análise e publicação de resultados. Com exceção dos representantes das concorrentes que assinam esta Ata, os demais se ausentaram, cientificados que foram de estarem previamente de acordo com todos os seus termos. Nada mais havendo a acrescentar aos fatos relatados a sessão foi encerrada às onze horas e quarenta e cinquenta minutos e lavrada a presente Ata que após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:


VILMAR DE BORBA MARQUES
PRESIDENTE


JAIR ROBERTO PIEROTTO
TITULAR


MIRELLA DIAS MELHADO
TITULAR



Rádio Emissora Botuquara Ltda.


Rio Negro Empreendimentos de Comunicação Ltda.


Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda.


Rádio Consolata FM Ltda.


Safira Radiodifusão Ltda.


Rádio TV Cidade Sorriso Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01.10.2016




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, às quatorze horas, na Sala de Reuniões da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situada na Rua Vicente Machado, 720 – Batel, em Curitiba/PR, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 811, de vinte e nove de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, e suas alterações, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico constituída pela Portaria do n.º 1, de sete de fevereiro do ano de dois mil e dois, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, publicada no Diário Oficial da União do dia dezoito subsequente, com a participação de sua presidente VILMARA DE BORBA MARQUES e dos membros titulares JAIR ROBERTO PIEROTTO e MIRELLA DIAS MELHADO, para formalizar a correção que deve ser feita na ata da sessão pública realizada na data de vinte e seis de abril de dois mil e dois, para abertura dos invólucros das Propostas de Preço da Concorrência Pública n.º 025/98-SSR/MC, DEVIDO LAPSO NO REGISTRO DOS VALORES OFERTADOS PELAS CONCORRENTES RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA. E RÁDIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA., PARA A LOCALIDADE DE ICARAÍMA, QUE FORAM TROCADOS ENTRE OS SERVIÇOS DE ONDAS MÉDIAS E DE FREQUÊNCIA MODULADA, sendo que o correto a ser registrado é: ICARAÍMA (OM): Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 10.040,00 e Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 10.020,00; ICARAÍMA (FM): Rádio e Televisão Rotioner Ltda., R\$ 15.040,00 e Rádio e Televisão Megage Ltda., R\$ 15.020,00. Nada mais havendo para tratar, a reunião foi encerrada às quatorze horas e dez minutos, tendo sido lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão.


VILMARA DE BORBA MARQUES
PRESIDENTE


JAIR ROBERTO PIEROTTO
TITULAR


MIRELLA DIAS MELHADO
TITULAR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01.10.2002

118
PP

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 117 .

Nº desta folha : 118 .

Nºs das demais folhas juntadas : 119 a 121 .

Brasília, 04 de junho de 2002.


Rafael Barreto
Secretário Substituto

C:\Ancelmo\Meus documentos\Termo de juntada.doc

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2010

119
PP

CONCORRÊNCIA N.º 025/1998 - SSR/MC

LOCALIDADE: RIO NEGRO - ESTADO: PR

ATA DE REUNIÃO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2002, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, Anacleto Rodrigues Cordeiro, Napoleão Emanuel Valadares e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: a) análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **RIO NEGRO/PR**; b) verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; c) análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 4** - anexo à presente ata. 1) aprovação do documento **Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a proponente **MS COMUNICAÇÃO LTDA.**, que apresentou o maior **Valor Ponderado** entre as licitantes, para a localidade de **RIO NEGRO/PR**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

MANOEL ELIAS MOREIRA
Presidente

LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES
Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA
Titular

ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO
Titular

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES
Titular

JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Titular

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01.10.2010



Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

025 / 1998

Localidade PR Rio Negro

Serviço FM

Valor Mínimo

7.196,00

Grupo Enquadramento

A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		(VP)
			(PT)	(PP)	
53740.000319/98	MS COMUNICAÇÃO LTDA	181.888,00	100.000	98.021	99,802
53740.000333/98	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	160.000,00	100.000	97.751	99,775
53740.000288/98	RIO NEGRO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	157.196,00	100.000	97.711	99,771
53740.000329/98	ATMOSPHERA RADIODIFUSÃO LTDA.	102.500,00	100.000	96.489	99,649
53740.000326/98	RÁDIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA.	35.040,00	100.000	89.731	98,973
53740.000325/98	RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA.	35.020,00	100.000	89.725	98,973
53740.000309/98	SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA	112.051,89	99.000	96.789	98,779
53740.000310/98	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	19.900,00	100.000	81.919	98,192
53740.000324/98	SESAL - COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.	39.510,00	96.250	90.893	95,714

Comissão Especial de Âmbito Nacional

Manoel Elias Moreira
Presidente

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular

Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

José Anselmo Nogueira
Membro Titular

Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente

Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular

Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2006



121
PR

Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 4

Nº do Processo:	53740.000333/98	CNPJ:	85.131.829/0001-86
Razão Social:	FUNDAÇÃO JOAO XXIII		
Concorrência:	025/1.998	Localidade:	Rio Negro UF: PR
Serviço:	FM - Frequência Modulada	Grupo Enquadramento	A
VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V:		SIM	NAO
A Proposta de Preço pela Outorga está de acordo com as condições do Edital?		X	
OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :			

RESULTADO FINAL

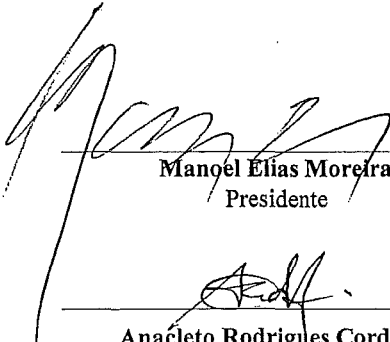
Pontuação da Proposta Técnica (PT) : 100.000

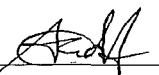
Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 97.751

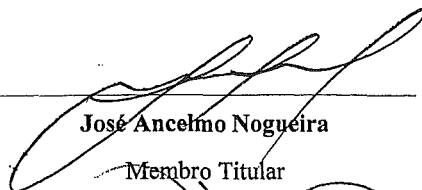
VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,775

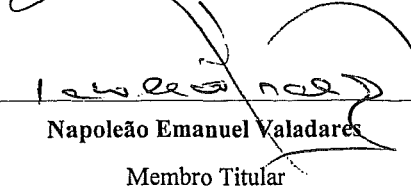
Observações :

--

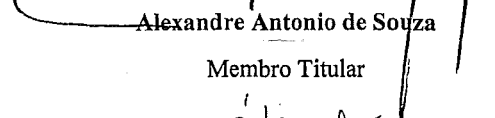

Manoel Elias Moreira
Presidente

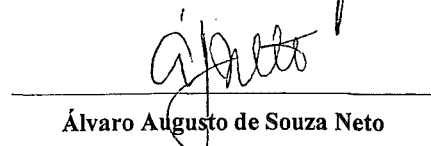

Anacleto Rodrigues Cordeiro
Membro Titular


José Ancelmo Nogueira
Membro Titular


Napoleão Emanuel Valadares
Membro Titular


Luiz Fernando Dolabela Guimarães
Vice-Presidente


Alexandre Antonio de Souza
Membro Titular


Álvaro Augusto de Souza Neto
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 15 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 121.


Nº desta folha : 122.

Nºs das demais folhas juntadas : 123 a 137.

Brasília, 11 de Outubro de 2006.



EDMAR F. MACHADO
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 01/10/2006




M. das Com.
Fla. 123
Rubrica
SSC - 2004

Processo: 2002.70.00.033389-9 ACAO ORDINARIA

Juiz(a): Paulo Cristovao de Araujo Silva Filho - JUÍZO FEDERAL DA 03A VF DE CURITIBA

Assunto(s): Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público Licitações e Contratos

Situação: MOVIMENTO

Localização Atual: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO(GR)

Observação: REQ ANULACAO DE ATO JURIDICO COM TUT ANTECIPADA REF LICITACAO CONCORRENCIA 025/98

☐ Mostrar Partes Judiciais

5 Fases (Escolha o número de fases que deseja exibir)

Algumas fases apresentam explicações resumidas. Para acessar essas informações passe o mouse sobre a designação da fase.

12:07 18/06/2004	REMETIDOS AO TRF GR:04/0071351 DEST:TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A REGIÃO.
09:40 04/06/2004	JUNTADA FEITA CONTRA RAZOES DO AUTOR
18:11 12/05/2004	CERTIDÃO/INFORMAÇÃO DE SECRETARIA A DATA DE PUBLICAÇÃO DO BOLETIM 46 SERÁ O DIA 18/05/2004, ATRAVÉS DO DJ Nº 6623
18:10 12/05/2004	AGUARDA PUBLICAÇÃO DE BOLETIM/EDITAL BOLETIM 46
18:33 15/03/2004	RECEBIDOS DO JUIZ : DESPACHO DECLARA DESERTO O RECURSO DA MS COMUNICAÇÃO E RECEBE A APELAÇÃO DA UF NO DUPLO EFEITO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M. das Com.
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 06/11/06
1206

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 2002.70.00.033389-9

Autuado: 22|06|2004
Origem: 200270000333899 - 3 CURITIBA/PR
Relator: Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR - 4ª TURMA
APELANTE: UNIÃO FEDERAL (ver todas as partes)
Advogado: Luis Henrique Martins dos Anjos
APELADO: FUNDACAO JOAO XXIII (ver todas as partes)
Advogado: Luciano Alberti de Brito e outros
Assunto: Concorrência
Local do Processo: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL/GR
Órgão Processante: SECRETARIA DA 4a. TURMA

Mostrar Todas as Fases

FASES

- 15|09|2006** Remessa Externa GUIA NR.: 060157779 DESTINO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
15|09|2006 Decisão/Despacho de Expediente Abrindo Vista ao MPF
14|09|2006 Recebimento GUIA NR.: 60156578 ORIGEM : GAB. DES. FEDERAL EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR

INTEIRO TEOR

Arquivos em formato PDF (para abrí-los é necessário ter instalado o programa Acrobat Reader).

Atenção:

Caso o documento abra em branco ao clicar no link do arquivo pdf, **clique aqui** para ver as dicas de como proceder para solucionar o problema.

RECEBIMENTO
M
CONFERE
FM 06 JUL 2006
206

STJ - O Tribunal da Cidadania

Processos

PROCESSO : **Ag 355935** UF: **RS** REGISTRO: **2000/0140334-6**
AGRAVO DE INSTRUMENTO
AUTUAÇÃO : **07/12/2000**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
RELATOR(A) : **Min. FRANCISCO FALCÃO - PRIMEIRA TURMA**
ASSUNTO : **Tributário - Contribuição - Social - PIS**
FASE ATUAL : **07/03/2001**
PROCESSO BAIXADO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A.
REGIAO GUIA NRO 1010

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/2006

**STJ - O Tribunal da Cidadania****Processos**

PROCESSO : **Ag 564554** UF: **RS** REGISTRO: **2003/0201024-0**
AGRAVO DE INSTRUMENTO
AUTUAÇÃO : **17/11/2003**
AGRAVANTE : **LUISA MARIA GOMES DE MACEDO BRAGA**
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**
RELATOR(A) : **Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO - TERCEIRA TURMA**
ASSUNTO : **Civil - Ensino Fundamental / Médio / Superior - Mensalidade - Cobrança**
LOCALIZAÇÃO: **Saída para SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL em 03/09/2004**
FASE ATUAL : **03/09/2004**
PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 9612

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2006

STJ - O Tribunal da Cidadania**Processos**

PROCESSO : **Ag 564554 UF: RS REGISTRO: 2003/0201024-0**
AGRAVO DE INSTRUMENTO
AUTUAÇÃO : **17/11/2003**
AGRAVANTE : **LUISA MARIA GOMES DE MACEDO BRAGA**
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**
RELATOR(A) : **Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO - TERCEIRA TURMA**
ASSUNTO : **Civil - Ensino Fundamental / Médio / Superior - Mensalidade - Cobrança**
LOCALIZAÇÃO: **Saída para SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL em 03/09/2004**
FASE ATUAL : **03/09/2004**
PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 9612

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01.10.2006

**STJ - O Tribunal da Cidadania****Processos**

PROCESSO : REsp 641045 UF: RS REGISTRO: 2004/0021357-9
RECURSO ESPECIAL
AUTUAÇÃO : 30/03/2004
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII
RELATOR(A) : Min. HERMAN BENJAMIN - SEGUNDA TURMA
ASSUNTO : Tributário - Contribuição - Social - PIS
LOCALIZAÇÃO: Entrada em GABINETE DO MINISTRO HERMAN BENJAMIN em
26/09/2006
FASE ATUAL : 22/09/2006
CONCLUSÃO AO(À) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SJD

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2006

STJ - O Tribunal da Cidadania**Processos**

PROCESSO : REsp 668768 UF: RS REGISTRO: 2004/0089738-8
RECURSO ESPECIAL
AUTUAÇÃO : 08/09/2004
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII
RELATOR(A) : Min. HUMBERTO MARTINS - SEGUNDA TURMA
ASSUNTO : Tributário - Contribuição - Social - Isenção - PIS / COFINS
LOCALIZAÇÃO: Entrada em GABINETE DO MINISTRO HUMBERTO EUSTÁQUIO
SOARES MARTINS em 29/06/2006
FASE ATUAL : 27/06/2006
CONCLUSÃO AO(A) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SJD


Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

STJ - O Tribunal da Cidadania**Processos**

PROCESSO : REsp 763085 UF: RS REGISTRO: 2005/0107015-7
RECURSO ESPECIAL
AUTUAÇÃO : 06/07/2005
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
RECORRIDO : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII
RELATOR(A) : Min. JOSÉ DELGADO - PRIMEIRA TURMA
ASSUNTO : Execução Fiscal - Dívida Ativa - Certidão
LOCALIZAÇÃO : Saída para SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL em 28/09/2005
FASE ATUAL : 28/09/2005
PROCESSO REMETIDO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2006


STJ - O Tribunal da Cidadania**Processos**

PROCESSO : **Ag 734610** UF: **RS** REGISTRO: **2006/0006521-2**
AGRAVO DE INSTRUMENTO
AUTUAÇÃO : **13/01/2006**
AGRAVANTE : **JORGE LUIZ WABNER FEHSE**
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**
RELATOR(A) : **Min. CESAR ASFOR ROCHA - QUARTA TURMA**
ASSUNTO : **Ação de Nunciação de Obra Nova**
LOCALIZAÇÃO: **Saída para SEÇÃO DE PROTOCOLO JUDICIAL em 02/05/2006**
FASE ATUAL : **02/05/2006**
PROCESSO BAIXADO A(AO) TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL - GUIA Nº 6206

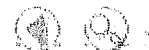
Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 01/10/2006
D

Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte
CGC/CPF Pesquisado: 85131829000186



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "85131829000186".

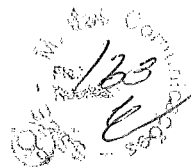


Emitido pelo site www.trf1.gov.br em: quinta-feira, 5 de outubro de 2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 06/10/2006

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ
Argumento Pesquisado: 85131829000186

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "85131829000186".



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 05/10/2006 às 17:09:22

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
B

**Consulta Processual**

Nova co

Processo: 98.01.03673-7 EXECUÇÃO DE SENTENÇA (004004)
Juiz(a): CLAUDIO MARCELO SCHIESSL - JUÍZO SUBSTITUTO DA 01A V F DE JOINVILLE
Exequente: FUNDACAO JOAO XXIII E OUTRO(S)
Advogado: FRANCISCO VITAL PEREIRA
Executado: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
Assunto(s): Finsocial
Situação: MOVIMENTO
Localização: 01A VARA FEDERAL DE JOINVILLE(28C)
Observação: RESTITUICAO DE VALORES RECOLHIDOS A MAIOR A TITULO DE FINSOCIAL

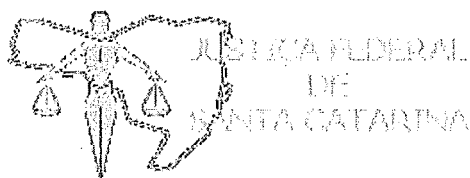
☐ Mostrar Todas as Partes Judiciais**5 Fases (Escolha o número de fases que deseja exibir)**

Algumas fases apresentam explicações resumidas. Para acessar essas informações passe o mouse sobre a designação da fase.

05/10/2006 15:38 **Juntado(a)** OFÍCIO - VARA FEDERAL MAFRA/SC - 06/1991854 - 02/10/2006 17:23 - Fax/E-Mail - INFORMAÇÃO SOBRE REDISTRIBUIÇÃO DAS EXECUÇÕES.
05/10/2006 15:38 **Juntado(a)** OFÍCIO - CEF - 06/1991334 - 02/10/2006 17:10 - COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES.
13/09/2006 15:27 **Expedido Ofício** NR 1083
29/08/2006 15:58 **Despacho/Decisão - de Expediente**
☐ **Visualizar Documento** (860510)
24/08/2006 17:01 **Lavrada Certidão** JUNTADA CONSULTA DE SALDO DE DEPÓSITO

Página Inicial Nova Consulta 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2006 12:06

**Consulta Processual**

Nova co

Processo: 98.01.00089-9 MANDADO DE SEGURANCA (002000)
Juiz(a): CLAUDIO MARCELO SCHIESSL - JUÍZO SUBSTITUTO DA 01A V F DE JOINVILLE
Impete: LOJAS SUSIN LTDA/ E OUTRO(S)
Advogado: RYCHARDE FARAH
Impdo: SECRETARIO EXECUTIVO - CHEFE DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE E OUTRO(S)
Situação: FINDO-BAIXADO
Caixa: 0000003077
Localização: ARQUIVO - JOINVILLE
Observação: COMPENSACAO DE VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE A TITULO DE SALARIO EDUCACAO

☐ **Mostrar Todas as Partes Judiciais****5 Fases (Escolha o número de fases que deseja exibir)**

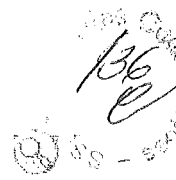
Algumas fases apresentam explicações resumidas. Para acessar essas informações passe o mouse sobre a designação da fase.

09/08/2002 15:43 PROCESSO ARQUIVADO
09/08/2002 15:43 PROCESSO BAIXADO
09/08/2002 14:11 RECEBIDOS : ORIG: 01A VARA FEDERAL DE JOINVILLE -
08/08/2002 19:43 REMETIDOS À SRIP P/ ARQUIVAR GR:02/0009051 DEST:SRIP - JOINVILLE.
17/07/2002 19:23 RECEBIDOS DO JUIZ : ARQUIVAR

Página Inicial Nova Consulta 1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01.10.2006

Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ
Argumento Pesquisado: 02300139000186

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "02300139000186".



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 05/10/2006 às 16:58:19

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 06/10/2006
[Signature]

Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte

CGC/CPF Pesquisado: 02300139000186



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "02300139000186".



Emitido pelo site www.trf1.gov.br em: quinta-feira, 5 de outubro de 2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 02.10.2006
[assinatura]

Nesta data, anexei aos autos do processo de
 nº 53740.000333/98 a documentação
 a seguir constituída de 20 folhas,
 que assim numerei: 138/169
 Data: 25 / 03 / 10
 Nome: _____
 Assinatura: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL
 EM 01 / 10 / 2010
10

JUSTIÇA FEDERAL

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ - CURITIBA
JUIZ FEDERAL DA 03ª VF DE CURITIBA

PROCESSO: 2002.70.00.033389-9 PROTOCOLADO EM 07.06.2002
CLASSE : 000206 - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÙB
EXECINTE : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII (PRO28735 - FABIANO ALBERTI
DE BRITO)
EXETADO : UNIÃO FEDERAL e Outro
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 07.06.2002

Fls. 143
Rubrica: *[assinatura]*
COPIA - segredo

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 01/10/2002



REGIONAL	
TRIBUNAL	FLS. 139
FEDERAL	
4ª REGIÃO	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
TERMO DE RECEBIMENTO
REVISÃO E DISTRIBUIÇÃO

ESTES AUTOS FORAM RECEBIDOS, REGISTRADOS, CONFERIDAS AS FOLHAS E, A SEGUIR, DISTRIBUÍDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO NA FORMA DAS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL E DO DEMONSTRATIVO ABAIXO DISCRIMINADO:

Processo : 2002.70.00.033389-9 DATA DE ENTRADA: 22/06/2004
VOLUMES : 3 N. FOLHAS : 428 APENSOS :
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 19.07.2004
RELATOR : Des. Federal EDGARD A LIPPMANN JUNIOR - 4ª
TURMA
ANOTAÇÕES: DUPLO GRAU

VÃO ESTES AUTOS CONCLUSOS AO EXMO. DES. FEDERAL RELATOR

Porto Alegre-RS, 19 de julho de 2004

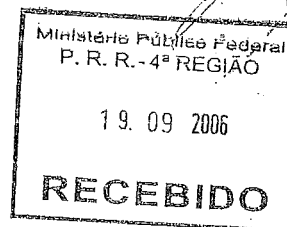
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/08/2006

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos ao Ministério Público Federal.
Porto Alegre, 15-09-2006.

ESP
Seção de Processamento da 4ª Turma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

451
M. das Comunicações
Rubrica: [assinatura]
M. das Comunicações
Rubrica: [assinatura]
seção jun

Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Relator da Apelação Cível nº 2002.70.00.033389-9, de Curitiba/PR.

Apelante : União Federal
Apelado : Fundação João XXIII
Interessado : MS Comunicação Ltda
Relator : Desembargador Federal Edgard A. Lippmann Junior – 4ª Turma

PARECER

Administrativo. Licitação. Habilitação jurídica. Razoabilidade. Impossibilidade. Princípio da vinculação ao edital. Pelo desprovimento do recurso de apelação.

1. Cuida-se de recurso de apelação interposto pela União Federal, em face de sentença proferida pelo Juízo Federal da 3ª Vara Federal de Curitiba, em sede de Ação anulatória de ato jurídico ajuizada pela Fundação João XXIII contra a União Federal e a MS Comunicação Ltda, visando a declaração da ilegalidade dos atos administrativos da Concorrência nº 025/98-SSR/MC e a decretação da inabilitação da empresa MS Comunicação Ltda.

O Juiz de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados pela parte autora (fls. 391-396), para anular o ato de habilitação proferido na Concorrência nº 025/98-SSR/MC, que considerou habilitada a empresa MS Comunicação Ltda, excluindo-a, por conseguinte, de todas as fases posteriores.

Em suas razões de recurso (fls. 397-402), sustentou a União que a decisão da Comissão Especial de Licitação observou o princípio da razoabilidade, autorizado pela atual doutrina e jurisprudência.

Com contra-razões (fls. 404-415), subiram os autos a esse Egrégio tribunal, sendo remetidos ao Ministério Público Federal para parecer.

2. Passa esta Procuradoria Regional da República à análise.

Em janeiro de 1998, o Ministério das Comunicações iniciou licitação na modalidade de Concorrência Pública, que recebeu o nº 025/98-SSR/MC, tendo como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias (OM) e em frequência modulada (FM) para várias cidades, inclusive a de Rio Negro/PR.

Rua Sete de Setembro, 1133 – Fone: (51) 3216-2000 – Fax: (51) 3216-2222
CEP 90010-191 – Porto Alegre – RS <http://www.prr4.mpf.gov.br>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M. das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 06/10/2010



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO



Ocorre que na fase de habilitação a empresa MS Comunicação Ltda. deixou de cumprir integralmente a exigência contida no item 5.2.5 do Edital:

5.2 A proponente deverá provar a sua habilitação jurídica com a apresentação de:

(...)

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas.

A empresa MS Comunicação deixou de apresentar certidões do local de residência de um dos dirigentes, o Sr. Nei Luís Marques, somente trazendo documentação referente a tal sócio do município de Mafra/SC, onde o dirigente mantém escritório profissional; porém, deixou de apresentar certidões do município de Rio Negro, onde o dirigente reside.

A apelada formulou recurso administrativo, que foi improvido pela autoridade administrativa, sob argumento de que a exigência seria excessivamente formal.

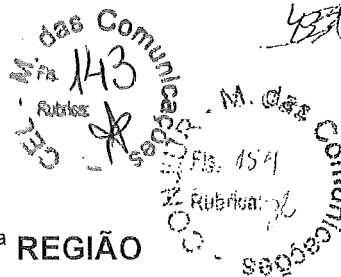
Nessa monta, verifica-se que o recurso de apelação cinge-se a defender a possibilidade de a Administração utilizar-se do princípio da razoabilidade frente ao princípio da vinculação ao edital, deixando de exigir alguns documentos estipulados no edital como obrigatórios.

Não merece prosperar o apelo da União, pois o afastamento do requisito da apresentação de certidão dos cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protesto de Títulos, dos locais de residência dos sócios nos últimos cinco anos, bem como das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividade econômica, viria contra a Lei das Licitações, Lei nº 8.666/1993, artigo 41, e também contra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois o edital define os requisitos da habilitação. Neste sentido o e. Superior Tribunal de Justiça tem julgado:

RECURSO ESPECIAL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - ARTIGO 30, II, § 1º DA LEI N. 8.666/93 - CERTIFICAÇÃO DOS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - AUSÊNCIA DE REGISTRO NO CREA - VIOLAÇÃO À LEI DE LICITAÇÃO. O artigo 30, inciso II, § 1º da Lei de Licitações, determina a comprovação de aptidão técnica, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente. In casu, porém, a empresa recorrida foi excluída de processo licitatório, na fase de habilitação, por não ter registrado no CREA o atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito privado, que comprovava a execução de

Rua Sete de Setembro, 1133 – Fone: (51) 3216-2000 – Fax: (51) 3216-2222
CEP 90010-191 – Porto Alegre – RS <http://www.prr4.mpf.gov.br>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/12 060



estrutura metálica com vão livre superior a vinte metros, conforme determinava o Instrumento Editalício. É certo que o edital pode estabelecer exigências que particularizem as diretrizes elencadas pela lei, para que seja realmente aferida a capacidade técnica e operacional das empresas candidatas à execução da obra ou serviço. **Não se pode, todavia, admitir a faculdade de excluir disposições legais que têm por finalidade justamente a garantia das informações apresentadas pelas licitantes por órgão oficial.** A presunção de autenticidade de documento fornecido por empresa particular é meramente iuris tantum e cede em face de lei que determina a certificação por entidade profissional, com status de representante da categoria e, portanto, em condições de aferir questões alusivas à capacitação técnica. Recurso especial provido. (REsp 324498/SC, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19.02.2004, DJ 26.04.2004 p. 158) (grifei)

Em igual sentido, a doutrina de Tupinambá Miguel Castro do Nascimento, Desembargador do TJRS - ETAPAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO -(Publicada na RJ nº 213 - JUL/1995, pág. 135):

“No concernente a qualificação técnica, o licitante tem que comprovar possuir aptidão para o objeto da licitação. A qualificação é vista sob triplice aspecto: é teórica, efetiva e operativa real. HELY LOPES MEIRELLES (opus cit., pág. 135) diz que "comprova-se a capacidade técnica genérica (ou teórica) pelo registro profissional; a capacidade técnica específica, por atestados de desempenho anterior e pela existência de aparelhamento e pessoal adequados para execução do objeto da licitação; a capacidade técnica operativa, pela demonstração da existência de aparelhamento e pessoal disponíveis para a execução do objeto da licitação constante do edital". O artigo 30, I e II, da Lei de Licitações refere-se a estas qualificações.

(...)

A não-satisfação pelo licitante das exigências necessárias à habilitação, torna-o inabilitado para o certame licitatório, desqualificado que fica para continuar no procedimento de licitação". (grifei).

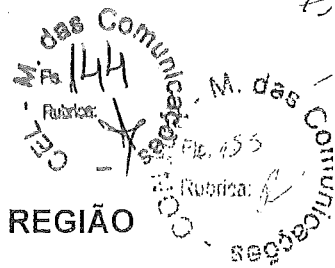
Cabe ressaltar que a habilitação jurídica é a fase que diz respeito à comprovação da capacidade da pessoa física ou jurídica, essencial para contrair obrigação contratual.

De outra banda, o afastamento de um dos requisitos para somente um dos licitantes violaria o princípio da igualdade de tratamento, conforme ensina Cretella Junior¹: “ é nulo todo o julgamento que infrinja o critério fixado no edital para proteger um dos concorrentes, em detrimento do

¹ Cretella Junior, Jose. Manual de Direito Administrativo, 5ª edição, RJ, Editora Forense.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO



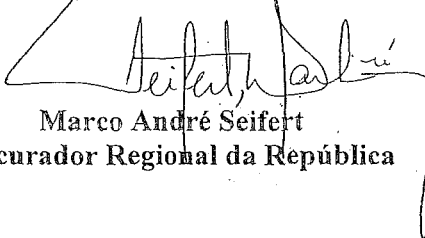
outro”. Haveria, ainda, desrespeito ao que estabelece o art. 3º da Lei de Licitações:

Art. 3º: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”.

Conclui-se, portanto, que não pode a Administração afastar requisito para a habilitação que consta no edital sob o prisma da razoabilidade, visto que estaria violando o princípio da vinculação ao edital e a isonomia do certame licitatório.

3. Diante do exposto, opina esta Procuradoria Regional da República pelo desprovidimento do recurso de apelação.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2007.

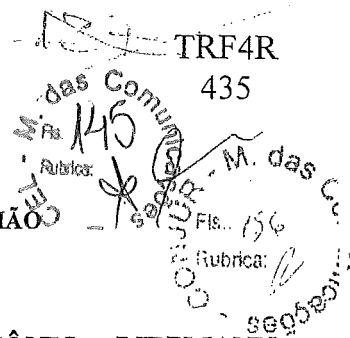

Marco André Seifert
Procurador Regional da República

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 06/10/2006




Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO



APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.70.00.033389-9/PR

RELATOR : Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : Luis Antonio Alcoba de Freitas
APELADO : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : Luciano Alberti de Brito e outros
REMETENTE : JUÍZO SUBSTITUTO DA 03A VF DE CURITIBA
INTERESSADO : MS COMUNICACAO LTDA/
ADVOGADO : Marcio Ruiz Paloma

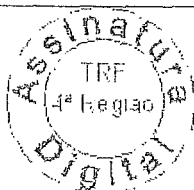
RELATÓRIO

Trata-se de apelação interposta contra sentença que foi pela procedência do pedido formulado contra a União e MS Comunicação Ltda, para anular o ato de habilitação proferido na Concorrência nº 025/98- SSR/MC, na parte em que considerou habilitada a segunda ré, excluindo-a, por conseguinte, de todas as fases posteriores, ficando confirmada a antecipação de tutela anteriormente deferida. Houve condenação das rés ao pagamento da verba honorária, fixada em 10% do valor da causa (R\$ 21.000,00).

Houve apelo da União, por meio do qual sustentou que o ato que habilitou a empresa MS Comunicação Ltda no certame licitatório foi produzido dentro da mais absoluta legalidade, e sobretudo, razoabilidade, não havendo que se falar em anulação do ato administrativo, até porque não seria razoável que mais de um ano e meio depois de encerrado o prazo para que os licitantes apresentassem seus recursos administrativos, venha a parte autora pretender seja declarada a nulidade da habilitação da empresa vencedora de um certame que se estendeu por mais de quatro anos.

Com contra-razões, vieram os autos conclusos.

É o relatório.



Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) **Desembargador Federal EDGARD LIPPMANN JR, Relator**, conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e Portaria do TRF4R nº 195 de 16 de dezembro de 2004 (DJU de 24/12/2004 pg. 25). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trf4.gov.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 1990268v2 e, se solicitado, o código CRC C8D7D48A.

2002.70.00.033389-9 [MGPO/MGP]



1990268.V002 1/1

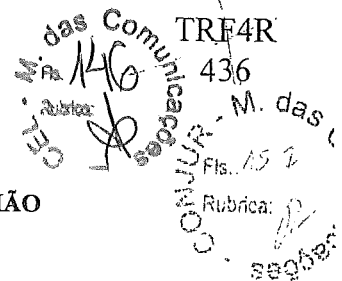


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MIN. DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO



APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.70.00.033389-9/PR

RELATOR : Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : Luis Antonio Alcoba de Freitas
APELADO : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : Luciano Alberti de Brito e outros
REMETENTE : JUÍZO SUBSTITUTO DA 03A VF DE CURITIBA
INTERESSADO : MS COMUNICACAO LTDA/
ADVOGADO : Marcio Ruiz Paloma

VOTO

Reporto-me integralmente aos fundamentos do parecer do Ministério Público Federal, cujo teor, por imperativo de honestidade intelectual, reproduzo, não sem antes ressaltar que os elementos contidos nos autos foram devidamente analisados por este Juízo. Por tal razão, comprometido com a justiça célere e efetiva e entendendo desnecessário o reenfrentamento das questões suscitadas pelas partes, que não conduziriam a entendimento diverso daquele adotado pelo Magistrado a quo, transcrevo fundamentos do parecer, verbis:

“ 1. Cuida-se de recurso de apelação interposto pela União Federal, em face de sentença proferida pelo Juízo Federal da J8 Vara Federal de Curitiba, em sede de Ação anulatória de ato jurídico ajuizada pela Fundação João XXIII contra a União Federal e a MS Comunicação Ltda, visando a declaração da ilegalidade dos atos administrativos da Concorrência nº 025/98-SSRIMC e a decretação da inabilitação da empresa MS Comunicação Ltda.

O Juiz de primeiro grau julgou procedentes os pedidos formulados pela parte autora (fls. 391-396), para anular o ato de habilitação proferido na Concorrência nº 025/98-SSRIMC, que considerou habilitada a empresa MS Comunicação Ltda, excluindo-a, por conseguinte, de todas as fases posteriores.

Em suas razões de recurso (fls. 397-402), sustentou a União que a decisão da Comissão Especial de Licitação observou o princípio da razoabilidade, autorizado pela atual doutrina e jurisprudência.

Com contra-razões (fls. 404-415), subiram os autos a esse Egrégio tribunal, sendo remetidos ao Ministério Público Federal para parecer.

2. Passa esta Procuradoria Regional da República à análise.

2002.70.00.033389-9 [MGPC/MGP]



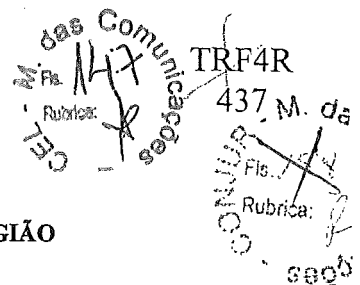
1990269.V002 1/4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 06/10/2010
[assinatura]



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO



metros, conforme determinava o Instrumento Editalício. É certo que o edital pode estabelecer exigências que particularizem as diretrizes elencadas pela lei, para que seja realmente aferida a capacidade técnica e operacional das empresas candidatas à execução da obra ou serviço. **Não se pode, todavia, admitir a faculdade de excluir disposições legais que têm por finalidade justamente a garantia das informações apresentadas pelas licitantes por órgão oficial.** A presunção de autenticidade de documento fornecido por empresa particular é meramente iuris tantum e cede em face de lei que determina a certificação por entidade profissional, com status de representante da categoria e, portanto, em condições de aferir questões alusivas à capacitação técnica. Recurso especial provido. (REsp 324498/SC, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 19.02.2004, DJ 26.04.2004 p. 158) (grifei)

Em igual sentido, a doutrina de Tupinambá Miguel Castro do Nascimento, Desembargador do TJRS - ET AP AS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - (Publicada na RJ no 213 - JUL/1995, pág. 135):

"No concernente à qualificação técnica, o licitante tem que comprovar possuir aptidão para o objeto da licitação. A qualificação é vista sob tríplice aspecto: é teórica, efetiva e operativa real. HEL Y LOPES MEIRELLES (opus cit., pág. 135) diz que "comprova-se a capacidade técnica genérica (ou teórica) pelo registro profissional; a capacidade técnica específica, por atestados de desempenho anterior e pela existência de aparelhamento e pessoal adequados para execução do objeto da licitação; a capacidade técnica operativa, pela demonstração da existência de aparelhamento e pessoal disponíveis para a execução do objeto da licitação constante do edital". O artigo 30, I e II, da Lei de Licitações refere-se a estas qualificações.

(...)

A não-satisfação pelo licitante das exigências necessárias à habilitação, torna-o inabilitado para o certame licitatório, desqualificado que fica para continuar no procedimento de licitação". (grifei).

Cabe ressaltar que a habilitação jurídica é a fase que diz respeito à comprovação da capacidade da pessoa física ou jurídica, essencial para contrair obrigação contratual.

De outra banda, o afastamento de um dos requisitos para somente um dos licitantes violaria o princípio da igualdade de tratamento, conforme ensina Cretella Junior: "é nulo todo o julgamento que infrinja o critério fixado no edital para proteger um dos concorrentes, em detrimento do outro". Haveria, ainda, desrespeito ao que estabelece o art. 3º da Lei de Licitações:

Art. 3º: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".

2002.70.00.033389-9 [MGPC/MGP]



1990269.V002 3/4

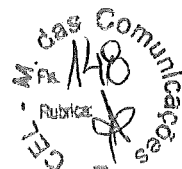


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M. das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2006



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO



TRF4R
438



APELAÇÃO CÍVEL Nº 2002.70.00.033389-9/PR

RELATOR : Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
APELANTE : UNIÃO FEDERAL
ADVOGADO : Luis Antonio Alcoba de Freitas
APELADO : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : Luciano Alberti de Brito e outros
REMETENTE : JUÍZO SUBSTITUTO DA 03A VF DE CURITIBA
INTERESSADO : MS COMUNICACAO LTDA/
ADVOGADO : Marcio Ruiz Paloma

EMENTA

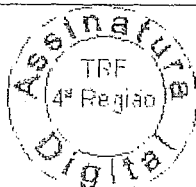
LICITAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

Não é possível à Administração utilizar-se do princípio da razoabilidade, desprezando o princípio da vinculação ao edital, deixando de exigir alguns documentos estipulados no edital como obrigatórios para fins de habilitação.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento ao apelo e à remessa oficial, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2007.



Documento eletrônico assinado digitalmente pelo(a) Desembargador Federal EDGARD LIPPMANN JR, Relator, conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e Portaria do TRF4R nº 195 de 16 de dezembro de 2004 (DJU de 24/12/2004 pg. 25). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trf4.gov.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador 1990270v2 e, se solicitado, o código CRC 5E9B586C.

2002.70.00.033389-9 [MGPC/MGP]



1990270.V002 1/1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

*** 4ª TURMA ***

(2002.70.00.033389-9) SESSÃO: 05/12/2007 AC-PR 200270000333899

RELATOR: Exmo. Sr. Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR

PRESIDENTE DA SESSÃO : Exma. Sra. Des. Federal MARGA INGE BARTH TESSLER

PROCURADOR DA REPÚBLICA: Exmo(a). Sr(a). DR(A) JOÃO CARLOS DE CARVALHO

AUTUAÇÃO

APTE : UNIÃO FEDERAL
APDO : FUNDACAO JOAO XXIII
REMTE : JUÍZO SUBSTITUTO DA 03A VF DE CURITIBA
INTERES: MS COMUNICACAO LTDA/

ADVOGADOS

ADV : Luis Antonio Alcoba de Freitas
ADV : Luciano Alberti de Brito e outros
ADV : Marcio Ruiz Paloma

CERTIDÃO

Certifico que, por determinação da Des. Federal-Presidente da 4ª TURMA, este processo foi incluído na pauta do dia 05.12.2007, publicado no DJU ou disponibilizado no DE de 27.11.2007, da qual foi intimado(a), por mandado arquivado nesta secretaria, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, a UNIÃO FEDERAL, a FAZENDA NACIONAL e as demais PROCURADORIAS FEDERAIS. Certifico, ainda, que a Egrégia 4ª TURMA ao apreciar os autos do processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A TURMA, POR UNANIMIDADE, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO AO APELO E À REMESSA OFICIAL.

RELATOR DO ACÓRDÃO : Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
VOTANTE (s): Des. Federal EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR
Des. Federal VALDEMAR CAPELETTI
Juiz Federal MÁRCIO ANTÔNIO ROCHA

Secretário(a)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

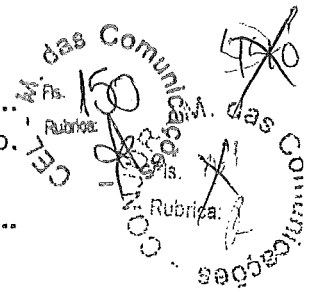
EM

01.10.2006

RECEBIMENTO

Aos 06 de março de 2012
recebi estes autos. Para constar, lavrei este termo.

.....

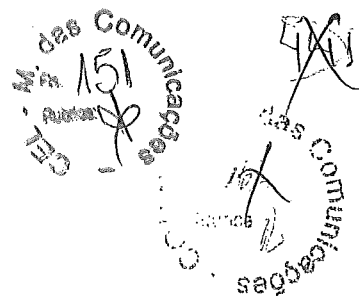


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 de 10 de 2016



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
3ª Vara Cível de Curitiba



ATO ORDINATÓRIO

**AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº
2002.70.00.033389-9/PR**

AUTOR : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII
ADVOGADO : FABIANO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
RÉU : MS COMUNICAÇÃO LTDA
ADVOGADO : MARCIO RUIZ PALOMA

CERTIFICO que nos termos do art. 162, § 4º, do Código de Processo Civil c/c art. 234, do Provimento nº 2, de 01/06/2005, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região:

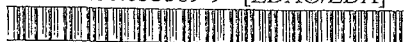
encaminhei estes autos à intimação das partes acerca da baixa dos autos, para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, os cálculos de liquidação, se for o caso,

Curitiba, 06 de março de 2008.

Marcia Maria Ditzel Goulart
Diretora de Secretaria

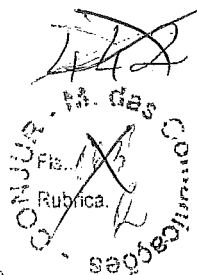
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2008

2002.70.00.033389-9 [ZDA©/ZDA]



2445842.V002 1/1





CERTIDÃO

CERTIFICO que o Boletim da Justiça Federal nº 90/2008 para intimação dos interessados da decisão ou sentença foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4a. Região - no dia 14/03/2008, sendo considerado publicado no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização (artigo 4º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006). Dou fé.

Curitiba, 14 de março de 2008.

Supervisor de Publicação

NO(S) PROCESSO(S) ABAIXO FOI PROFERIDO O ATO ORDINATÓRIO A SEGUIR TRANSCRITO: "encaminhei estes autos à intimação das partes acerca da baixa dos autos, para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, os cálculos de liquidação, se for o caso."

AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 2002.70.00.033389-9/PR

AUTOR : FUNDACAO JOAO XXIII

ADVOGADO : FABIANO ALBERTI DE BRITO

RÉU : UNIÃO FEDERAL

RÉU : MS COMUNICACAO LTDA

ADVOGADO : MARCIO RUIZ PALOMA

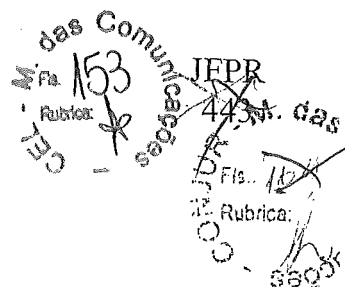


BOL090

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01 / 10 / 2008
B



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
3ª Vara Cível de Curitiba



**AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº
2002.70.00.033389-9/PR**

AUTOR : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII
ADVOGADO : FÁBIO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
RÉU : MS COMUNICAÇÃO LTDA
ADVOGADO : MÁRCIO RUIZ PALOMA

DESPACHO

Ante a ausência de manifestação das partes, arquivem-se os autos,
com as cautelas de estilo.

Curitiba, 04 de agosto de 2008.

Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho
Juiz Federal Substituto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Min. das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2008

2002.70.00.033389-9 [ABAC/ABA]

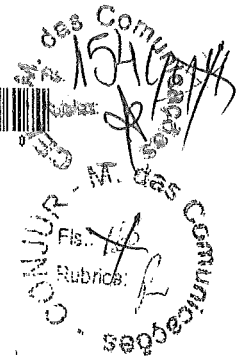


2846919-V002 1/1





29/06/09



Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região

O Seguinte Documento foi protocolado 25/06/2009 14:22 com o número 09/0973560

Dados Cadastrados:

Origem: PRCTB03 - 03A VF DE CURITIBA

Destino: PRCTB03 - 03A VF DE CURITIBA

Tipo de Documento: PETIÇÃO

Processo: 2002.70.00.033389-9 (PRCTBARQ - ARQUIVO)

Peticionante: FUNDACAO JOAO XXIII

Observação: PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01 / 10 / 2010



9/15

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª. VARA DE CURITIBA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ.



AUTOS nº 2002.70.00.033389-9

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, por seu advogado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos de ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO que move em face da UNIÃO e da MS COMUNICAÇÃO LTDA., perante esse r. Juízo, requerer o desarquivamento dos autos a fim de dar andamento à execução da r. decisão.

P. deferimento

Curitiba, 24 de junho de 2009.

Luciano Alberti de Brito

OAB/PR 24.663

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2009



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 0650

DATA: 25/06/2009

HORA: 14:10:53

TERMINAL: 1004

NSU: 001463

AUT.: 0062

COMPROVANTE DE DEPOSITO

NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 0650/006/00.200.200-4

NOME: JUSTICA FEDERAL SECAO JUD PR

DEPOSITANTE:

20027000033389-9 DESARQUIV

VALOR TOTAL:

5,00

VALOR DINHEIRO:

5,00

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

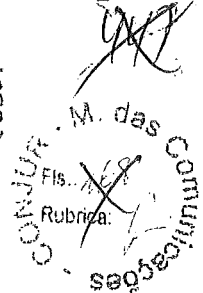
www.caixa.gov.br

1a Via - Via do Cliente

CONFERE COB
EM 01/10/2009



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
3ª Vara Cível de Curitiba




ATO ORDINATÓRIO

**AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº
2002.70.00.033389-9/PR**

AUTOR : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : LUCIANO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
: MS COMUNICACAO LTDA

CERTIFICO que nos termos do art. 162, § 4º, do Código de Processo Civil c/c art. 234, do Provimento nº 2, de 01/06/2005, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região:
desarquivei estes autos, atendendo ao requerimento retro, oportunizando-lhe a vista dos autos, ciente o interessado de que, nada sendo requerido, em 05 (cinco) dias, retornarão ao arquivo.

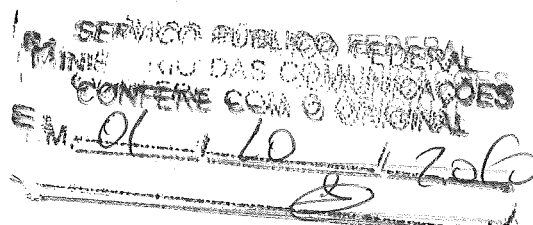
Curitiba, 29 de junho de 2009.


Marcia Maria Ditzel Goulart
Diretora de Secretaria

2002.70.00.033389-9 [VIN@VIN]



3661528.V001 1/1



CERTIDÃO

CERTIFICO que o Boletim da Justiça Federal nº 168/2009 para intimação dos interessados foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4a. Região - no dia 02/07/2009, sendo considerado publicado no primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização (artigo 4º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006). Dou fé.

Curitiba, 2 de julho de 2009.

Supervisor de Publicação

NO(S) PROCESSO(S) ABAIXO FOI PROFERIDO O ATO ORDINATÓRIO A SEGUIR TRANSCRITO: "desarquivei estes autos, atendendo ao requerimento retro, oportunizando-lhe a vista dos autos, ciente o interessado de que, nada sendo requerido, em 05 (cinco) dias, retornarão ao arquivo."

AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 2002.70.00.033389-9/PR

AUTOR : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII
ADVOGADO : LUCIANO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
: MS COMUNICAÇÃO LTDA



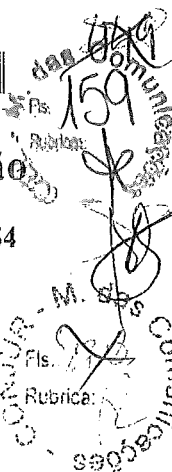
BOL168

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010



04/08/09



Protocolo Único da Justiça Federal da 4ª Região

O Seguinte Documento foi protocolado 03/08/2009 14:28 com o número 09/1203954

Dados Cadastrados:

Origem: PRCTB03 - 03A VF DE CURITIBA
Destino: PRCTB03 - 03A VF DE CURITIBA
Tipo de Documento: EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo: 2002.70.00.033389-9 (PRCTB03 - PETIÇÃO)
Petitionante: FUNDACAO JOAO XXIII
Observação:

Acompanha Processo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2009

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª. VARA DE
CURITIBA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ.

AUTOS nº 2002.70.00.033389-9

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, inscrita no CNPJ
sob nº 85.131.829/0001-86, por seu advogado, vem respeitosamente à presença de
Vossa Excelência, nos autos de ORDINÁRIA, proposta em face da UNIÃO e de MS
COMUNICAÇÃO LTDA, em trâmite perante esse r. Juízo, requerer a **EXECUÇÃO
DE SENTENÇA**, expondo para tanto o seguinte:

Através da r. sentença proferida em data de
31/03/2003, fls. 391/396, o pedido inicial foi julgado procedente para *“anular o ato
de habilitação proferido na Concorrência nº 025/98-SSR/MC, na parte em que
considerou habilitada a segunda ré, excluindo-a, por conseguinte, de todas as
fases posteriores, ficando confirmada a antecipação deferida”*.

A decisão foi confirmada pelo egrégio Tribunal
Regional Federal da 4ª. Região, tendo transitado em julgado conforme se denota da
certidão de fls. 439v.

RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 2.083, CENTRO, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
CEP 83.005-000 - FONE: (41) 3382-6254 / FAX: 3383-6821

1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

[assinatura]

Ainda, as Rés foram condenadas a pagar em favor da Autora, honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, o qual deverá ser rateado igualmente entre o pólo passivo.

Ante o exposto, REQUER a Vossa Excelência:

- a) A citação da União da presente execução, a fim de dar cumprimento a r. sentença, no sentido de dar prosseguimento ao processo licitatório da Concorrência, nº 025/98-SSR/MC, com a anulação da habilitação da Ré MS Comunicação e conseqüente declaração de vencedora do certame em favor da ora Exeqüente, com a intimação do Sr. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no endereço de costume, e do Sr. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com endereço na Rua Desembargador Otávio Ferreira do Amaral, nº 279, Bigorrrilho, na cidade de Curitiba, CEP 80730-400, para que tomem as medidas necessárias ao fiel cumprimento da ordem judicial, sob pena de imposição de multa diária, a ser fixado por este r. Juízo;
- b) A execução da r. sentença, de acordo com cálculo anexo, o qual totaliza em R\$ 3.464,63, conforme artigo 604 do CPC;
- c) a CITAÇÃO da União Federal, nos termos do artigo 730 do CPC, para, querendo opor Embargos no prazo de 10 (dez) dias e, não apresentando Embargos, requer se digne Vossa Excelência homologar o cálculo apresentado, por sentença, após o que, transcorrido o prazo para eventual recurso, seja expedida a competente requisição de pagamento, INDEPENDENTE DA EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIO pelo valor de R\$ 1.732,31, referente a 50% do valor da condenação, dirigido ao Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Federal da 4ª Região;
- d) A citação da Ré MS COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.300.139/0001-86, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 681, Vila Militar, na

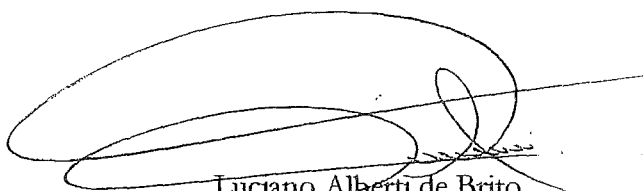
cidade de Rio Negro – PR, CEP 83880-000, para que pague a importância de R\$ 1.732,31, referente a 50% do valor da condenação, sob pena de penhora, inclusive sob pena de acréscimo de multa em caso do não pagamento espontâneo.

e) protesta-se pela produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a documental;

f) a condenação das Executadas em honorários advocatícios na base usual e custas processuais.

P. deferimento.

Curitiba, 10 de julho de 2009.



Luciano Alberti de Brito

OAB/PR 24.663

CPF/MF 848.533.369-15

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Autor Fundação João XXIII
Autos 2002.70.00.0333

RéuMS Comunicação e União
Vara3 V. Federal

463

Conta

Fundação João XXIII

[1.]

Principal Original R\$ 0,00
Principal Convertido R\$ 0,00
Principal Corrigido (de / a 07/2009)

Min. das Comunicações
Fis. 11
Rubrica
520
0,00

Demonstrativo dos índices utilizados

Data	Moeda	Principal	Indicador	Índice	Correção
------	-------	-----------	-----------	--------	----------

Honorários

Advocatícios (10,00 % de R\$ 21.000,00 atualizados desde 09/2002 = R\$ 34.646,25) 3.464,63
Total dos Honorários R\$: 3.464,63

Total da Conta R\$ 3.464,63

Importa a presente conta em TRES MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS

Memória de Cálculo

Média Aritmética entre o INPC do IBGE e o IGP-DI da FGV (Decreto nº 1.544 de 30/06/1995) de Setembro de 2002 até Julho de 2009

São José dos Pinhais/PR, 10 de Julho de 2009

Conta: Fundação João XXIII

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2009
[Assinatura]



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
3ª Vara Cível de Curitiba

JFPR
454

das Comunicações
164
Rubrica

164
Rubrica
3805

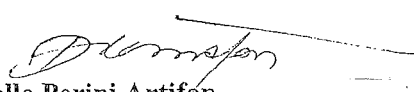
**AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº
2002.70.00.033389-9/PR**

AUTOR : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : FABIANO ALBERTI DE BRITO
: LUCIANO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
RÉU : MS COMUNICACAO LTDA
ADVOGADO : MARCIO RUIZ PALOMA

DESPACHO

1. Converta-se o presente feito em Execução de Sentença.
2. Tendo em vista que parte da condenação imposta pelo título executivo presente nos autos é de obrigação de fazer, cite-se a União Federal para cumprimento da sentença, conforme requerido às fls.450/452, no prazo de 60 (sessenta) dias (CPC, art. 632), servindo a cópia deste despacho como mandado. Saliento que, tratando-se de obrigação de fazer, o prazo para interposição de embargos é o previsto no CPC, art. 738, ou seja, de 15 (quinze) dias.
3. Cite-se e intime-se, ainda, a União Federal, nos termos do artigo 730 do Código de Processo Civil.
4. A segunda via deste, acompanhada de cópia da petição e cálculos, servirá de mandado de citação, para, querendo, oferecer embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias.
5. Após, expeça-se a Requisição de Pagamento.
6. Em seguida, intímem-se as partes pelo prazo sucessivo de 2 (dois) dias, cientes de que, em caso de carga, a não devolução dos autos acarretará, pela parte exequente, a retenção da requisição, pela parte executada, a transmissão da requisição ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região como expedido.
7. Satisfeito o item anterior e não havendo insurgência, voltem-me para a transmissão.
8. Por fim, aguarde-se o pagamento.

Curitiba, 30 de setembro de 2009.



Danielle Perini Artifon
Juíza Federal Substituta

2002.70.00.033389-9 [ABA©/ABA]



3879236.V002 1/2



SERVIÇO DE ALTO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2009


TERMO DE RETIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO

Em cumprimento do R. despacho de fls. 454, em CURITIBA, de outubro de 2009, é lavrado o presente termo na forma abaixo:

PROCESSO 2002.70.00.033389-9
CLASSE ESFP - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 07/06/2002

PARTES:

EXEQNTE : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII - NORMAL

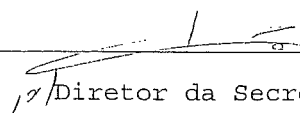
EXETADO : UNIÃO FEDERAL - NORMAL

NOME FANTASIA OU OUTRO NOME UTILIZADO PELO EXETADO :

- UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

EXETADO : MS COMUNICACAO LTDA - NORMAL

Para Constar, Lavro e Assino a Presente


Diretor da Secretaria

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO D/S COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/1206



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
3ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, Ahú, 4º Andar – CEP 80540-180 – Curitiba/PR. Horário de Atendimento das 13 horas às 18 horas

das Com. 166
M. Rs. 166
Rubrica: [assinatura]
Rubrica: [assinatura]
seção comunicações

Folha de rosto - despacho anexo

EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA

Autos nº 2002.70.00.033389-9

Autor(es): FUNDACAO JOAO XXIII

Réu(s): UNIÃO FEDERAL

OBJETO / DESTINATÁRIO:

Citação/Intimação/Notificação de:

UNIÃO FEDERAL no endereço:
Comercial, Avenida Munhoz da Rocha, 1247,
Cabral, CEP 80035-000 (ZONA ÚNICA)
Curitiba PR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 06/10/2016



P R C T B 03-2009001979 ZONA ÚNICA

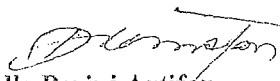
AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 2002.70.00.033389-9/PR

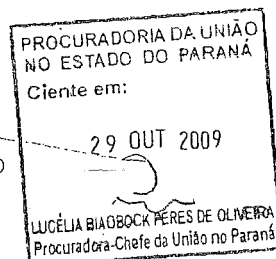
AUTOR : FUNDACAO JOAO XXIII
ADVOGADO : FABIANO ALBERTI DE BRITO
: LUCIANO ALBERTI DE BRITO
RÉU : UNIÃO FEDERAL
RÉU : MS COMUNICACAO LTDA
ADVOGADO : MARCIO RUIZ PALOMA

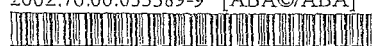
DESPACHO

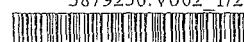
1. Converta-se o presente feito em Execução de Sentença.
2. Tendo em vista que parte da condenação imposta pelo título executivo presente nos autos é de obrigação de fazer, cite-se a União Federal para cumprimento da sentença, conforme requerido às fls.450/452, no prazo de 60 (sessenta) dias (CPC, art. 632), servindo a cópia deste despacho como mandado. Saliento que, tratando-se de obrigação de fazer, o prazo para interposição de embargos é o previsto no CPC, art. 738, ou seja, de 15 (quinze) dias.
3. Cite-se e intime-se, ainda, a União Federal, nos termos do artigo 730 do Código de Processo Civil.
4. A segunda via deste, acompanhada de cópia da petição e cálculos, servirá de mandado de citação, para, querendo, oferecer embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias.
5. Após, expeça-se a Requisição de Pagamento.
6. Em seguida, intemem-se as partes pelo prazo sucessivo de 2 (dois) dias, cientes de que, em caso de carga, a não devolução dos autos acarretará, pela parte exequente, a retenção da requisição, pela parte executada, a transmissão da requisição ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região como expedido.
7. Satisfeito o item anterior e não havendo insurgência, voltem-me para a transmissão.
8. Por fim, aguarde-se o pagamento.


Curitiba, 30 de setembro de 2009.


Danielle Perini Artifon
Juíza Federal Substituta



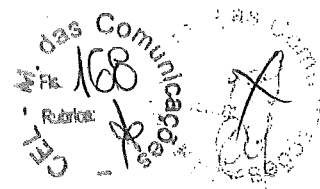
2002.70.00.033389-9 [ABA©/ABA]


3879236.V002 1/2


CO. FEDERAL
RELACIONES
CONFERE COM ORIGINAL
EM 01/10/2009




ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS



NOTA Nº41 -4.06/2010/RPF/CGAJ/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000. 065295/2009-72

Processo Nº 2002.70.00.033389-9

Requerente: Fundação João XXIII

Requerido: União Federal e Ms Comunicação Ltda

ASSUNTO: Pedido de abstenção de prática de qualquer ato tendente a outorgar e adjudicar o serviço objeto da concorrência n. 025/98-SSR/MC, para a localidade de Rio Negro- PR em favor da segunda ré, até ulterior determinação do juízo. Pedido deferido. Cumprimento de sentença confirmatória de tutela antecipada que se impõe.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Procuradoria da União no Estado do Paraná, por conduto do Ofício n. 5.328/09-PU/PR (5), solicita a Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia Geral da União com atuação perante o Ministério das Comunicações, que adote as providências necessárias ao imediato cumprimento de sentença que ratificara o deferimento de tutela liminar satisfativa em sede da ação ordinária epígrafa em desfavor desta Pessoa Política Federal.

2. Em sede de juízo de cognição sumário, restou deferida medida liminar satisfativa nos seguintes termos:

" Diante do exposto, concedo a antecipação dos efeitos da tutela, determinando à União Federal que não prossiga nos atos concludentes do procedimento de n. 025/98-SSR/MC, no que se refere exclusivamente à cidade de Rio Negro/PR, abstendo-se de outorgar e adjudicar o seu objeto à MS Comunicações Ltda, até ulterior ordem deste juízo".

3. Proferida sentença nos respectivos autos, a mesma confirmou os efeitos da tutela antecipatória deferida e determinou a anulação do ato administrativo que deferira a habilitação da segunda ré no certame n. 025/98-SSR/MC, senão vejamos:

" Por todo o exposto, extingo o processo com julgamento do mérito, na forma do CPC, art. 269, inciso I, e julgo procedente o pedido formulado para anular o ato de habilitação proferido na Concorrência n. 025/98-SSR/MC, na parte em que considerou habilitada a segunda ré, excluindo-a, por consequente, de todas as fases posteriores, ficando confirmada a antecipação deferida."

4. A Advocacia-Geral da União, por intermédio da Procuradoria-Geral da União, estabeleceu que compete às Procuradorias a manifestação quanto ao cumprimento de decisões judiciais e de sua força executória, salvo quando for decisão liminar em mandados de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, casos em que o exame da força executória caberá aos órgãos da Advocacia-Geral da União que exercem atribuições consultivas.¹

5. Considerando que a Procuradoria da União no Estado do Paraná, por intermédio do Ofício n.º 5.328/09-PU/PR (5), atestou a força executória da sentença que

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 914 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF
Telefones: (61) 311-6535/311-6087 Fax: (61) 311-6602 Email: bruno.fortes@mc.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

168

NOTA Nº41 -4.06/2010/RPF/CGAJ/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000. 065295/2009-72

Processo Nº 2002.70.00.033389-9

Requerente: Fundação João XXIII

Requerido: União Federal e Ms Comunicação Ltda

ASSUNTO: Pedido de abstenção de prática de qualquer ato tendente a outorgar e adjudicar o serviço objeto da concorrência n. 025/98-SSR/MC, para a localidade de Rio Negro- PR em favor da segunda ré, até ulterior determinação do juízo. Pedido deferido. Cumprimento de sentença confirmatória de tutela antecipada que se impõe.

Senhor Consultor Jurídico,

1. A Procuradoria da União no Estado do Paraná, por conduto do Ofício n. 5.328/09-PU/PR (5), solicita a Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia Geral da União com atuação perante o Ministério das Comunicações, que adote as providências necessárias ao imediato cumprimento de sentença que ratificara o deferimento de tutela liminar satisfativa em sede da ação ordinária epigrafada em desfavor desta Pessoa Política Federal.

2. Em sede de juízo de cognição sumário, restou deferida medida liminar satisfativa nos seguintes termos:

" Diante do exposto, concedo a antecipação dos efeitos da tutela, determinando à União Federal que não prossiga nos atos concludentes do procedimento de n. 025/98-SSR/MC, no que se refere exclusivamente à cidade de Rio Negro/PR, abstendo-se de outorgar e adjudicar o seu objeto à MS Comunicações Ltda, até ulterior ordem deste Juízo".

3. Proferida sentença nos respectivos autos, a mesma confirmou os efeitos da tutela antecipatória deferida e determinou a anulação do ato administrativo que deferira a habilitação da segunda ré no certame n. 025/98-SSR/MC, senão vejamos:

" Por todo o exposto, extingo o processo com julgamento do mérito, na forma do CPC, art. 269, inciso I, e julgo procedente o pedido formulado para anular o ato de habilitação proferido na Concorrência n. 025/98-SSR/MC, na parte em que considerou habilitada a segunda ré, excluindo-a, por consequente, de todas as fases posteriores, ficando confirmada a antecipação deferida."

4. A Advocacia-Geral da União, por intermédio da Procuradoria-Geral da União, estabeleceu que compete às Procuradorias a manifestação quanto ao cumprimento de decisões judiciais e de sua força executória, salvo quando for decisão liminar em mandados de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, casos em que o exame da força executória caberá aos órgãos da Advocacia-Geral da União que exercem atribuições consultivas.¹

5. Considerando que a Procuradoria da União no Estado do Paraná, por intermédio do Ofício n.º 5.328/09-PU/PR (5), atestou a força executória da sentença que

MINISTÉRIO FEDERAL
DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010



Ministério das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 064/2009-CEL/MC, Localidade de São Mateus/ES

GABINETE DO MINISTRO

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público (os) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 18 a 22 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 25 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.3 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c 85º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 12 de janeiro de 2010.

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº 62/2009-CEL/MC, Localidade de Itaraá/BA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	530001001335/10	HABILITADA
PRINTSCOM RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	TV	530001001331/10	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO URSAL	TV	530001001333/10	HABILITADA
MAIOR LTDA.	TV	530001001340/10	HABILITADA
TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUTOS ARTÍSTICOS LTDA.	TV	530001001338/10	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	530001001339/10	HABILITADA
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	530001001332/10	HABILITADA
TELEVISÃO ALTAMAR LTDA.	TV	530001001337/10	HABILITADA
NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	530001001341/10	HABILITADA
OCAR COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	TV	530001001334/10	NAO HABILITADA
TV APATU S/A	TV	530001001336/10	NAO HABILITADA
JOCE - GESTÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	TV	530001001334/10	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público (os) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 18 a 22 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 25 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.3 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c 85º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 13 de janeiro de 2010.

Concorrência Nº 63/2009-CEL/MC, Localidade de Mucugê/BA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PRINTSCOM RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	TV	530001001552/10	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO URSAL	TV	530001001557/10	HABILITADA
MAIOR LTDA.	TV	530001001555/10	HABILITADA
TOTAL - COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE E PRODUTOS ARTÍSTICOS LTDA.	TV	530001001556/10	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	530001001558/10	HABILITADA
SPC - SISTEMA PERNAMBUCANO DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	530001001553/10	NAO HABILITADA
TV APATU S/A	TV	530001001554/10	NAO HABILITADA
JOCE - GESTÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	TV	530001001554/10	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público (os) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na concorrência constante do anexo único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 18 a 22 de janeiro de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 25 de janeiro de 2010, conforme o subitem 11.3 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", c/c 85º, c/c art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2010

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO

Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.w3.org.br/autenticidade.html>, pelo código: 00032010011500155

Ministério das Comunicações
Assessoria Jurídica
169
RUBRICADO
16/01/2010

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
TELEVISÃO ALTAMAR LTDA.	TV	530001001823/10	HABILITADA
RÁDIO SUCESSO LTDA.	TV	530001001819/10	HABILITADA
OCAR COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA.	TV	530001001817/10	HABILITADA
TELEVISÃO FENIX LTDA.	TV	530001001821/10	HABILITADA
NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	TV	530001001820/10	HABILITADA
RÁDIO E TV NORTE LTDA.	TV	530001001820/10	HABILITADA
CRICARE RÁDIO E TV LTDA.	TV	530001001825/10	HABILITADA
ZMC INVESTIMENTOS LTDA.	TV	530001001827/10	HABILITADA
PRINTSCOM RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	TV	530001001815/10	HABILITADA
NSTV SISTEMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	530001001814/10	HABILITADA
FUNDAÇÃO CULTURAL LAURENCIO VICENTE DE OLIVEIRA	TV	530001001816/10	NAO HABILITADA
REDE ELLO BRASIL COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	530001001822/10	NAO HABILITADA

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, dando cumprimento a decisão judicial transitada em julgado, nos autos do processo de nº 2002.7019103389-3, da Seção Judiciária do Paraná, que anulou o ato de habilitação de MIS COMUNICAÇÃO LTDA, na Concorrência 025/1998 para a localidade de Rio Negro/PR, excluindo-a, por conseguinte, de todas as fases posteriores, torna público o novo resultado da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante no certame mencionado, indicando como vencedora FUNDAÇÃO JOÃO XXIII.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, Localidade de Rio Negro/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
537401001333/08	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	160.000,00	FM	97,751	99,275
537401001288/08	RIO NEGRO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.	157.196,00	FM	97,711	99,771
537401001329/08	ATMOSPHERA RÁDIODIFUSÃO LTDA.	102.500,00	FM	96,489	99,649
537401001326/08	RÁDIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA.	35.010,00	FM	89,731	98,973
537401001325/08	RÁDIO E TELEVISÃO ROTONER LTDA.	35.020,00	FM	89,725	98,973
537401001309/08	SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	112.051,89	FM	96,789	98,779
537401001310/08	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	19.900,00	FM	81,919	98,192
537401001324/08	SESAL - COMUNICAÇÃO E INFORMATICA LTDA.	39.510,00	FM	90,893	95,714

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 5, de 08/01/2010, Seção 3, pág. 160, referente à concorrência nº 068/2009, na localidade de Aracaju/SE, de sorte que onde se lê: DIGITAL COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA, leia-se: OCAR COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. Mantendo inalteradas as demais informações no mencionado aviso.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 535.000.035.426/2008-06. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratados: relacionados abaixo. Objeto: análise documental de processos, análise de autos de infração, assessoramento técnico, comissões interdisciplinares, comissões de licitação, entre outras que não conflitem com as atribuições exclusivas da Advocacia-Geral da União, traçadas no art. 131 da Constituição Federal, Vigência: 08/12/2009, não ultrapassando cinco anos. Retribuição mensal: importância equivalente a remuneração de Técnico de Nível Superior-Nível IV, em regime de 40 horas semanais de trabalho, nos termos da Lei 8.745/93, Natureza: Por força de liminar M.S. Nº 2009.34.001.039-472-01. Signatário: FERNANDO RODRIGUES LOPES DE OLIVEIRA- Secretário Executivo, Interino.

ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1.001
ÁREA CAROLINA TERAPISTAS NÍVEIS	01.695.074-26

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 40/2009

O Ministério das Comunicações, através do seu Pregueiro, informa o resultado do Pregão nº 40/2009 - Aquisição de Equipamentos Fotográficos. Empresas vencedoras: AMG Comércio de Instrumentos Musicais Ltda - Item 19 - Valor Total: R\$ 1.535,00, JOSÉ ALMIR SANTOS BASILIO EPP - Itens: 1,3 e 4 - Valor Total: R\$ 10.549,00, RADITEL Equip. de Telecomunicações Ltda - Itens: 5, 11, 13.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA PÚBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010
1206



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações
170
CEL

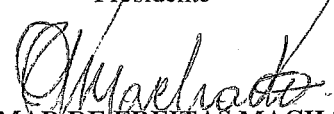
CONCORRÊNCIA Nº 025/1998 - SSR/MC

LOCALIDADE: RIO NEGRO - ESTADO: PR

ATA DE REUNIÃO Nº 124/2010

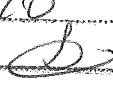
Em 14 de janeiro de 2010, às 09h00 (nove horas), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC n.º 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de dar cumprimento a decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 2002.70.00.033389-3, da Seção Judiciária do Paraná que anulou o ato de habilitação de MS COMUNICAÇÃO LTDA. na concorrência 025/1998, para a localidade de RIO NEGRO/PR, excluindo-a, por conseguinte, de todas as fases posteriores, no que concerne ao procedimento de **reclassificação de proponentes**, reavaliado os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a)** análise do documento denominado **Relatório da Proposta de Preço pela Outorga**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **RIO NEGRO/PR**; **b)** verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c)** análise do documento **Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação deu seguimento aos trabalhos relativos à concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1)** Aprovação do documento **Papeis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente Ata, no qual consta a **reclassificação das proponentes quanto ao Valor Ponderado da pontuação obtida na(s) Proposta(s) Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, **propondo como vencedora a proponente FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, que apresentou o maior Valor Ponderado entre as licitantes, para a localidade de RIO NEGRO/PR**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D.G. DE MACÊDO
Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular

AUSENTE
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010




Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência

025 / 1998

Localidade PR Rio Negro

Serviço FM

Valor Mínimo 7.196,00

Grupo Enquadramento A

Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		
			(PT)	(PP)	(VP)
53740.000333/98	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	160.000,00	100.000	97.751	99,775
53740.000288/98	RIO NEGRO EMPREENDIMENTOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	157.196,00	100.000	97.711	99,771
53740.000329/98	ATMOSPHERA RADIODIFUSÃO LTDA.	102.500,00	100.000	96.489	99,649
53740.000326/98	RÁDIO E TELEVISÃO MEGAGE LTDA.	35.040,00	100.000	89.731	98,973
53740.000325/98	RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA.	35.020,00	100.000	89.725	98,973
53740.000309/98	SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA	112.051,89	100.000	96.789	98,779
53740.000310/98	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	19.900,00	100.000	81.919	98,192
53740.000324/98	SESAL - COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA.	39.510,00	96.250	90.893	95,714

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro Titular

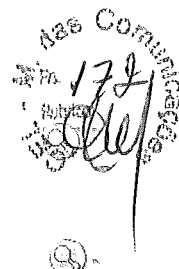
Eriko Mendes Domenici
Vice-presidente

Jose Adilson Bezerra Torquato
Membro Titular

SECRETARIA PÚBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01 / 10 / 2006

Consulta Processual pelo Nome da Parte

Nome Pesquisado: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII



Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "FUNDAÇÃO JOÃO XXIII".

Emitido pelo site webserver1.trf1.gov.br em 29/03/2010 às 15:27:33

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/2010 1206

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)



Consulta Processual Unificada - Resultado da Pesquisa

ATENÇÃO!

1. Esta consulta ainda não considera os processos ajuizados na 1ª e 2ª VF de Rio Grande a partir de 21 de Outubro de 2009. Atualmente só é possível consultar estes processos por número.
2. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.

Processos encontrados (CPF 85131829000186):

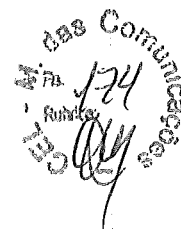
1. EMBARGOS À EXECUÇÃO - 2009.70.00.030937-5 (PR)
2. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBL - 2002.70.00.033389-9 (PR)

[anterior] [nova pesquisa] [imprimir]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)



Consulta Processual Unificada - Resultado da Pesquisa

EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 2009.70.00.030937-5 (PR)

Data de autuação: 10/12/2009

Observação: REQ ANULACAO DE ATO JURIDICO COM TUT ANTECIPADA REF LICITACAO CONCORRENCIA 025/98

Juiz: Paulo Cristovao de Araujo Silva Filho

Órgão Julgador: JUÍZO FEDERAL DA 03A VF DE CURITIBA

Órgão Atual: 03A VF DE CURITIBA

Localizador: GAB

Situação: MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

Valor da causa: R\$ 21.000,00

Assuntos:

1. Revogação

PARTES

(Clique aqui para mostrar todas as partes/advogados)

EMBARGANTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

EMBARGADO: FUNDACAO JOAO XXIII

Advogado: FABIANO ALBERTI DE BRITO

PROCESSOS RELACIONADOS

Clique aqui para ver os processos relacionados no TRF4

APENSOS

Processo: 2002.70.00.033389-9

FASES

(Clique aqui para mostrar todas as fases)

26/03/2010 10:10 Autos com Juiz para Despacho/Decisão

01/03/2010 13:23 Juntado(a) IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS - FUNDACAO JOAO XXIII - 10/0200572 - 17/02/2010 17:25

17/02/2010 17:25 Recebimento ORIG: LUCIANO ALBERTI DE BRITO (OAB:PR024663).

[\[anterior\]](#) [\[nova pesquisa\]](#) [\[imprimir\]](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01.10.2010

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)

CO-1
M. das Comunicações
Fls. 175
Autuação

Consulta Processual Unificada - Resultado da Pesquisa

EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBL N° 2002.70.00.033389-9 (PR)

Data de autuação: 07/06/2002

Observação: REQ ANULACAO DE ATO JURIDICO COM TUT ANTECIPADA REF LICITACAO CONCORRENCIA 025/98

Número da Caixa: 0000682/08

Juiz: Paulo Cristovao de Araujo Silva Filho

Órgão Julgador: JUÍZO FEDERAL DA 03A VF DE CURITIBA

Órgão Atual: 03A VF DE CURITIBA

Localizador: GAB

Situação: MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO

Valor da causa: R\$ 21.000,00

Assuntos:

1. Revogação

PARTES

(Clique aqui para mostrar todas as partes/advogados)

EXEQUENTE: **FUNDACAO JOAO XXIII**

Advogado: FABIANO ALBERTI DE BRITO

EXECUTADO: **UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO E OUTRO**

PROCESSOS RELACIONADOS

Clique aqui para ver os processos relacionados no TRF4

APENSOS

Processo: 2009.70.00.030937-5

FASES

(Clique aqui para mostrar todas as fases)

26/03/2010 10:32 Autos com Juiz para Despacho/Decisão

02/03/2010 13:19 Juntado(a) PETIÇÃO - FUNDACAO JOAO XXIII - 10/0200599 - 17/02/2010 17:25 -

REQUER EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

17/02/2010 17:25 Recebimento ORIG: LUCIANO ALBERTI DE BRITO (OAB:PR024663).

[\[anterior\]](#) | [\[nova pesquisa\]](#) | [\[imprimir\]](#)

JUÍZO FEDERAL
INTRODUÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

[Versão para impressão](#)

PROCESSO : **Ag 1180978** UF: **MG** REGISTRO: **2009/0074722-1**
NÚMERO : -
ÚNICO : -
AGRAVO DE INSTRUMENTO VOLUMES: **2** APENSOS: **0**
AUTUAÇÃO : **19/08/2009**
AGRAVANTE : **LUIZ CÉRCIO DE LIMA**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
RELATOR(A) : **Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA**
ASSUNTO : **DIREITO CIVIL - Fatos Jurídicos - Ato / Negócio Jurídico - Defeito, nulidade ou anulação**
LOCALIZAÇÃO : **Entrada em GABINETE DO MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR em 26/08/2009**
TIPO : **Processo Eletrônico**

- [NÚMEROS DE ORIGEM](#)
- [PARTES E ADVOGADOS](#)
- [PETIÇÕES](#)
- [FASES](#)
- [DECISÕES](#)

NÚMEROS DE ORIGEM

[10105062014011](#)
[101050620140110041](#)

PARTES E ADVOGADOS

AGRAVANTE : **LUIZ CÉRCIO DE LIMA**
ADVOGADO : **RONEY OLIVEIRA JUNIOR E OUTRO(S) - MG053509**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**
INTERES. : **MITRA DIOCESANA DE GOVERNADOR VALADARES**

PETIÇÕES

Não há petições

FASES

26/08/2009 - 19:12 - CONCLUSÃO AO(A) MINISTRO(A) RELATOR(A) - PELA SJD
26/08/2009 - 18:25 - PROCESSO DISTRIBUÍDO AUTOMATICAMENTE EM 26/08/2009
- MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - QUARTA TURMA
01/07/2009 - 17:28 - PROCESSO REMETIDO AO(A) TRIBUNAL DE JUSTICA DE MINAS
GERAIS - GUIA Nº 19207
01/07/2009 - 09:07 - AUTOS FÍSICOS REMETIDOS AO SETOR DE BAIXA APÓS A SUA
DIGITALIZAÇÃO, PASSANDO O AGRAVO DE INSTRUMENTO A
TRAMITAR, A PARTIR DESTA DATA, DE FORMA ELETRÔNICA.

DECISÕES

X
Avalie este serviço:

Informações
processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2009 1206

Não há decisões disponíveis para visualização.

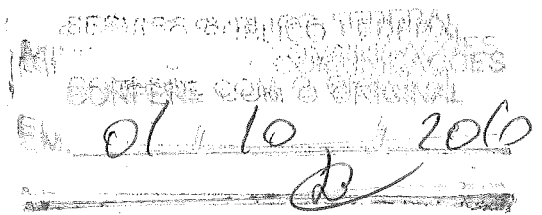
Data de Impressão: 29/3/2010 15:35:53

Adicionar ao Push

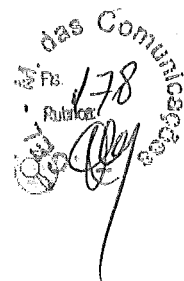
Nova Pesquisa

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual



Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

Argumento Pesquisado: 85.131.829/0001-86

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "85.131.829/0001-86".



Emitido pelo site 172.16.52.14 em 29/03/2010 às 15:37:12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. 01/10/2010

Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM » » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais

menu ajuda

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto

UF: PR

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Rio Negro (Concorrência: 25/1998)	26S062100	49W475100	214			C	(ZC)

Usuário: - Data: 29/03/2010 Hora: 15:39:56

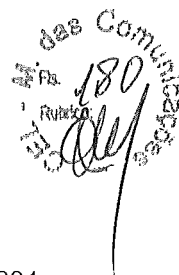
Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

01 / 10 / 2010



CERTIDÃO

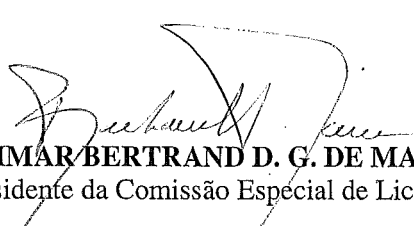
Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º **53740.000333** – **FUNDAÇÃO JOÃO XXIII**. - pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

Brasília/ DF, 29 de março de 2010.

Milenna Medeiros dos Santos
Estagiária

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.

Em, 16 de ABRIL de 2010.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01 de 10 de 2010

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Mem. nº 234 /2010/CEL/MC

Em, 12 de julho de 2010.

À
CONSULTORIA JURÍDICA/MC
Dr. Édio Henrique de A. José e Azevedo

Tendo em vista tratar-se de assunto pertinente aos autos do processo que se encontra nessa área, valemo-nos do presente, para encaminhar a Vossa Senhoria, documentação protocolizada sob o nº 53000.020385/2010-78, encaminhada a esta Comissão Especial de Licitação, por meio do Dirigente **Geraldo Valenga**, para anexar os originais nos autos do processo nº 53000.000175/98 da concorrência nº 031/98, conforme consulta do CPROD em anexo.

Atenciosamente,


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

Curitiba 23 de abril 2010

Da: Fundação João XXIII

Para: Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso Contra Eventual Desclassificação (apresenta)

Referência: Edital 031/1998 para Penha Pr

Processo 53820 000175/1998

Requisição 70/2009 ACO Conjur MC AGU

Comunicado publicado no DOU de 16/04/2010 página 164 seção 3

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA - DF

53000 020385/2010-78

SEPROLOG/COLOG/COPL/SPD

Prezado Senhor

Tendo tomado conhecimento do publicado no DOU de 16 de abril pp, mencionado na referência, vimos a sua presença expor o seguinte

- O parecer da referência menciona que a certidão de falência e concordata de nossa entidade estaria vencida na época do edital. Realmente a certidão da página 48, cópia anexa, tem data de 12 de março de 1988 e validade de 60 dias, estando pois vencida na época da licitação, segundo a conjur desse Ministério.
- Conforme o documento anexo, houve um erro da entidade emissora da certidão na época, ou seja o poder judiciário do Estado De Santa Catarina. O ofício assume o erro e acreditamos que portanto não podemos ser penalizados por esse fato.
- Outrossim a fase de habilitação desse processo já foi ultrapassada há muitos anos, e essa falha, que repetimos não é nossa e sim da emissão da certidão não foi levantada por ninguém na época.
- O item 9.7 do edital deixa claro que **“ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado a habilitação jurídica, qualificação econômico financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes qu só conhecidos após a habilitação”** (grifo nosso). Ora, a fase de habilitação já passou há muitos anos, e nossa proposta técnica e financeira foram abertas. Não cabe portanto, sermos desclassificados nesse momento por conta da fase de habilitação. O motivo é conhecido desde o início do certame, já que os recursos foram julgados improcedentes. Aliás naquela fase esse ponto não foi por ninguém levantado. Tal assertiva tanto é verdade que fomos habilitados, nossa proposta técnica foi julgada e nosso lance foi aberto e fomos publicados como vencedores da concorrência conforme o DOU de 22 de outubro de 2008, lance, logo a inabilitação fora da fase respectiva contraria o item 9.7 do edital.
- Finalmente cabe a pergunta de porquê inabilitar uma empresa que ao final do certame deu o maior lance, especialmente estando essa inabilitação fora do prescrito no edital.

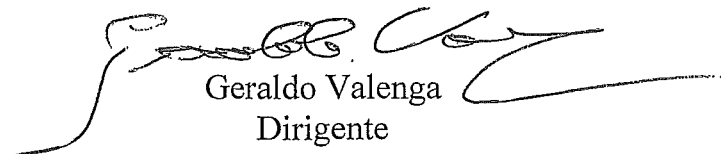
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

Na hipótese desta douta Comissão Especial de Licitação não reconsiderar sua decisão, o que não se espera em face dos fatos exaustivamente expostos na presente, requer o encaminhamento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, para decisão, ouvindo-se previamente a Consultoria Jurídica desta pasta.

Sem mais subscrevemo-nos, nos termos acima nos quais se espera deferimento

Atenciosamente


Geraldo Valenga
Dirigente

Correspondência A/C dB Sistemas
Bruno Filgueira 1688
80730-380 Curitiba Pr

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

01/10/2010

JUIZO DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL/CRIMINAL DA COMARCA
MAFRA - SANTA CATARINA

FÓRUM DESEMBARGADOR FLAVIO TAVARES DA CUNHA MELLO
Avenida Coronel José Severiano Maia, 863 - Mafra - SC - CEP 89300-000

CERTIDÃO

**FRANCISCO EDUARDO CAETANO, ANALISTA JURÍDICO DA
1.ª VARA CÍVEL/CRIMINAL DA COMARCA DE MAFRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA.**

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada e com o fim específico de instruir o processo n.º 53820.000175/1998, que a Certidão negativa de Falências e Concordatas expedida em relação a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, pessoa jurídica de direito privado, CGC/MF. N.º 85.131.829/0001-86, com sede a rua Tenente Ary Rauen n.º 1361, na Cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, foi expedida com erro de digitação, por esta Escrivânia, a data de emissão, sendo que deveria constar o dia 12 de Março de 1998 e não 12 de Março de 1988. Certifico, ainda, que o aludido erro torna-se evidente uma vez que o servidor que assinou o referido documento ingressou no Poder Judiciário em 04/04/1991 e transferido para a Comarca de Mafra em 1996, portanto impossível ter sido firmado a certidão em 1988. Era o que me cumpria certificar de acordo com o que me foi requerido. O referido é verdade e dou fé. Mafra, 20 de Abril de 2010.


FRANCISCO EDUARDO CAETANO
ANALISTA JURÍDICO - CHEFE DE CARTÓRIO DA 1.ª VARA
MATRICULA 4334

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01.10.2010

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MAFRA - SANTA CATARINA
FÓRUM DESEMBARGADOR FALVIO TAVARES DA CUNHA MELLO
Avenida Coronel José Severiano Maia, 863 - Mafra - SC - CEP: 89300-000
FONE (047) 642.3055 (047) 642.4078-FAX

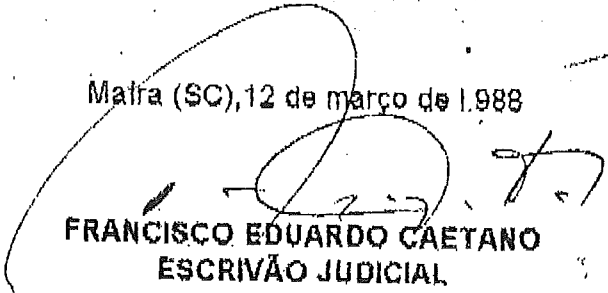
CERTIDÃO

FRANCISCO EDUARDO CAETANO, ESCRIVÃO DO CÍVEL E COMÉRCIO DA
COMARCA DE MAFRA, ESTADO DE SANTA CATARINA

#####

CERTIFICA, em breve relatório, a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste
Cartório os livros destinados aos registros de **FALÊNCIAS E CONCORDATAS** nos
últimos cinco (05) anos retroativo, deles verificou nada constar com relação a
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII pessoa jurídica de direito privado, portadora do CGC nº
65.131.829/0001-86, com sede na rua Tenente Ary Rauen nº 1361 nesta cidade. O
referido é verdade e dou fé. Eu, Escrivão a fiz digitar e subscrevo.

Mafra (SC), 12 de março de 1988


FRANCISCO EDUARDO CAETANO
ESCRIVÃO JUDICIAL

Reservação: Prazo de validade 60 (sessenta) dias

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.2000

**SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE BELO HORIZONTE****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo Nº 001 Contrato Nº 045/CBTU/STU-BH/2009. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Contratada: STRUTURAL MONTAGENS ESPECIAIS LTDA. Objeto: Retificação. Fundamento Legal: art. 65, caput da Lei nº 8.666/93. Processo: PRC-0399/2010. Data de Assinatura: 13.04.10. Signatários: Pela CBTU - José Roizenbruch e Lister César Nascimento. Pela Contratada: Aramis Rogério Máximo de Azevedo.

**SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE RECIFE****EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Prisma Telecomunicações Ltda; RESUMO DO OBJETO: Acréscimo de 24,21% de serviços contratados; DATA DE ASSINATURA: 01/04/10; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Coordenador de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. Hélio Tadao Nakata - Representante legal.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Prisma Telecomunicações Ltda; RESUMO DO OBJETO: Acréscimo de serviços; VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.442,67; DATA DE ASSINATURA: 01/04/10; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Coordenador de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. Hélio Tadao Nakata - Representante legal.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2010-CBTU/STU/REC**

Objeto: Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços na Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO e Realização de Exames Médicos Periódicos, Admissões, Mudança de Função, Demissional, Retorno no Trabalho, Elaboração de Laudos, Parecer Médico, Campanhas de Saúde, Exames Pré-Operatórios e Complementares, Ref. A Acidentes do Trabalho, para atender as Cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho dos Empregados Desta CBTU/STU/REC. Data de recebimento das propostas: 04/05/2010 às 09:30 h. No Departamento de Licitações e Contratos desta Superintendência situado à Rua José Natário, 478, 3º andar - Arealas - Recife - PE. O critério de julgamento é o de MENOR PREÇO. Esta Licitação rege-se pela Lei 8666/93, Lei 10520 de 17.07.2002, Decretos: 3.555/2000 e 6.204/07 e demais alterações. O edital encontra-se à disposição dos interessados para aquisição, mediante o pagamento no valor de R\$ 15,15 (Quinze) Reais, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 15:15 h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521

MÁRCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER
Pregoeiro

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S/A****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01.120.046/2009-A**

Espécie: Primeiro Termo Aditivo firmado com a LAUTEC EQUIPE TÉCNICA ENGENHARIA S/C LTDA. Objeto: Aditar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos, sem suplementação de recursos financeiros, consoante permissivo legal contido no Art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº. 1722/2009 Assinatura: 02/01/2010

**EDITAL Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2010
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS
E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS
DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO: CONVOCAÇÃO
PARA AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL
E CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO
DE DOCUMENTOS**

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 90250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública a convocação para a Avaliação Médica Admissional, etapa de caráter eliminatório, o qual deverá comparecer de 16.04.2010 à 20.04.2010, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPESS) da Trensurb, sito a Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Prédio de Apoio Administrativo - Bairro Humaitá, Porto Alegre, CEP 90250-140 (com acesso, também, pela Estação Agroporto - Trensurb). O candidato aprovado na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL, submeter-se-á ao cumprimento de etapa de CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, enumerados no item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Admissional e/ou Checagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos e/ou, o não atendimento a todos os pré-requisitos associados ao cargo, no prazo estabelecido pela Trensurb, resultará na eliminação do can-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010041600164

didado no Concurso Público, na forma do item 12.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo: analista de gestão - função: advogado: candidato desistente: 3º André Luis Durigon - próximo candidato substituto convocado: 4º Marco Felipe Caminha.

MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA

**AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2010**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve adiamento da licitação em epígrafe publicado no DOU do dia 05/04/10, pág. 175 e jornal Correio do Povo, pág. 19 na mesma data. OBJETO: Contratação de empresa para implantação e recuperação de área verde em locais específicos. Adiado em decorrência de ampliação dos critérios de aceitabilidade da qualificação técnica das licitantes em decorrência de Pedido de Impugnação, sem alteração no objeto licitado: Onde exigisse "Registro da Pessoa Jurídica no CREA", exige-se: "Registro da Pessoa Jurídica no CREA ou CRBIO". A nova data é 22 de abril de 2010, às 10 horas para abertura da Sessão Pública. Data limite para recebimento de propostas até às 10h da mesma data. Demais informações acesse o Edital no site www.trensurb.gov.br ou pelo fone (51) 3361-8247. Processo nº 0471/2010.

Porto Alegre, 15 de abril de 2010
JAIR BERNARDO CORRÊA
Chefe

Ministério das Comunicações**GABINETE DO MINISTRO****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2010; PARTICIPANTES: Ministério das Comunicações e Ministério da Cultura. OBJETO: Parceria visando ao incremento das ações de inclusão digital no âmbito do Programa GESAC. VIGÊNCIA: 42 meses a partir da data de

assinatura. SIGNATÁRIOS: Pelo Ministério das Comunicações, José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações; pelo Ministério da Cultura, João Luiz Silva Ferreira - Ministro de Estado da Cultura. DATA DE ASSINATURA: 08/04/2010.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE CONCESSÃO**

PARTES: União e TV Allamanda Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.
OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiofrequência consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7º do Termo Aditivo.
DATA E ASSINATURA: 29 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações; e Rômulo Villar Furtado - Sócio-Gerente da TV Allamanda Ltda.

AVISO

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 031/1998 - SSR/MC, FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto à certidão de fl. 48 do processo nº 53820.000173/1998. Que nos termos da REQUISICION Nº 70/2009/ACO/CONJUR-MC/AGU, estava vencida na data da reunião de recebimento da documentação de habilitação e das propostas técnicas e de preço.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobrelaje - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 15 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, torna público, por meio deste aviso a exclusão com a consequente desclassificação da(s) proponente(s) RADIO DUNAS FM LTDA., nos termos da ATA DE REGISTRO Nº 148/2010, que aprovou a INFORMAÇÃO MC/CEL Nº 057/2010, e em conformidade com o Edital de Licitação, TORNAR SEM EFEITO a publicação contida no Aviso às folhas 72, Seção 3, do Diário Oficial da União nº 135, de 15/07/2005, referente a pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP), para a(s) localidade(s) de Chulí, Estado do Rio Grande do Sul, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, declarando vencedora(s); para a(s) localidade(s), a(s) proponente(s) que obtiveram o maior Valor Ponderado, indicada(s) no Anexo Único.

Brasília - DF, 14 de abril de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, Localidade de Chulí/RS.

Processo Nº	Proponentes	Serviço	PP	VP
53790.000211/00	Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.	FM	92.424	99.242
53790.000210/00	Sistema Nativa de Comunicações Ltda.	FM	90.839	99.084

**SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO****AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2010**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em Segurança da Tecnologia da Informação para fornecimento da solução integrada em alta disponibilidade de Firewall e VPN (Virtual Private Network) e software para conexão segura aos dispositivos de rede do Ministério das Comunicações, bem como execução de serviços de instalação, configuração e testes dos equipamentos e softwares fornecidos, transferência de conhecimentos da solução implantada, com garantia de 24 meses. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 16/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobrelaje Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/04/2010 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br

(SIDE - 15/04/2010) 410003-00001-2010NE900067

PREGÃO Nº 15/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes das passagens aéreas, nacionais e internacionais para o Ministério das Comunicações. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 16/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobrelaje

Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 29/04/2010 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br

SANTIAGO CARVALHO GUEDES
Pregoeiro

(SIDE - 15/04/2010) 410003-00001-2010NE900067

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO-
GERAL****GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo nº 53500.006280/2010; Inscrição de servidores no evento "28th International Training Program: Utility Regulation and Strategy", promovido pela Universidade da Flórida, EUA; Valor: R\$ 22.528,00; Amparo: art. 25, II, c/c art. 13, VI da Lei nº 8.666/93; Aprovação: Gerente de Administração de Aquisições e Fornecedores, Ato nº 2353, Ratificação: Luisa Amélia Tavares de Souza, Gerente-Geral de Administração, Ato nº 2384, 14/04/10.

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2009**

A Anatel torna público o resultado da Tomada de Preços nº 1/09, Processo nº 53500.02334/2007 - serviços de consultoria em Estatística para subsidiar a revisão dos métodos amostrais utilizados pela fiscalização da Agência; Vencedor: Statistika Consultoria em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

REPUBLICA FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010



AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000165

Pregão Eletrônico nº 8000165 - Objeto: Prestação de serviços de gravação em vídeo de mensagens e imagens do Diretor Regional de São Paulo Metropolitana aos seus colaboradores, conforme descrição técnica - Apêndice 1 e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 213001). O acolhimento das propostas no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 03/11/2008. Abertura das Propostas: 04/11/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 10:00 horas do dia 04/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000165".

PATRICIA RODRIGUES BIANCAMAN
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8000169

Pregão Eletrônico nº 8000169 - Objeto: Prestação de serviços de adequação da iluminação das unidades: Centro de Distribuição Domiciliar Mauá (CDD Mauá), Centro de Distribuição Domiciliar Embu (CDD Embu), Agência de Correios Vila Prudente (AC Vila Prudente), Centro de Distribuição Domiciliar Brooklin Paulista (CDD Brooklin Paulista) e Centro de Distribuição Domiciliar Barueri (CDD Barueri), localizados nos endereços listados no quadro constante do Anexo 1 do edital, conforme especificações técnicas e demais condições do edital e seus Anexos, na forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global. As vistorias poderão ser realizadas até o dia 04/11/2008. Download do edital no sítio <http://www.licitacoes.com.br> (ID desta licitação 213011). O acolhimento das propostas

no referido sítio dar-se-á a partir das 08:00h do dia 06/11/2008. Abertura das Propostas: 07/11/2008 às 08:30 horas. Início da Disputa de Lances às 10:00 horas do dia 07/11/2008 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar "PGE 8000169".

CARMEN SÍLVIA PACIECO POLIDORO
Pregoeira

TOMADA DE PREÇOS Nº 8000020 (ENG)

Objeto: Obra de Reforma do imóvel localizado na Avenida Rebouças, 3970 - 2º Subsolo - Loja 207 - Cerqueira César - São Paulo/SP, para instalação da Agência dos Correios Shopping Eldorado (AC Shopping Eldorado), conforme especificações técnicas e demais condições do Edital e seus Anexos. Vistoria prévia no local da obra (obrigatória); até o dia 03/11/2008. Entrega simultânea dos envelopes nº 01 e nº 02, mediante protocolo, na Comissão Permanente de Licitação (para interessados registrados no SICAF, na forma de habilitação parcial); no dia 11/11/2008, das 08:30h às 12:00h e das 13:30h às 16:30h. Reunião de licitação: 12/11/2008 às 09:00 h. Local de entrega dos envelopes e de realização da reunião de licitação: Rua Mergenthaler nº 592 - Bloco II - 13º andar - Vila Leopoldina - São Paulo/SP. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico www.correios.com.br. Poderão ainda ser adquiridos em "CD-R", na Agência dos Correios "Cidade de São Paulo", sita na Rua Mergenthaler nº 568 - Vila Leopoldina, São Paulo/SP, no horário das 09:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento no valor de R\$ 10,00 (dez reais).

HÉLIO BUN
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o(s) resultado(s) de análise de recurso(s) interposto(s) na fase de classificação da(s) proposta(s), com relação à concorrência e respectivo(s) serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

ANEXO ÚNICO

Não Conhecer do Recurso

Concorrência Nº - SSR/MC	Serviço	Localidade(s)	UF	Recorrente
12/2001	FM	Rancho Queimado	SC	LOHN SOCIEDADE DE RÁDIO LTDA.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, por determinação do Despacho Ministerial, publicado no Diário Oficial da União nº 172, às folhas 159, Seção 1, de 05/09/2008, que acolhe o PARECER/MC/CONJUR/GSL nº 2286 - 1.16/2006, TORNAR SEM EREITO a publicação contida no Aviso de Lances 60, Seção 3, do Diário Oficial da União nº 158, de 16/08/2002, referente a pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP), para a(s) localidade(s) de Penha, Estado de Santa Catarina. Concorrência nº 031/1998-SSR/MC, declarando vencedora, para a localidade, a proponente com maior Valor Ponderado, indicada no Anexo Único.

ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 031/1998-SSR/MC, Localidade de Penha/SC.

Processo Nº	Proponentes	Serv.	PP	VP
53820.000175/98	Fundação João XXIII	FM	98,253	99,825
53820.000170/98	Empresa de Comunicação Internacional Ltda.	FM	98,019	99,802
53820.000172/98	Sistema Syria de Comunicações Ltda.	FM	86,435	98,643
53820.000182/98	Sistema Sul de Radiodifusão Ltda.	FM	98,950	98,095

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO ao(s) recurso(s) e documentos interposto(s) contra o ato administrativo que habilitou a proponente SOM DA ILIJA COMÉRCIO E PRODUTOS LTDA-ME, na Concorrência e respectiva(s) localidade(s)/serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF; os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral desta Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Concorrente
167/2001	SP	Peruibe	OM	SPC - SISTEMA PARENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.	SOM DA ILIJA COMÉRCIO E PRODUTOS LTDA-ME

Brasília - DF, 21 de outubro de 2008.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 109/2008

Nº Processo: 09100000327200893 Objeto: Co-edição, em língua portuguesa, do livro "DIPLOMACIA BRASILEIRA E POLÍTICA EXTERNA: DOCUMENTOS HISTÓRICOS" a ser publicado pela Fundação. Total de Itens Licitados: 00001 Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 20/10/2008 ARTUR JOSÉ JERÔNIMO Coordenador de Administração e Finanças Ratificação em 20/10/2008 MARCIA MARTINS ALVES Coordenadora-Gemil de Adm., Orç. e Finanças Valor: R\$ 72.000,00 Contratada: CONTRA-PONTO EDITORA LTDA EPP

(SIDEIC - 21/10/2008) 244001-24290-2008NE900001

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES CERIMONIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2008

Número do Contrato: 7/2005, Nº Processo: 21/08-C. Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/SCNPJ Contratado: 37981941000163. Contratado: NOSTRUDON COMERCIO E -REPRESENTACOES LTDA. Objeto: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato número 07/05 com a empresa Nostrudon para serviço de confecção de Bandeiras. O termo aditivo acresce 25% o valor do contrato. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93. Vigência: 20/10/2008 a 21/11/2008. Valor Total: R\$39.250,00. Fonte: 100000000 - 2008NE900004. Data de Assinatura: 20/10/2008.

(SICON - 21/10/2008) 240013-00001-2008NE900192

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2008

Nº Processo: 0010/2008 Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de informática. Total de Itens Licitados: 00001 Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93 Justificativa: Contratação emergencial. Declaração de Dispensa em 20/10/2008 HÉLIO VITOR RAMOS FILHO Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação Ratificação em 20/10/2008 MARIA STELA POMPEU BRASIL FROTA Subsecretária-Gemil do Serviço Exterior Valor: R\$ 983.763,00 Contratada: POF-UMEC TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A

(SIDEIC - 21/10/2008) 240013-00001-2008NE900192

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2008

Número do Contrato: 4/2005, Nº Processo: 4477/2008. Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/SCNPJ Contratado: 02185752000108. Contratado: COPY SYSTEMS SISTEMAS GRAFICOS -LTDA ME. Objeto: Acréscimo no valor mensal do contrato de R\$ 1.486,31, correspondendo a um percentual de 6,86% do valor inicial do contrato atualizado. Fundamento Legal: Artigo 65, da Lei 8.666/93. Vigência: 20/10/2008 a 09/03/2009. Valor Total: R\$5.945,24. Fonte: 100000000 - 2008NE900052. Data de Assinatura: 20/10/2008.

(SICON - 21/10/2008) 240013-00001-2008NE900192

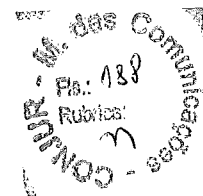
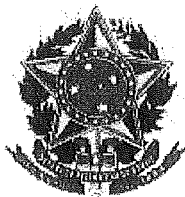
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2008

Número do Contrato: 48/2006, Nº Processo: 3582/2008. Contratante: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/SCNPJ Contratado: 264978000000153. Contratado: A & C EVENTOS E PROMOCOES LTDA -Objeto: Acréscimo de 25% no valor do contrato 048/06. Fundamento Legal: Artigo 65 da Lei 8.666/93. Vigência: 03/09/2008 a 03/12/2008. Data de Assinatura: 03/09/2008.

(SICON - 21/10/2008) 240013-00001-2008NE900192

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM. 01/10/2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

Processo nº 53740.000333/1998

Interessado (a) : FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

Assunto: EDITAL CONCORRENCIA Nº 025/1998 – RADIODIFUSÃO FRENQUENCIA
MODULADA

Nesta data, fez-se a juntada da documentação presente processo a partir das folhas
nºs 181 a 188 incluindo está.

Brasília, 02 de agosto de 2010.

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM

01/10/2010

189
189
189

ANEXO I.

Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO: MURILO PASARALOTTO

() O(A) PRÓPRIO () PROCURADOR

ENDEREÇO: RUA TOBIAS DA SILVA, 227/501

TELEFONE: (51) 99681918

FAX:

Requeiro, neste ato, ao (à) Senhor(a) 53000.000501/98 - Pl. 10a 55
53740.000319/98, 53740.000333/98, 53740.000329/98 e
53740.000288/98

(nome),

(cargo),

(X) vista () cópia () certidões do(s) processo(s):

Nº - Serviço: - Local/UF: 53740.000329/1998, 53740.000333/1998

Nº - Serviço: - Local/UF: 53740.000319/1998, 53740.000288/1998 - L

Nº - Serviço: - Local/UF: 53740.000309/1998 - TODAS DA CONCORR
CIA Nº 25/1998 - RIO NEGR

Pelos motivos a seguir expostos:

VERIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS

BRASILIA, 15 de SETEMBRO de 2010
(local e data)

[Assinatura]
(Nome e assinatura)
(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

De ordem,
deixas conforme solicitado.
13/09/2010
[Assinatura]
Assessoria de Comunicação Jurídica

Memo c/c 04 - GAB/CONJUR

45 + 140 + 189 + 86 + 184

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01.10.2010

190
flap

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 01984268

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.900/94)



ASSINATURA DO DETENTOR

01984268

01984268

01984268

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

19/1
flupf
COMUNIC. das Comunicações

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
IDENTIDADE DE ADVOGADO



ADVOGADO
MUNHO JOSE PASQUALOTTO

ASSISTENTE
RICARDO PASQUALOTTO
NERY REIS PASQUALOTTO

NACIONALIDADE
SERAPINA CORREIA-REIS

RG
1017625743 - RJGIRS

DATA DE NASCIMENTO
11/08/1960

CPF
135.284.820-00

DATA DE EXPIRAÇÃO DA
01/11/10/2007

PROFISSIONAL
SIN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/12/2006
82

RECEBUE
1998

ANEXO II

Declaração

Declaro para fins de direito que, nesta data,

☒ Recebi a(s) cópia(s) abaixo relacionadas:

Processo nº: 53740.000.329/98	cópias 01	Folhas 85
	(quantidade de cópias)	(quantidade de folhas)

Processo nº: 53740.000.333/98	Cópias de documento 01	188
	(quantidade de cópias)	(nº do documento)

Processo nº: 53740.000.319/98	Cópias de folhas 01	133
- 53740.000.288/98	(quantidade de cópias)	(nº das folhas)
- 53740.000.309/98	01	55

☐ Compareci à sessão de vista do(s) processo(s) ou documentos abaixo relacionados

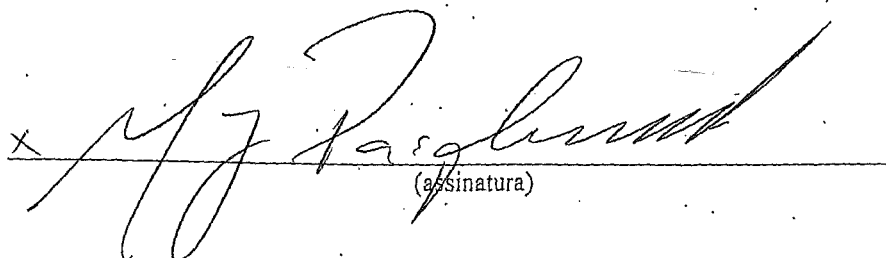
Processo/documento nº: _____

Processo/documento nº: _____

Processo/documento nº: _____

Brasília (DF), ____ de 09 de 2010.

MURILO JOSÉ PASQUAROTTO
(nome da entidade/interessado)

x 
(assinatura)

193
Rupj

Considerando o valor unitário de ressarcimento de R\$ 0,20 por cópia e o total geral de cópias (644 folhas), das quais foi efetuado o depósito no valor de **R\$ 128,80 (cento e vinte e oito reais e oitenta reais)**, conforme Comprovante de Depósito Bancário, em anexo.

Favorecido	Banco	Nº da Agência	Nº da Conta Corrente	Depósito Identificado (Código-dv)
CGAD/MC	Banco do Brasil	4201-3	170500-8	4100.030.000.118.822-0

Brasília-DF, 15 de setembro de 2010.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/09/2010 - AUTO-ATENDIMENTO - 14:49:03
OUVIDORIA BB 0800 729 5678
287379088 0145

TRANSFERENCIA PARA CONTA UNICA DO TESOURO

CLIENTE: MURILO JOSE PASQUALOTTO *
AGENCIA: 2814-2 CONTA: 26.610-8

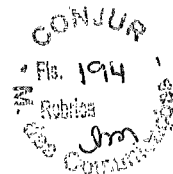
===== VALOR: 128,80

IDENTIFICADOR:
1 = 41000300001188220
2 = 33528462000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53740.000333/98 a documentação
a seguir em quantidade de 04 folhas,
que assim numerar: 194 a 197
Data: 21 / 09 / 10
Nome: Luanna
Assinatura: Imbep8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM. _____



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

NOTA/Nº 1731-2.17/2010/RPF/CONJUR-MC/AGU

CONC. 025/1998 – SSR/MC

PROCESSO PRINCIPAL: 53.000.000501/98

PROponente VENCEDORA:

FUNDAÇÃO JOÃO XXIII

Processo nº 53.740.000333/98

LOCALIDADE: Rio Negro/PR.

TEMA: Homologação.

EMENTA: Concorrência nº 025/1998 – SSR/MC. Certame com vistas a outorga de serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada (FM) para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná. Análise da regularidade do certame. Decisão judicial transitada em julgado, acarretando novo resultado com a indicação de nova proponente vencedora. Necessidade de anulação do ato homologatório antes de ser homologado o novo resultado de julgamento proferido pela Comissão Especial de Licitação. Pela homologação e adjudicação do objeto licitado à proponente FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, declarada vencedora para a localidade de Rio Negro/PR.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos,

I – RELATÓRIO

1. O certame ora sob análise refere-se a Concorrência nº 025/1998 – SSR/MC, tendo por objeto a outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM) para a localidade de Rio Negro/PR.
2. O certame acima citado se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato, com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência em ser mantida a licitação.
3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressaltamos apenas que, na hipótese da mesma ser considerada inoportuna, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 01/10/2010

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito." (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)

5. No tocante a legalidade dos atos praticados até então, infere-se a necessidade de adoção imediata de medidas saneadoras, visto que, em virtude de decisão judicial a cujo respeito já se operou o trânsito em julgado, a localidade de Rio Negro/PR, teve o resultado de seu julgamento alterado, com a indicação de nova proponente vencedora, senão vejamos.

II – ANÁLISE

6. Procedendo-se a análise da Concorrência n.º 25/98, no que tange a localidade de Rio Negro/PR, infere-se que a Comissão Especial de Licitação declarou originariamente vencedora a proponente MS COMUNICAÇÃO LTDA (fls. 100/102 dos autos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM

n.º 53.740.000319/98).

7. Aos 06 de junho de 2002, por intermédio de Despacho s/nº exarado pelo então Sr. Ministro de Estado das Comunicações, foi homologado o resultado do julgamento para a localidade de Rio Negro/PR, tendo como proponente vencedora a licitante MS COMUNICAÇÃO LTDA. O referido despacho fora publicado no Diário Oficial da União aos 11 de junho de 2002 (fl. 140 dos autos n.º 53.740.000319/98).

8. A participante FUNDAÇÃO JOAO XXIII deflagrou demanda judicial em desfavor da licitante vencedora, obtendo provimento jurisdicional liminar satisfativo, que determinou à União Federal que não prosseguisse nos atos concludentes do procedimento referente à Concorrência n.º 25/98, exclusivamente no que concerne a localidade de Rio Negro/PR, abstendo-se ainda de outorgar ou adjudicar o seu objeto à entidade tida como vencedora, MS COMUNICAÇÃO LTDA (fls. 106/122 dos autos n.º 53.740.000319/98).

9. Gize-se que a referida decisão judicial antecipatória de tutela restou proferida em data posterior ao momento homologatório, que, em que pese ter sido publicado no D.O.U. de 11 de junho de 2002, fora realizado aos 06 de junho daquele ano.

10. Aos 10 de julho de 2002, em atendimento ao OFÍCIO N. 1563/02-AGU-PU/PR, encaminhado pela Procuradoria da União no Paraná, informando acerca da liminar deferida, a Comissão Especial de Licitação, por meio da INFORMAÇÃO N. 1165/2002/L4/CEL-SSR/MC (fls. 124/127 dos autos n.º 53.740.000319/98), prestou as informações correlatas, asseverando que daria imediato cumprimento à decisão proferida nos autos judiciais n.º 2002.70.00.033389-9, não encaminhando a homologação do resultado da Concorrência n.º 25/98, para a localidade de Rio Negro/PR, para deliberação do Congresso Nacional até ulterior decisão judicial.

11. Ante a verificação do trânsito em julgado do referido julgado, ocorrido aos 21 de fevereiro de 2008, conforme certidão em anexo, cujo resultado restou por confirmar os comandos jurisdicionais já proferidos, determinando a União Federal que anulasse o ato que habilitou a proponente MS COMUNICAÇÃO LTDA, excluindo-a das fases subseqüentes da Concorrência n.º 25/98, o M.M. Juízo da Terceira Vara Cível de Curitiba despachou pelo imediato cumprimento da sentença na data de 30 de setembro de 2009 (fl. 164 dos autos n.º 53.740.000333/98),

12. A Procuradoria da União no Estado do Paraná, por conduto do Ofício n. 5.328/09-PU/PR, atestando a força executória da sentença judicial transitada em julgado, informou a Consultoria Jurídica acerca da necessidade de cumprimento da obrigação imposta, tendo este órgão da Advocacia Geral da União com atuação perante o Ministério das Comunicações, encaminhado a NOTA N.41-4.06/2010/RPF/CGAJ/CONJUR-MC/AGU (fl. 168 dos autos n.º 53.740.000333/98), aos 11 de janeiro de 2010, à Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações, para ciência e respectivo cumprimento.

13. Em cumprimento a decisão cujo trânsito em julgado já se operara, a Comissão Especial de Licitação publicou novo resultado de julgamento para a Concorrência n.º 25/98, na localidade de Rio Negro/PR, no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

01 10 2010

2010, em atenção aos termos da Ata de Reunião n.º 124/2010 realizada aos 14 de janeiro deste ano, com a exclusão da proponente MS COMUNICAÇÃO LTDA, promovendo a reclassificação das demais classificadas, declarando vencedora do certame, naquela localidade, a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII (fls. 169/171 dos autos n.º 53.740-000333/98).

14. Aos 16 de abril de 2010, a Comissão Especial de Licitação certifica a ausência de pendência de qualquer recurso por parte da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, sem apreciação por parte daquela Comissão, encaminhando o feito à Consultoria Jurídica para análise dos requisitos da nova proponente declarada vencedora, a fim de ser analisada a possibilidade de homologação do novo resultado.

15. Compulsando os autos da licitante vencedora, não se verifica nenhuma irregularidade.

16. À fl. 50 dos autos n.º 53.740.000333/98, consta Certidão negativa de Falências e Concordatas em nome da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, datada de 12 de março de 1988, o que levaria a inequívoca conclusão de que o prazo de sua validade restaria de muito expirado.

17. Todavia, a mesma questão restou consignada nos autos da Concorrência n.º 31/98, tendo sido esclarecida pelo representante da proponente, mediante apresentação de Certidão oriunda do Juízo da 1ª Vara Cível/Criminal da Comarca de Mafra – Santa Catarina, que atestou que a referida certidão negativa de falências e concordatas expedida em nome da FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, fora expedida com erro de digitação por àquela escritania na data de emissão, visto que onde deveria ter constado a data de 12 de março de 1998, grifou-se a data de 12 de março de 1988.

18. Para corroborar o erro material cometido, a referida escritania apontou ainda que o servidor que assinara o referido documento ingressara no Poder Judiciário apenas aos 04 de abril de 1991, sendo impossível que o mesmo firmasse certidão referente ao ano de 1988 (fls. 181/184 dos autos n.º 53.740.000333/98).

19. Assim, em relação a nova proponente vencedora, FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório restou cumprido pela licitante. Tal princípio está previsto no art. 3º da Lei de Licitações, *in verbis*:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos" (grifei).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONFERÊNCIA DE ORIGINAL
EM

20. Por derradeiro, ressalte-se que a presente análise se refere ao certame da Concorrência nº 25/98-SSR/MC especificamente para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná.

III – CONCLUSÃO

21. Outrossim, opinamos pelas medidas a seguir arroladas, senão vejamos:

a) pela anulação, pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, do ato homologatório publicado no Diário Oficial da União de 11 de junho de 2002, homologando o resultado da Concorrência n.º 25/98, para localidade de Rio Negro/PR, declarando como proponente vencedora a licitante MS COMUNICAÇÃO LTDA.

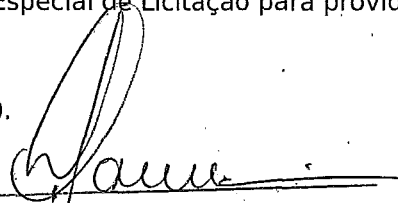
b) pela manutenção do novo resultado de julgamento para a Concorrência n.º 25/98, na localidade de Rio Negro/PR, proferido pela Comissão Especial de Licitação, publicado no Diário Oficial da União aos 15 de janeiro de 2010.

c) pela homologação e adjudicação do objeto licitado à licitante FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, declarada vencedora para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná.

d) ao Senhor Ministro,

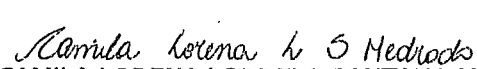
e) após, à Comissão Especial de Licitação para providências.

Brasília, 03 de setembro de 2010.


RODRIGO PICANÇO FACCI
Advogado da União

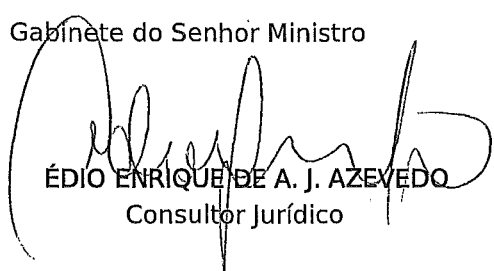
De acordo. Ao Consultor Jurídico

Em 06/09/2010


CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhe-se ao Gabinete do Senhor Ministro

Em 21/09/10


ÉDIO ENRIQUE DE A. J. AZEVEDO
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFÉRENCIA DE LICITAÇÃO
01 11/09/2010

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2010 .

Acolho a **NOTA Nº 1731-2.17/2010/RPF/CGAA/CONJUR-MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja **TORNADO SEM EFEITO** o despacho referente à Homologação da Concorrência nº 025/1998-SSR-MC, para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná (DOU de 11 de junho de 2002), em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do processo nº 2002.70.00.033389-9, da Seção Judiciária do Paraná. Em consequência, **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
025/1998	PR	RIO NEGRO	FM	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	53740.000333/98

MINISTÉRIO FEDERAL
DE COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53.740.000.333/98 a documentação
a seguir arrolada: 02 folhas,
que se trata dos anos 198 e 199
Data: 22 05 2010
Nome: Sergio
Assinatura: P

EM BRANCO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM _____

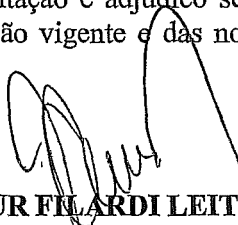
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 21 de setembro de 2010.


Acolho a NOTA Nº 1731-2.17/2010/RPF/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja TORNADO SEM EFEITO o despacho referente à Homologação da Concorrência nº 025/1998-SSR-MC, para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná (DOU de 11 de junho de 2002), em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do processo nº 2002.70.00.033389-9, da Seção Judiciária do Paraná. Em consequência, **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
 Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
025/1998	PR	RIO NEGRO	FM	FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	53740.000333/98

SEF - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO FEDERAL
 MIN. DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

Em 01/10/2010


Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 825, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 96, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044936/2007, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de transferência indireta da permissão outorgada à RÁDIO MUNDIAL FM DE TOLEDO LTDA., para a execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no Município de Toledo, Estado do Paraná, pela Portaria nº 257, de 4 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 270, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2000, mediante cessão de cotas representativas do capital social para outros cotistas, que passarão a deter o mandato da sociedade, conforme previsto no artigo 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo ficarão constituídos conforme consta nesta Portaria.

Art. 3º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, arquivada na repartição competente.

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 21 de setembro de 2010

Acolho a NOTA Nº 1757-2.17/2010/RPF/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja TORNADO SEM EFEITO o despacho referente à Homologação da Concorrência nº 025/1998-SSR-MC, para a localidade de Catanduvas, no Estado do Paraná, bem como a Portaria nº 2811 (DOU de 17 de dezembro de 2002) em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do processo nº 2003.70.00.044163-9, da Seção Judiciária do Paraná. Em consequência, HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº DO PROCESSO
025/1998	PR	CATANDUVAS	FM	SAFIBA RÁDIOFUSÃO LTDA.	53740.00033298

Acolho a NOTA Nº 1731-2.17/2010/RPF/CGAA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja TORNADO SEM EFEITO o despacho referente à Homologação da Concorrência nº 025/1998-SSR-MC, para a localidade de Rio Negro, no Estado do Paraná (DOU de 11 de junho de 2002), em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do processo nº 2002.70.0033389-9, da Seção Judiciária do Paraná. Em consequência, HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº DO PROCESSO
025/1998	PR	RIO NEGRO	FM	FUNDACAO JOAO XXIII	53740.00033298

Acolho a NOTA Nº 1753 - 2.17/2010/GBA/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
038/2009	RI	DOM JARDIM	FM	V.P.D. EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA	5300A.008528/10

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 816, de 3 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de setembro de 2010, no art. 1º, onde se lê, "posteriormente transferida à SOCIEDADE MINEIRA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.", pela Portaria nº 216, de setembro de 2009, deve-se ler, "posteriormente transferida à SOCIEDADE MINEIRA DE RÁDIOFUSÃO LTDA.", pela Portaria nº 721, de setembro de 2009".

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 5.929, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

Processo nº 53500.015101/2008. Aprovar a posteriori a transferência do controle direto da Cunha & Duarte LTDA. ME, CNPJ nº 09.533.831/0001-01, prestadora de Serviço de Comunicação Multimídia, para a Sra. Maira Ferreira Cunha, CPF nº 022.465.351-03. A aprovação da Anatel não exime a requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010092200051

Art. 4º Determinar que, após aprovação dos atos por este Ministério, se proceda à devida comunicação ao Congresso Nacional nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 862, DE 17 DE SETEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.052154/2008, resolve:

Art. 1º Conceder a RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santarém, Estado do Pará, o canal 22 (vinte e dois) correspondente à faixa de frequência 518 - 524 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2º A presente concessão reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta concessão será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

Em 10 de dezembro de 2009

Processo nº 535600008162003

Nº 8.702 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração, interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0015-74, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 11, do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra a decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 4398/2008-CD, de 29 de outubro de 2008, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 544, realizada em 12 de novembro de 2009, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 586/2009-GCER, de 6 de novembro de 2009.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

Em 23 de março de 2010

Processo nº 535450010042004

Nº 1.954 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração, interposto pela BRASIL TELECOM S/A - FIBIL Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0032-32, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), no Setor 23, Região II, do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra a decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 888/2008-CD, de 24 de maio de 2008, nos autos do processo em epígrafe, instaurado para averiguação do cumprimento da meta estabelecida no art. 4º do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 551, realizada em 4 de fevereiro de 2010, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 054/2010-GCER, de 29 de janeiro de 2010.

Em 24 de maio de 2010

Processo nº 53500.006566/2007

Nº 4.041 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES P, Concessionária e Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, Região III, Setor 31 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão do Conselho Diretor, que manteve os termos do Despacho do Superintendente de Serviços Públicos que lhe aplicou sanção de multa no valor total de R\$ 11.184,41 (onze mil cento e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), nos autos do Processo nº 53500.006566/2007, decidiu, em sua Reunião nº 562, realizada em 6 de maio de 2010, não conhecer do Pedido de Reconsideração, mantendo os termos da decisão contida no Despacho nº 8.499/2009-CD, de 3 de dezembro de 2009, pelas razões e fundamentos presentes na Análise nº 134/2010-GCJV, de 27 de abril de 2010.

ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN
Presidente do Conselho
Substituto

Em 13 de agosto de 2010

Nº 7.049 - Processo nº 53532.001429/2007 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/PE, CNPJ/MF nº 33.000.118/0014-93, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no Setor 8 do Plano Geral de Outorgas - PGO, em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, por meio do Despacho nº 2.175/2010-CD, de 29 de março de 2010, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 572, realizada em 22 de julho de 2010, conhecer do Pedido, para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 281/2010-GCJV, de 15 de julho de 2010.

Em 21 de setembro de 2010

Processo nº 53500.003600/2009

Nº 8.587 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, considerando que o objetivo da Consulta Pública nº 34, de 1º de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2010, que trata da proposta relativa ao Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado em regime público - PGMU-III, para o período de 2011 a 2015, é de grande relevância aos interessados, mostrando-se importante sua efetiva participação apresentando contribuições que consistem em subsídios necessários à ação regulatória da Anatel e considerando os pedidos de prorrogação de prazo apresentados pelas entidades e o prazo para o PGMU-III entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, por meio de Resolução Deliberativa nº 1.810/2010, de 17 de setembro de 2010, com fundamento na Análise nº 422/2010-GCJV, de 17 de setembro de 2010, prorrogar os prazos para manifestação da Consulta Pública nº 34, de 1º de setembro de 2010, por meio de formulário eletrônico do Sistema Integrado de Consulta Pública, disponível na Internet <http://www.anatel.gov.br>, para até às 24h do dia 2 de outubro de 2010 e por meio de carta, fax ou correspondência eletrônica para até às 18h do dia 30 de setembro de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

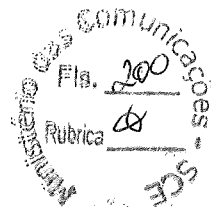
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 01/10/2010

PUBLICADO NO DIÁRIO

OFICIAL DE 25.11.10

Página: 52 Seção: 1

ANOTADO POR Moisés



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1152 , DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000333/1998, Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Negro, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80001.018788/2009-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a firma individual ADENILSON BEATRIZ THIAGO - SERVIÇOS DE VISTORIA, CNPJ - 10.474.877/0002-59, situada no Município de Ibiúna - SP, na Rod. Tancredo Neves, 1100 - Jardim Nova Ibiúna, CEP 18.150-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Ibiúna e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Alumínio e Vargem Grande Paulista no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.065, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.020058/2009-55, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica J D VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 10.851.197/0001-26, situada no Município de Conselheiro Lafaiete - MG, na Rua Senador Milton Campos, 709 - Angélica, CEP 36.400-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Conselheiro Lafaiete no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.066, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.041140/2010-57, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica SRM VISTORIA INSPEÇÃO E CERTIFICAÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ - 12.045.307/0001-98, situada no Município de Goiânia - GO, na Av. Independência, 44, Qd. C, Lt. 28 - Vila Viana, CEP 74.635-145, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Goiânia e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de São Simão, Marzagão, Corumbalva, Santa Helena e Paranaíba no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.067, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80001.010544/2009-55, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ITRANS ITU VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 10.704.986/0001-34, situada no Município de Itu - SP, na Av. Nove de Julho, 688 Jardim Padre Bento, CEP 13.313-100, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Itu no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.068, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80001.003459/2009-31, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a filial da pessoa jurídica ALMEIDA & TORRES ANÁLISES AUTOMOTIVAS LTDA - ME, CNPJ - 08.965.074/0004-17, situada no Município de Olímpia - SP, na Rua João Forti, 81 - CECAP, CEP 15.400-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Olímpia e conforme artigo 4º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Altair, Cajobi, Embaúba, Guaraci, Itcm e Severina no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

PORTARIA Nº 1.069, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.035507/2010-01, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria Nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica KOIKE & MATSUMURA OSASCO PERÍCIAS E VISTÓRIAS LTDA - ME, CNPJ - 11.404.251/0001-58, situada no Município de Osasco - SP, na Av. das Flores, 1363 - PL 18 Q 80 - Jardim das Flores, CEP 06.110-100, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Osasco no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.110, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que constam dos Processos Nº 53000.044881/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada originalmente à Rádio Excelsior S.A., pela Portaria MVOP nº 152, de 14 de fevereiro de 1949, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de fevereiro de 1949, autorizada a transformar seu tipo societário para Rádio Excelsior Ltda., pela Portaria nº 275, de 8 de fevereiro de 1985, renovada pela Portaria nº 50, de 23 de janeiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de maio de 1998, referendada pelo Decreto Legislativo nº 647, de 2003, publicado no Diário Oficial da União do dia 2 de outubro de 2003, transferida à Rádio Globo de Brasília S.A., pela Portaria nº 447, de 17 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de julho de 2008, autorizada a mudar sua denominação social para Rádio Excelsior S.A., para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.114, DE 17 DE OUTUBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que constam dos Processos Nº 53000.038088/2009, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de dezembro de 2009, a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO S.A., pela Portaria nº 721 de 12 de dezembro de 1969, renovada pela Portaria nº 632, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de novembro de 2001, referendada pelo Decreto Legislativo nº 258, de 2005, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.150, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53770.000636/2001, Concorrência nº 024/2001-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Canari Participações S.A. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Iguaçu Grande, Estado do Rio de Janeiro. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.151, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000332/1998, Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Catanduvas, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.152, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000333/1998, Concorrência nº 025/1998-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Fundação João XXIII para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Rio Negro, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 1.153, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.008528/2010, Concorrência nº 039/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à V.P.D. Empresa de Radiodifusão Ltda-ME para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 24 de novembro de 2010

Processo nº 53000.073838/2006.

Adoto a NOTA nº 1232 - 3.38 / 2009/JGH/CGCE/CONJUR-MC/AGU. Conheço do recurso e lhe nego provimento. Encaminhe-se o feito ao Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, a fim de dar ciência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PLANALTO TIMBAUBA, permissionária do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Nova Russas, Estado do Ceará, da decisão proferida no recurso impetrado perante o Ministério das Comunicações. Publique-se. Registre-se. Notifique-se.

Processo nº 53780.000171/1997.

Adoto o PARECER Nº 0913-1.03/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU. Encaminhe-se cópia do presente processo ao Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, para que seja providenciado o ajuizamento da ação judicial visando o cancelamento da outorga, nos moldes do exposto pelo Parecer Jurídico mencionado.

Processo nº 53780.000304/1997.

Adoto o PARECER Nº 0919-1.03/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU. Encaminhe-se cópia do presente processo ao Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, para que seja providenciado o ajuizamento da ação judicial visando o cancelamento da outorga, nos moldes do exposto pelo Parecer Jurídico mencionado.

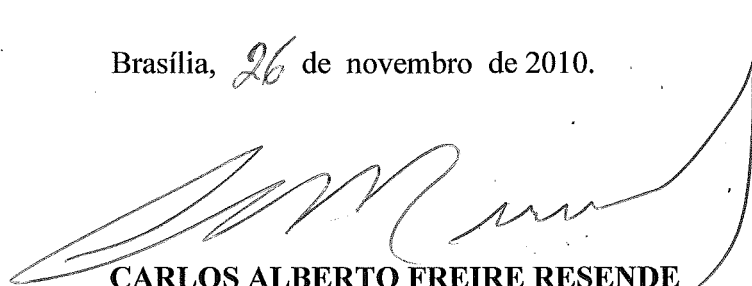
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BL. R, ANEXO B, SALA 300
CEP:: 70044-900 – BRASÍLIA-DF
TEL:: 3311-6000 – FAX: 3311-6617

Processo n.º 53740.000333/98

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 1152, de 23 de novembro de 2010, no Diário Oficial da União de 25 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para enviar à Presidência da República.

Brasília, 26 de novembro de 2010.



CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

203

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 83 /2010/GM-MC

Brasília, 02 de dezembro de 2010.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminhando, em anexo, os seguintes processos:

MC 00908 2010

- 53000.008528/2010

MC 00909 2010

- 53740.000332/1998

MC 00910 2010

- 53770.000636/2001

MC 00911 2010

- 53740.000333/1998

MC 00912 2010

- 53000.055027/2009


MC 00913 2010

- 53000.022929/2007

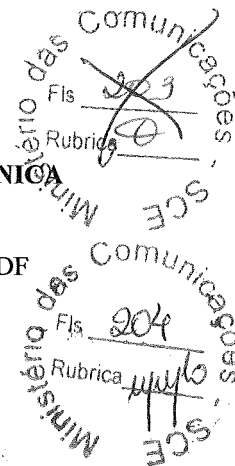
MC 00914 2010

- 53000.041555/2009

Atenciosamente,


PEDRO LEITE RIBEIRO NETO
Coordenador-Geral Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS
COORDENAÇÃO DE OUTORGA E CONSIGNAÇÃO DE CANAIS
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 300 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF
Fone: (61) 3311-6358 – Fax: (61) 3311-6560



DESPACHO Nº 616 /2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE

Ref. Processo nº : 53740.000333/1998
Concorrência nº : 025/1998-SSR/MC
Serviço : Frequência Modulada
Interessada : Fundação João XXIII
Assunto : Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação
Em anexo : Minuta de Exposição de Motivos

Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 02 de março de 2011.

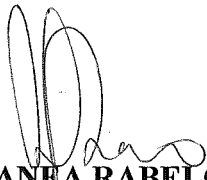

ALICIONETE DA S. LUZ
Agente Administrativo


ANA PATRÍCIA S. ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

Conferido.

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 2 / 3 / 2011


VANEA RABELO
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas
Substituta

De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 03/03/2011


DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Nesta data eu: de
nº 5390000333/98 ação
a seguir consta: folhas
que assim numerar: 20504 208
Data: 18/03/01
Nome: Umaril
Assinatura: [assinatura]

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA TARDE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	CNPJ Car.
<u>249</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	MG	Governador Valadares	FM	3	M	20.599.387/0001-5
<u>249</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	MG	Governador Valadares	FM	3	A	
<u>214</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	PR	Rio Negro	1. FM	C	85.131.829/0001-8	
<u>210</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Itaiópolis	2. FM	1	—	II
<u>283</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Mafra	3. FM	3	PM	II
<u>283 E</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SP	Votorantim	FM	2	H	20.599.387/0001-5
<u>850 kHz</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	MG	Governador Valadares	OM	3	M	20.599.387/0001-5
<u>1240 kHz</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Mafra	1. OM	3	M	85.131.829/0001-8
<u>4855 kHz</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	MG	Governador Valadares	OT	3	M	20.599.387/0001-5

Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA

Data: 10/03/2011

Hora: 17:37:13

Registro 1 até 9 de 9 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

comunicações
206
Rubrica: 2
CEL



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » » Consultas Gerais » » Perfil das Empresas | menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Perfil das Empresas - FUNDACAO JOAO XXIII

CNPJ: 85131829000186

Presidente:

Endereço: RUA TENENTE ARI RAUEN - BAIRRO NAO INFORMADO

E-mail:

Capital Social: 0,00

Reserva de Capital:

Total: 0,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
104.944.649-68	TITO LAMARE SCHULTZ	DIRETOR TESOUREIRO	
104.993.939-53	ANTONIO ARTEN	DIRETOR SECRETARIO	
428.653.109-06	GERALDO VALENGA	PRESIDENTE	

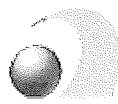
Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar Imprimir Exportar Excel

Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesBOA TARDE
MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>210</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Itaiópolis	FM	1		
<u>283</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Mafra	FM	3	M	
<u>1240 kHz</u>	FUNDACAO JOAO XXIII	SC	Mafra	OM	3	M	

Usuário: anatel\mariamonica - MARIA MONICA FURTADO RODRIGUES DE LIMA Data: 10/03/2011 Hora: 17:41:16

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



CONCORRÊNCIA : 025/1998-SSR/MC
PROCESSO ESPECÍFICO : 53740.000333/1998 (Cópia nº 01)

DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 086/2011

A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 025/1998-SSR/MC, na qual a FUNDAÇÃO JOÃO XXIII sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 205/207, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolarão os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 17 de março de 2011.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Nesta data, anexeï aos autos do processo de
nº 53740.000333/98 a documentação
a seguir constituída de umma folhas,
que assim numerei: 209
Data: 05 / 04 / 2011
Nome: Guamne
Assinatura: gm



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



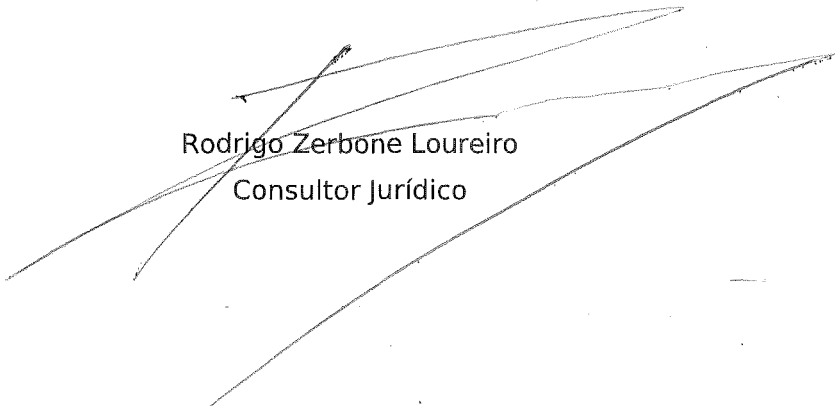
COTA nº 066/2011/RZL/ CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53740.000333/1998 (cópia 1)
Interessado: FUNDAÇÃO JOÃO XXIII LTDA.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após nova análise dos autos do processo em epígrafe solicitada por essa Secretaria, ratifico os termos da NOTA/ Nº 1731-2.17/2010/RPF/CONJUR-MC/AGU desta Consultoria Jurídica às fls.90, bem como informo a regularidade da minuta de ato anexa aos autos, conforme a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 31 de março de 2011.


Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA Nº 025/98 - SSR/MC

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

Curitiba-PR, janeiro de 1998

CONCORRÊNCIA N.º 025/98-SSR/MC
EDITAL

ÍNDICE

1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 025/98-SSR/MC
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM) e de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM), doravante denominadas simplesmente Propostas, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 23/03/98, às 9:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado do Paraná, situada na Rua Desembargador Otávio Ferreira do Amaral, 279 - Bigorriho / Curitiba-PR, dos interessados em participar desta Licitação.

A Licitação, na modalidade Concorrência, do tipo Técnica e Preço, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga. Após a formalização do recebimento da documentação mencionada neste preâmbulo, serão iniciados os trabalhos de abertura dos invólucros que contiverem a Documentação de Habilitação.

A presente Licitação reger-se-á pela Lei n.º 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67, pela Lei n.º 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto n.º 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto n.º 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelas Normas Técnicas específicas do serviço.

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de permissão para a exploração do Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM) e de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM), em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado referente às localidades de execução do serviço, objeto da presente Licitação, no endereço constante do preâmbulo, conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Licitação de Radiodifusão - Ministério das Comunicações

Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná

Rua Desembargador Otávio Ferreira do Amaral, 279 - Bigorriho

CEP:80730-400 Curitiba-PR

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) data, nome e assinatura, explicitando-se o cargo do signatário, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;
- c) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- d) fundamentação do pedido.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até 10 (dez) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, divulgando o teor das consultas e das respectivas respostas a todos os interessados que tenham adquirido o presente Edital e aos demais, estarão disponibilizadas nas salas de vista das Comissões.

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a Licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da Licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, desde que, no dia, haja expediente normal na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestação em contrário da autoridade competente, previamente divulgada.

2.6 A proponente que participar de Licitação em várias localidades ao mesmo tempo terá a quantidade de outorgas computada a partir da assinatura do ato de outorga pelo Ministro das Comunicações, referente à primeira localidade decidida, sendo desclassificada das demais, se ultrapassar o limite estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.

3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, devendo conter, sob pena de não conhecimento,

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de Radiodifusão - Ministério das Comunicações
Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná
Rua Desembargador Otávio Ferreira do Amaral, 279 - Bigorrilho
CEP:80730-400 Curitiba-PR

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) data, nome e assinatura, explicitando-se o cargo do signatário, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se, na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;
- c) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- d) fundamentação do pedido.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega de invólucros pressupõem que a proponente tenha dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, informando as partes do Edital que foram alteradas e, caso a alteração implique a reformulação da Documentação de Habilitação e das Propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta Licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na Licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou exceda os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.

4.3 Cada proponente deverá apresentar, no Conjunto nº1, uma única Documentação de Habilitação por Edital, que será examinada para verificação de sua conformidade e suficiência. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço, respectivamente nos Conjuntos n.º 2 e n.º 3.

4.4 Entregues os invólucros ou conjunto de invólucros distintos, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente Licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto n.º 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviços de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art.9º do Decreto n.º 85.064, de 26 de agosto de 1980;

5.2.3 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes, de que a proponente não possui outorga para explorar o mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade de execução do serviço, objeto da Licitação, e que, caso venha a ser contemplada com a permissão, não excederá os limites fixados pelo art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67;

5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional ou de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas;

5.2.6 Prova de cumprimento das obrigações eleitorais dos dirigentes, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.2.7 Declaração dos dirigentes, conforme ANEXO II, de que os sócios não participam do quadro societário e os dirigentes não participam da direção de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade de execução do serviço, objeto da Licitação, nem de outras entidades exploradoras de serviço de radiodifusão em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236/67, e que os dirigentes não estão no exercício de mandato eletivo, que lhes assegure imunidade parlamentar ou de função ou cargo do qual decorra foro especial.

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação técnica mediante:

5.3.1 Declaração, conforme ANEXO III, de que a proponente assume o compromisso, caso seja vencedora da Licitação, de:

5.3.1.1. Admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

5.3.1.2 Obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

5.3.2 Prova de que a Proponente recebeu o Edital de Licitação e seus Anexos.

5.4 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.4.1.1 A empresa proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto da Licitação, quando o exame de seu balanço, devidamente atualizado, na forma do subitem anterior, resultar na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1 (um), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1$$

onde:

IS : Índice de Solvência
AT : Ativo Total
PC : Passivo Circulante
ELP : Exigível a Longo Prazo

5.4.1.2 As empresas recém-criadas deverão apresentar o balanço de abertura, na forma da lei, em substituição aos documentos exigidos no subitem 5.4.1.

5.4.2 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.5 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC/MF e no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se for o caso, relativo à sede da pessoa jurídica;

5.5.2 Prova de regularidade relativa a:

- a) Previdência Social;
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.5.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

- a) da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal;
- c) da Fazenda Municipal.

5.5.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.5.2 e 5.5.3 deverão ter validade na data de recebimento da documentação de habilitação e das propostas;

217

5.5.5 A proponente deverá apresentar declaração, conforme o ANEXO II, de que não está impedida, por qualquer motivo, de transacionar com a Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

5.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da Licitação.

5.6.1 Ocorrendo inabilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto n.º 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto n.º 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

5.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a habilitação.

6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO IV deste Edital, por localidade de execução do serviço, não incluindo os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, de acordo com o art. 28 do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observado o tempo mínimo diário disposto no Decreto n.º 52.795/63, indicado no subitem 10.7.1.1, e preenchendo o item 1 (um), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.2 do Edital e preenchendo o item 2 (dois), conforme modelo apresentado no ANEXO IV;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.3 do Edital e preenchendo o item 3 (três), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.6, preenchendo o item 6 (seis) conforme modelo apresentado no ANEXO IV, bem como apresentando o cronograma simplificado de instalação, conforme modelo apresentado no ANEXO VII.

276

6.1.7 A quantidade de outorgas de um ou mais serviços relacionados no ANEXO VI, explorados pela proponente ou por outras entidades onde participem seus dirigentes, sócios ou acionistas com direito a voto, na localidade de execução do serviço objeto deste edital ou em outras, observado o critério indicado no subitem 10.7.1.7, preenchendo o item 7 (sete), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.2 Apresentar o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF dos dirigentes, da proponente com suas assinaturas, e preenchendo item 8 (oito), conforme modelo apresentado no ANEXO IV.

6.3 A proponente que tiver interesse em aumentar o tempo de funcionamento de sua emissora, constante em proposta técnica, terá os seus percentuais de programação recalculados com base nesse horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO V.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO V.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato. O pagamento de cada uma das parcelas deverá ser efetuado em cheque administrativo, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, conforme estabelece o ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

8.1 Caso a proponente deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital, deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação que será examinada para verificação de sua conformidade e suficiência.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço.

8.1.2 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga poderão ser apresentadas para todas as localidades de prestação do serviço ou apenas para uma ou várias localidades de interesse da proponente.

8.2 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues pessoalmente pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

- a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, dentro do Conjunto n.º 1, no caso de dirigente(s);
- b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme ANEXO IX, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Proposta deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto n.º 1, Conjunto n.º 2 e Conjunto n.º 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente e apenas, os seguintes dizeres:

<p align="center">CONJUNTO N.º 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência n.º 025/98-SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><u>Conteúdo:</u></p> <p><u>Conjunto n.º 1</u> – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica Qualificação Técnica Qualificação Econômico-Financeira Regularidade Fiscal e demais declarações</p>	

<p align="center">CONJUNTO N.º 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência n.º 025/98-SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><u>Conteúdo:</u> <u>Conjunto n.º 2:</u> Proposta Técnica para a Localidade de Prestação de Serviço</p>	

<p align="center">CONJUNTO N.º 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência n.º 025/98-SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><u>Conteúdo:</u> <u>Conjunto n.º 3:</u> Proposta de Preço pela Outorga para a Localidade de Prestação de Serviço</p>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente entre a Documentação de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma das propostas, acarretará desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração da Documentação de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos ítems e subítems do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com até 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos, no idioma português.

8.7 O conteúdo dos conjuntos da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentadas em via original ou cópia legível, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC n.º 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da Licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, salvo a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, que obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas à(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

222

9.5 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes, e lavrará ata da 1ª Sessão.

9.6 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº1 - Documentação de Habilitação.

9.7 Após a abertura dos Conjuntos n.º 1, por localidade, e rubrica da Documentação de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, será lavrada a ata da sessão.

9.8 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade da Documentação de Habilitação com os termos do Edital e procederá à habilitação das proponentes mediante publicação do resultado no Diário Oficial da União, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos n.º 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos n.º 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista dos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão constará da ata, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, procedendo ao cálculo, por localidade de prestação do serviço, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que, além de atenderem às condições mínimas estabelecidas em todos os quesitos, relativos aos subitens 10.7.1.1 a 10.7.1.7, obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº. 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da Licitação.

10.7 Critérios de pontuação da Proposta Técnica, por localidade de prestação do serviço:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a) $P1 = 0,625 \times (Tt - 16)$ pontos, para $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima: $Tt \geq 16$ horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a) $P2 = 29,15 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 12\%$
- b) Condição Mínima: $T \geq 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a) $P3 = 29,15 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$, para $5\% \leq T \leq 12\%$
- b) Condição Mínima: $T \geq 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a) $P4 = 48,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 6\%$
- b) Condição Mínima: $T \geq 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

a) $P5 = 10,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$, para $2\% \leq T \leq 6\%$

b) Condição Mínima: $T \geq 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a) $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$, para $9 \leq Pz \leq 36$

b) Condição Mínima: $Pz \leq 36$ meses

10.7.1.7 A pontuação P7 relativa à quantidade de outorgas de serviços explorados pela proponente ou por outras entidades onde participam seus dirigentes, sócios ou acionistas com direito a voto, na localidade de interesse da proponente ou em outras, ressalvado o disposto do art.12 do Decreto-lei 236, de 28 de fevereiro de 1967.

a) $P7 = 10 - 1 \times (N.^{\circ} \text{ de outorgas }) \text{ pontos}$, para $1 \leq N.^{\circ} \text{ de outorgas } < 10$.

b) $P7 = 0$ (zero) ponto, para $N.^{\circ} \text{ de outorgas } \geq 10$

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 + P7) \text{ pontos.}$

10.8 A proponente que participar da Licitação em várias localidades, simultaneamente, terá a quantidade de outorgas computada a partir da assinatura do ato de outorga, referente à primeira localidade decidida, sendo desclassificada das demais, se ultrapassar o limite estabelecido no art. 12, do Decreto-lei n.º 236, de 28/02/67.

10.9 Concluída a fase de classificação das Propostas Técnicas, o resultado será publicado no Diário Oficial da União;

11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura, análise e julgamento das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura, análise e julgamento das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço, abrindo, posteriormente, as Propostas de Preço pela Outorga (Conjuntos n.º 3) das proponentes cujas Propostas Técnicas foram classificadas.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos n.º 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$ (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas, será de no mínimo 60 (sessenta) dias, findo o qual, nos termos do § 3º do art. 64 da lei n.º 8.666/93, ficará a proponente liberada dos compromissos assumidos em suas Propostas, as quais perderão a eficácia a partir de então. Caso a proponente pretenda manter válidas suas propostas até o final da Licitação, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até 5 (cinco) dias antes do transcurso do prazo de validade das propostas, prorrogando suas validades por períodos sucessivos de no mínimo 60 (sessenta) dias, até a data de convocação para assinatura do Contrato.

11.7 Critério de Julgamento das Propostas, por localidade de prestação do serviço:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e, cujas Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.3 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.4 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a empresa vencedora, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.5 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.6 A permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissão.

12.6.1 No prazo acima estabelecido, o Ministério das Comunicações estabelecerá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a assinatura do Contrato.

12.7 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.8 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.9 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.10 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.11 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.12 O Contrato, por localidade de execução do serviço, deve ser publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, sob a responsabilidade da permissionária, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura.

12.13 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

12.14 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado do julgamento das Propostas, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras “a” e “b” do subitem 13.1 terão efeito suspensivo.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação cientificará as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação acompanhada de cópia do recurso.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da recorrente;
- b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista nos subitens 5.2.1 e 5.2.2 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;
- c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação poderá ser proposta pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação ao Ministro das Comunicações, sendo o recurso e a impugnação contra esse ato dirigidos ao Ministro das Comunicações.

13.8 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos.

16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Declaração de organização do quadro de pessoal e recursos da entidade;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.6 ANEXO VI - Relação de Serviços;
- 16.7 ANEXO VII - Modelo de Cronograma simplificado de instalação, por localidade de execução do serviço ;
- 16.8 ANEXO VIII - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;
- 16.9 ANEXO IX - Modelo de Procuração(particular).

Brasília, DF, 08 de janeiro de 1998.

Sérgio Motta
Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO I
EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 025/98-SSR/MC
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO: PARANÁ

Localidade de Execução do Serviço	Tipo de Serviço	Canal	Classe	Grupo de enquadramento	Potência Efetiva Irradiada			Altura da Torre (m)	Obs.	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas
					Máx	Limitação					
						Az	KW				
Cafelândia	FM	213	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	3.000,00	23/03/98
Campina da Lagoa	FM	206	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	4.763,00	
Catanduvas	FM	211	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	3.000,00	
Foz do Iguaçu	FM	286	B1	A	3,0	-	-	90	(ZC)	59.040,00	
Icaraíma	FM	206	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	3.000,00	
Iporã	FM	286	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	4.775,00	
Juranda	FM	216	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	3.000,00	
Mamboré	FM	298	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	4.196,00	
Ponta Grossa	FM	278	B1	A	3,0	-	-	90	(ZC)	68.875,00	
Realeza	FM	203	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	4.295,00	
Rio Negro	FM	214	C	A	0,3	-	-	60	(ZC)	7.196,00	

Localidade de Execução do Serviço	Tipo de Serviço	Frequência (KHz)	Classe	Grupo de enquadramento	Potência (kW)		Altura da Torre (m)	Código do Sistema Irradiante Diretivo.	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas
					D	N				
Icaraíma	OM	1.540	C	A	0,25	0,25	55	-	3.000,00	23/03/98

230

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE
PROponente

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Subitens 5.2.3, 5.2.7 e 5.5.5)

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra impedida, por qualquer motivo, de transacionar com a Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL E RECURSOS
DA ENTIDADE

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO (subitem 5.3.1)

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério das Comunicações, relativamente ao Edital da Concorrência nº ____/____, localidade_____, Estado _____ que, como representante legal da empresa _____, assumo o compromisso, caso ela seja vencedora desta Licitação de:

a) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

b) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento.

(local e data)

(Nome e assinatura do representante legal da empresa proponente)

CPF n.º

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO
SERVIÇO

ANEXO IV

Modelo de Proposta Técnica (item 6)

Razão Social da Proponente: _____ CGC/MF: _____ Data: ____/____/____
Edital da Concorrência n.º ____/97-SSR/MC Localidade: _____ UF: _____

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): _____ (minutos) (Relativo ao subitem 6.1.1)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos (Relativo ao subitem 6.1.2)

PROGRAMAS JORNALÍSTICOS, EDUCATIVOS E INFORMATIVOS	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso (Relativo ao subitem 6.1.3)

PROGRAMAS DE SERVIÇO NOTICIOSO	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

858

5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga. (Relativo ao subitem 6.1.5)

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6)

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	MESES

7. Quantidade de serviço em exploração (Relativo ao subitem 6.1.7)

Nomes dos dirigentes, sócios ou acionistas com direito a voto, que, através desta proponente ou de quaisquer outras empresas, explorem, na mesma localidade objeto deste Edital e/ou em outras, um ou mais serviços relacionados no ANEXO VI	Razão social da proponente ou da outra empresa	C.G.C da proponente ou da outra empresa	Localidade onde executa o serviço	Tipo de serviço.	Qtde. de serviço.

8. Dirigentes (Relativo ao subitem 6.2)

Nomes dos Dirigentes	C.P.F. do Dirigente	Assinaturas

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO V
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga (item 7)

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente: _____

2. CGC/MF: _____

3. Edital da Concorrência: n.º _____ MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto:

1ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____
algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO VI

RELAÇÃO DE SERVIÇOS

ANEXO VI

QUANTIDADE DE OUTORGAS (subitem 6.1.7)

RELAÇÃO DE SERVIÇOS:

1. Na Área de Prestação do Serviço:

- Frequência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS, TV a Cabo, Radiochamada, Móvel Especializado e Rádio-acesso.

2. Fora da Área de Prestação do Serviço:

- Frequência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS ou TV a Cabo, Telefonia Pública, Telefonia Celular, DTH, Radiocomunicação Aeronáutica, Radiochamada, Móvel Especializado e Rádio-acesso.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme indicado no subitem (6.1.7))	TIPO DE SERVIÇO	EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	EXCLUSIVAMENTE FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
		LOCALIDADE	LOCALIDADE

ANEXO VII

MODELO DE CRONOGRAMA SIMPLIFICADO DE INSTALAÇÃO
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO VII

MODELO DE CRONOGRAMA SIMPLIFICADO DE INSTALAÇÃO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO (subitem 6.1.6)

Edital da Concorrência: n.º _____ MC

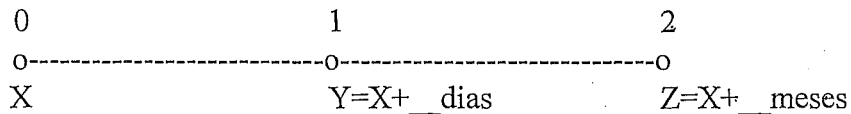
Serviço _____

Localidade: _____ UF: _____

Do cronograma simplificado devem constar os itens abaixo, indicando os seguintes prazos, a serem computados a partir da publicação do correspondente Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional (X):

1) Entrega do projeto no Ministério das Comunicações, para autorização das características técnicas da emissora (Y).

2) Data de início da execução do serviço em caráter definitivo (Z).



Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO
DO SERVIÇO

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO (subitem 12.4)

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A _____ PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE _____, NA
CIDADE D _____ ESTADO D _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de mil novecentos e noventa e _____, o
Ministro das Comunicações
, representando a União, e _____, CGC n.º _____,
representada por seu _____, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão
outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto n.º _____, de _____ de
de _____, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo
n.º _____, publicado no Diário Oficial da União de _____ de _____ de _____, para explorar Radiodifusão
Sonora em Frequência Modulada (FM) e de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias (OM), na cidade d
Estado d _____, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações,
leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade,
na cidade d _____, Estado d _____, o serviço de radiodifusão sonora de, com finalidades
educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas
neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência n.º _____/98-
SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária,
documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele
fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir
da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Contrato de Adesão de Permissão no Diário Oficial da União no prazo
de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da
emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato
de Adesão de Permissão;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de _____ meses, contado da data de
vigência da outorga;

- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;
- o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

249

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

s) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de _____ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;

- 2 8 1
- 250
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
 - n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
 - o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
 - p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
 - q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
 - r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
 - s) manter em dia os registros da programação;
 - t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A permissionária recolheu o valor de R\$ _____ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A permissionária deverá recolher o valor de R\$ _____ em _____, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

251

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª - O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª - As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência n.º /98 - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.



Ministro das Comunicações

permissionária

Testemunhas:



ANEXO IX

MODELO DE PROCURAÇÃO (PARTICULAR)

255

FI. 255
SAG/C. CIVIL - PR
val

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 20 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00128 2011

- 53710.000308/2002

MC 00129 2011

- 53740.000515/2000

MC 00130 2011

- 53740.000520/2000

MC 00131 2011

- 53740.000514/2000

MC 00132 2011

- 53710.000733/2000

MC 00133 2011

- 53000.055489/2009

MC 00134 2011

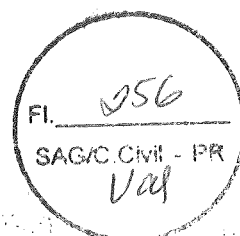
- 53710.000249/2002

MC 00135 2011

- 53000.015896/2010

fey

256



MC 00136 2011
- 53000.062134/2009

MC 00137 2011
- 53830.000334/2002

MC 00138 2011
- 53710.000410/2002

MC 00139 2011
- 53710.000410/2002

MC 00140 2011
- 53000.025410/2010

MC 00141 2011
- 53000.059729/2009

MC 00142 2011
- 53000.004251/2010

MC 00143 2011
- 53000.005100/2010

MC 00144 2011
- 53740.000332/1998

MC 00145 2011
- 53770.000636/2001

MC 00146 2011
- 53740.000333/1998

MC 00147 2011
- 53790.000705/2002

Atenciosamente,


PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral